



**RELATÓRIO E CONTAS**  
**31 de Dezembro de 2018**



## ÍNDICE

<b>1.</b>	<b>RELATÓRIO DE GESTÃO .....</b>	<b>1</b>
1.1	NOTA INTRODUTÓRIA .....	1
1.2	ENQUADRAMENTO ECONÓMICO .....	1
1.3	EVOLUÇÃO DA SOCIEDADE .....	8
1.4	POLÍTICA DE REMUNERAÇÕES .....	9
1.5	OBJETIVOS E POLÍTICAS DE GESTÃO DE RISCOS .....	11
1.6	ESTRUTURA E PRÁTICAS DO GOVERNO SOCIETÁRIO .....	14
1.7	BALANÇO SOCIAL .....	15
1.8	PERSPETIVAS FUTURAS .....	16
1.9	FACTOS RELEVANTES OCORRIDOS APÓS O ENCERRAMENTO DE CONTAS .....	17
1.10	RELAÇÃO ENTRE A SOCIEDADE E A ADMINISTRAÇÃO .....	17
1.11	PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS .....	17
1.12	OUTRAS INFORMAÇÕES .....	17
1.13	IFRS 9 – Instrumentos Financeiros .....	17
1.14	NOTA FINAL .....	18
<b>2.</b>	<b>DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA .....</b>	<b>19</b>
<b>3.</b>	<b>ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS .....</b>	<b>24</b>
3.1.	NOTA INTRODUTÓRIA .....	24
3.2.	PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS .....	25
3.3.	PRINCIPAIS ESTIMATIVAS E INCERTEZAS ASSOCIAÇÃO À APLICAÇÃO DAS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS .....	35
3.5.	DISPONIBILIDADES EM OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO .....	37
3.6.	CRÉDITO A CLIENTES .....	37
3.7.	ATIVOS NÃO CORRENTES DETIDOS PARA VENDA .....	46
3.8.	ATIVOS TANGÍVEIS E INTANGÍVEIS .....	46
3.9.	ATIVOS E PASSIVOS POR IMPOSTOS .....	46
3.10.	OUTROS ATIVOS .....	49
3.11.	PASSIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO .....	50
3.12.	PASSIVOS FINANCEIROS MENSURADOS PELO CUSTO AMORTIZADO .....	51
3.13.	PROVISÕES .....	52
3.14.	OUTROS PASSIVOS .....	53
3.15.	FUNDOS PRÓPRIOS .....	55
3.16.	OUTRAS RESERVAS, RESULTADOS TRANSITADOS E LUCROS DO EXERCÍCIO .....	55
3.17.	RECEITAS/DESPESAS COM JUROS .....	56
3.18.	RECEITAS DE TAXAS E COMISSÕES .....	58
3.19.	DESPESAS DE TAXAS E COMISSÕES .....	59
3.20.	OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS .....	59
3.21.	DESPESAS DE PESSOAL .....	61
3.22.	OUTROS DESPESAS ADMINISTRATIVAS .....	61
3.23.	PROVEITOS POR MERCADOS GEOGRÁFICOS E LINHAS DE NEGÓCIO .....	62
3.24.	SALDOS E TRANSAÇÕES COM ENTIDADES RELACIONADAS .....	63
3.25.	OPERAÇÕES A PRAZO NÃO VENCIDAS À DATA DO BALANÇO .....	64
3.26.	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MEDIAÇÃO DE SEGUROS OU DE RESSEGUROS .....	65
3.27.	DIVULGAÇÕES RELATIVAS A INSTRUMENTOS FINANCEIROS .....	67
3.28.	GESTÃO DO CAPITAL .....	99
3.29.	COMPROMISSOS ASSUMIDOS POR / PERANTE TERCEIROS .....	100
3.30.	PASSIVOS CONTINGENTES .....	101
3.31.	ACONTECIMENTOS SUBSEQUENTES .....	102

## **1. RELATÓRIO DE GESTÃO**

### **1.1 NOTA INTRODUTÓRIA**

A **FCA Capital Portugal Instituição Financeira de Crédito, S.A.** (adiante igualmente designada por “Sociedade” ou “FCA Capital”) foi constituída em 31 de Outubro de 1991 tendo a sua sede no Lagoas Park, Edifício 15, 2º piso, Porto Salvo. A FCA Capital tem por objeto o exercício das atividades legalmente consentidas às Instituições Financeiras de Crédito, de acordo com o disposto no Decreto-Lei nº 186/2002, de 21 de Agosto.

Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, a atividade da Sociedade encontra-se segmentada nas vertentes de financiamento à aquisição a crédito de viaturas, novas e usadas, comercializadas em Portugal pelas marcas do Grupo FCA e pelas marcas Jaguar, Land Rover, Maserati, Ferrari, Hymer e por outras marcas (Programa Finplus), na locação financeira mobiliária de viaturas, na locação financeira imobiliária, bem como no crédito ao consumo e no apoio de tesouraria.

Conforme indicado na Nota 3.15 do Anexo às Demonstrações Financeiras, a FCA Capital é detida integralmente pelo FCA Bank, um Banco detido em partes iguais pela FCA Itália SpA (empresa do grupo Fiat Chrysler Automobiles) e CA Consumer Finance SA (empresa do grupo Credit Agricole). Consequentemente, as operações e transações da Sociedade são influenciadas pelas decisões do Grupo a que pertence. Os principais saldos e transações mantidos com empresas do Grupo encontram-se detalhados na Nota 3.24 do Anexo às Demonstrações Financeiras.

Todos os montantes apresentados no Relatório de Gestão e no Anexo às Demonstrações Financeiras são apresentados em Euros (com arredondamento às unidades), salvo se expressamente referido em contrário.

### **1.2 ENQUADRAMENTO ECONÓMICO**

Em Portugal, a atividade económica deverá continuar a expandir-se até 2020, a um ritmo idêntico ao projetado no Boletim Económico de dezembro. Depois de ter aumentado 2,7% em 2017, o produto interno bruto (PIB) deverá crescer 2,3% em 2018, 1,9% em 2019 e 1,7% em 2020, uma evolução que está em linha com o crescimento estimado pelo Banco Central Europeu para o conjunto da área do euro.

O crescimento da atividade deverá ser sustentado pelo forte dinamismo das exportações de bens e serviços e da formação bruta de capital fixo (FBCF) e pelo aumento do consumo privado, num enquadramento económico e financeiro favorável. A redução do ritmo de crescimento do produto interno bruto ao longo do horizonte de projeção deverá refletir a desaceleração da procura externa e restrições do lado da oferta, associadas a constrangimentos estruturais que impedem um maior crescimento potencial.

Depois de um aumento pronunciado em 2017, de 7,9%, as exportações de bens e serviços deverão crescer 7,2% em 2018, 4,8% em 2019 e 4,2% em 2020. São antecipados novos ganhos de quota de mercado, ainda que mais moderados ao longo do horizonte de projeção. Em 2020, as exportações situar-se-ão num nível 70% superior ao observado antes da crise financeira internacional; as exportações de turismo mais do que duplicarão relativamente àquele período.

Projeta-se que a formação bruta de capital fixo mantenha um ritmo de crescimento significativo ao longo dos próximos anos, embora mais moderado do que o observado em 2017, em resultado, sobretudo, do comportamento da FBCF empresarial. Depois de ter aumentado 9% em 2017, a FBCF deverá crescer 6,5% em 2018, 5,6% em 2019 e 5,4% em 2020.

Prevê-se que o consumo privado continuará a crescer de forma moderada, a um ritmo, em média, ligeiramente inferior ao da atividade. Ao longo do horizonte de projeção, o consumo privado desacelera, em linha com a evolução do rendimento disponível real, crescendo 2,1% em 2018, 1,9% em 2019 e 1,7% em 2020.

Depois de, em 2017, ter crescido mais do que o PIB, o emprego continuará a aumentar até 2020, ainda que a um ritmo progressivamente mais baixo ao longo do horizonte de projeção. Em 2020, o nível médio do emprego situar-se-á 1,6% abaixo do observado em 2008. O aumento do emprego ao longo dos próximos anos, conjugado com aumentos ligeiros da população ativa, resulta na redução da taxa de desemprego, que deverá ser de 5,6% em 2020.

De acordo com as projeções, a economia portuguesa continuará a apresentar capacidade de financiamento até 2020. O excedente da balança corrente e de capital deverá aumentar 0,7 pontos percentuais em 2018, para 2,1% do PIB, mantendo-se em torno de 2% do PIB ao longo do horizonte de projeção.

Quanto à inflação, estima-se que os preços no consumidor, depois de terem aumentado 1,6% em 2017, cresçam 1,2% em 2018, 1,4% em 2019 e 1,5% em 2020.

As atuais projeções evidenciam que, depois de uma fase recessiva sem precedentes, a economia portuguesa deverá crescer a um ritmo superior ao potencial no período 2018-2020, tirando partido de um enquadramento internacional favorável. No entanto, persistem fragilidades estruturais que não devem ser ignoradas, traduzindo os vários desafios – demográficos, tecnológicos e institucionais – que condicionam o potencial de crescimento da economia portuguesa. A prevalência de taxas de crescimento da atividade mais elevadas, em Portugal e na área do euro, estará, por conseguinte, dependente de um maior crescimento da produtividade.

## Principais Indicadores Económicos

		2018(p)	2019 (p)	2020 (p)	2021 (p)
Produto Interno Bruto	 Portugal	2,1	1,8	1,7	1,6
	 Área Euro	1,9	1,7	1,7	1,5
Índice harmonizado de preços no consumidor	 Portugal	1,4	1,4	1,5	1,6
	 Área Euro	1,8	1,6	1,7	1,8
Consumo privado	 Portugal	2,3	2,0	1,8	1,6
	 Área Euro	1,4	1,7	1,6	1,4
Consumo público	 Portugal	0,7	0,1	0,0	0,2
	 Área Euro	1,1	1,6	1,4	1,4
Formação bruta de capital fixo	 Portugal	3,9	6,6	5,9	4,9
	 Área Euro	3,5	3,3	2,6	2,1
Exportações	 Portugal	3,6	3,7	4,0	3,6
	 Área Euro	2,8	3,5	3,8	3,4
Importações	 Portugal	4,1	4,7	4,9	4,2
	 Área Euro	2,7	4,2	4,2	3,6
Emprego	 Portugal	2,2	1,2	0,9	0,4
	 Área Euro	1,4	0,9	0,8	0,6
Taxa de desemprego	 Portugal	7,0	6,2	5,5	5,3
	 Área Euro	8,2	7,8	7,5	7,1

## O Mercado automóvel

O mercado de Veículos Ligeiros, em Portugal, cresceu face ao ano anterior, pela quinta vez consecutiva e voltando a superar a barreira dos 260.000 automóveis fixando-se nas 273.213 unidades vendidas, de acordo com a ACAP (Associação Automóvel de Portugal), o que representou um crescimento homólogo de 2,6 por cento.

No que diz respeito ao mercado dos Veículos Comerciais Ligeiros, o crescimento também se fez sentir pelo sexto ano consecutivo, alcançando as 39.306 unidades o que corresponde a uma variação de mais 2% face a 2017.

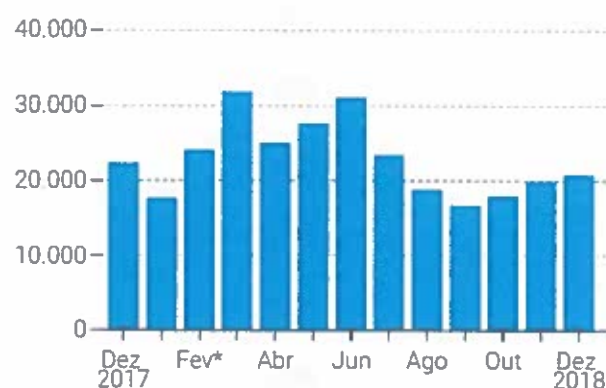
Vendas Veículos	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Liq. Passageiros	213389	161013	223464	153433	95309	105921	142826	178503	207330	222129	228290
Com. Ligeiros	55404	38909	45669	34888	16011	18202	26166	30858	34890	38523	39306
Total Ligeiros	268793	199922	269133	188321	111320	124123	168992	209361	242220	260652	267596
Pesados Merc	5507	3213	3130	2664	1892	2392	3126	4039	4824	5372	5133
Pesados Pass	749	628	491	331	223	174	239	254	354	361	434
Total Pesados	6256	3841	3621	2995	2115	2566	3365	4293	5178	5733	5567
Total Mercado	275049	203763	272754	191316	113435	126689	172357	213654	247398	266385	273213

Fonte: ACAP

	2018-2017	2018-2016	2018-2015	2018-2014	2018-2013	2018-2012	2018-2011	2018-2010	2018-2009	2018-2008
Liq. Passageiros	7%	24%	54%	110%	133%	45%	-1%	30%	4%	7%
Com. Ligeiros	10%	25%	47%	112%	141%	10%	-10%	-1%	-30%	-25%
Total Ligeiros	8%	24%	54%	110%	134%	38%	-3%	30%	-3%	0%
Pesados Merc	11%	33%	72%	125%	184%	182%	72%	67%	-2%	-7%
Pesados Pass	2%	42%	51%	167%	62%	9%	-20%	-43%	-52%	-35%
Total Pesados	11%	34%	70%	123%	171%	91%	50%	49%	-0%	-10%
Total Mercado	3%	10%	20%	59%	110%	141%	43%	0%	34%	-1%

Fonte: ACAP

Número de veículos automóveis matriculados em Portugal, por mês



A excelente performance comercial é particularmente evidente nos veículos ligeiros de passageiros, que contabilizou no mercado total do ano 228.290 veículos, um crescimento global de 2,8%, face a igual período de 2017, e onde todas as marcas do universo FCA registaram um crescimento significativamente superior.

Cada mês de 2018 foi sinónimo de crescimento para as marcas FCA, o que se salda num espectacular fecho do ano, com todas as marcas do grupo a registarem um incremento do respectivo volume de vendas bem acima do mercado.

O aumento de 16% das vendas garantiu à Fiat um lugar no top 5 dos construtores em Portugal, com um total de 13.888 veículos. Estes números não só permitiram à Fiat subir três lugares no ranking geral, como deixam a marca com uma quota de mercado muito próxima do construtor que ocupa a 4.ª posição da tabela. Para este resultado contribuiu não só à excelente performance comercial do Tipo, com três carroçarias perfeitamente adaptadas ao mercado nacional, mas também o icónico 500, que continua a ocupar o primeiro lugar do seu segmento.

A Jeep, que passou a ser representada pela FCA Portugal em Setembro de 2017, foi a marca que beneficiou de um maior crescimento, apoiada numa rede renovada, no lançamento do Compass e numa gama actualizada e com novas motorizações. Em reflexo disso, as vendas quadruplicaram, passando das 289 viaturas matriculadas em 2017 para 1.449.

A Alfa Romeo estabelece-se logo a seguir, com um incremento de vendas de 24%, onde o Stelvio deu um forte contributo afirmando a sua posição no competitivo segmento dos SUV.

A Abarth regista um crescimento de 50% fruto da maior rede de distribuição, tendo passado a ser representada em todos os distritos do país.

A Jaguar e a Land Rover, crescem respectivamente 0.03 e 0.05, apesar de abaixo do crescimento médio do mercado, as mesmas consolidaram as suas posições no ano de 2018.

## Vendas de Ligeiros de Passageiros

Marca	dezembro			janeiro a dezembro 2018				
	Unidades vendidas		Variação	Unidades vendidas		Variação	Quota de Mercado	
	2017	2018		2017	2018		2017	2018
Renault	2.215	1.915	-13,5%	30.112	31.215	3,7%	13,6%	13,7%
Peugeot	1.587	1.721	8,4%	21.102	22.980	8,9%	9,5%	10,1%
Mercedes-Benz	1.043	1.408	35,0%	16.272	18.484	12%	7,3%	7,2%
Nissan	1.139	1.904	67,2%	12.974	15.073	16,2%	5,6%	6,6%
Fiat	762	555	-27,2%	12.022	13.888	15,5%	5,4%	6,1%
BMW	1.149	991	-13,8%	14.534	13.813	-5,0%	6,5%	6,1%
Citroen	721	884	22,6%	10.858	12.813	18,0%	4,9%	5,8%
Opel	954	607	-36,4%	13.186	12.701	-3,7%	5,9%	5,6%
Volkswagen	1.208	660	-45,7%	16.473	12.487	-24,7%	7,4%	5,4%
Toyota	733	672	-8,3%	8.530	10.042	17,7%	3,6%	4,4%
Seat	583	445	-23,6%	8.234	9.607	16,7%	3,7%	4,2%
Ford	686	665	-3,2%	8.752	9.517	8,7%	3,9%	4,2%
Dacia	708	660	-7,1%	8.612	8.598	-0,2%	3,8%	3,8%
Kia	350	337	-3,7%	5.486	5.622	2,5%	2,5%	2,5%
Volvo	543	557	2,6%	4.605	5.688	23,7%	2,1%	2,2%
Audi	1.028	230	-77,6%	9.614	4.851	-49,5%	4,3%	2,1%
Hyundai	349	383	9,7%	3.478	4.800	38,0%	1,6%	2,0%
Smart	225	245	9,0%	3.126	3.205	2,5%	1,4%	1,4%
MINI	184	192	4,3%	2.800	3.003	7,3%	1,3%	1,3%
Mitsubishi	114	247	116,7%	2.128	2.577	21,2%	1,0%	1,1%
Mazda	200	200	0,0%	2.766	2.472	-10,6%	1,2%	1,1%
Honda	137	83	-39,4%	1.517	1.824	20,2%	0,7%	0,8%
Skoda	180	164	-9,0%	2.280	1.792	-21,4%	1,0%	0,8%
Jeep	25	76	204,0%	289	1.449	401,4%	0,1%	0,6%
Alfa Romeo	40	36	-10,0%	888	1.102	24,1%	0,4%	0,5%
Jaguar	38	74	94,7%	697	851	22,1%	0,3%	0,4%
Land Rover	46	71	54,3%	1.035	770	-25,6%	0,5%	0,3%
DS	47	63	34,0%	576	721	25,2%	0,3%	0,3%
Lexus	41	36	-12,2%	453	540	19,2%	0,2%	0,2%
Suzuki	42	57	35,7%	423	408	-3,5%	0,2%	0,2%
Porsche	11	41	272,7%	207	260	25,6%	0,1%	0,1%
Maserati	1	0	-100,0%	52	38	-26,9%	0,0%	0,0%
Ferrari	1	2	100,0%	20	23	15,0%	0,0%	0,0%
Bentley	1	2	100,0%	10	17	70,0%	0,0%	0,0%
Alpine	0	1	-	0	14	-	0,0%	0,0%
Aston Martin	4	0	-100,0%	16	10	-37,5%	0,0%	0,0%
Lamborghini	0	0	-	4	7	75,0%	0,0%	0,0%
Lancia	0	0	-	2	0	-100,0%	0,0%	0,0%
<b>TOTAL</b>	<b>17.053</b>	<b>18.157</b>	<b>6,5%</b>	<b>222.129</b>	<b>228.290</b>	<b>2,8%</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>

Fonte: ACAP

## Vendas de Comerciais Ligeiros

Marca	dezembro			janeiro a dezembro 2018				
	Unidades vendidas		Variação	Unidades vendidas		Variação	Quota de Mercado	
	2017	2018		2017	2018		2017	2018
Renault	983	996	1,2%	7.673	8.401	9,5%	19,9%	21,4%
Peugeot	783	571	-27,1%	6.448	6.682	3,6%	18,7%	17,0%
Citroen	853	682	-20,0%	5.982	6.183	3,4%	15,5%	15,7%
Fiat	294	399	35,7%	3.259	3.759	15,3%	8,5%	9,6%
Ford	344	258	-25,0%	3.137	2.691	-14,2%	8,1%	6,8%
Toyota	191	282	47,6%	1.867	1.878	0,6%	4,8%	4,8%
Opel	174	146	-16,1%	1.875	1.725	-8,0%	4,9%	4,4%
Mercedes-Benz	153	192	25,5%	1.824	1.509	-17,3%	4,7%	3,8%
Iveco	170	132	-22,4%	1.233	1.344	9,0%	3,2%	3,4%
Volkswagen	138	80	-42,0%	1.790	1.274	-28,8%	4,6%	3,2%
Mitsubishi	103	118	14,6%	848	1.219	44,1%	2,2%	3,1%
Isuzu	132	136	3,0%	576	782	35,8%	1,5%	2,0%
FUSO	101	66	-35,6%	683	636	-6,9%	1,8%	1,6%
Nissan	52	48	-7,7%	612	480	-21,6%	1,6%	1,2%
Dacia	28	50	78,6%	288	341	18,4%	0,7%	0,9%
Hyundai	52	20	-61,5%	317	305	-3,8%	0,8%	0,8%
MAN	7	3	-57,1%	17	68	300,0%	0,0%	0,2%
Kia	9	3	-66,7%	88	29	-66,3%	0,2%	0,1%
Piaggio	0	0	-	5	0	-100,0%	0,0%	0,0%
Jeep	0	0	-	3	0	-100,0%	0,0%	0,0%
Land Rover	0	0	-	1	0	-100,0%	0,0%	0,0%
Seat	0	0	-	1	0	-100,0%	0,0%	0,0%
<b>TOTAL</b>	<b>4.587</b>	<b>4.080</b>	<b>-11,1%</b>	<b>38.623</b>	<b>39.306</b>	<b>1,8%</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>

Fonte: ACAP

O crédito ao consumo, apresenta em 2018 uma variação positiva de 6,4%, e o crédito vencido uma variação decrescente, fruto do índice de confiança, diminuição do desemprego e retoma económica.

Fonte: Banco de Portugal – Central de Responsabilidades de Crédito

		dez-16	nov-17	dez-17	nov-18	dez-18	dez-16	nov-17	dez-17	nov-18	dez-18
		(saldo em fim de período - milhões de euros)					(taxa de variação anual - tva - em percentagem)				
		1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
<b>Empréstimos concedidos</b>											
1	Sociedades não financeiras (SNF)	78 268	73 820	72 556	70 941	69 082	-2,8	-3,0	-3,3	-0,6	-1,8
	Por dimensão <sup>(1)</sup> :										
2	Microempresas	23 317	23 721	23 286	22 093	21 477	-3,6	1,1	0,5	5,4	4,3
3	Pequenas empresas	18 487	18 423	18 257	18 621	18 202	-2,1	-3,2	-2,9	-1,9	-3,2
4	Médias empresas	18 806	17 813	17 201	16 081	15 739	-3,1	-6,5	-7,1	-6,9	-6,8
5	Grandes empresas	10 536	10 042	9 809	10 832	10 245	-0,8	-6,1	-5,7	0,6	-2,0
	Por estatuto:										
6	Empresas públicas	2 029	1 569	1 554	1 712	1 707	-5,9	-23,1	-23,4	10,2	11,0
7	Empresas privadas	74 239	72 251	71 002	69 230	67 374	-2,8	-2,4	-2,8	-0,9	-1,2
8	das quais: Empresas exportadoras <sup>(2)</sup>	18 501	18 936	18 802	18 661	18 224	1,1	-0,1	-0,3	-0,2	-0,5
9	Particulares	126 574	125 786	125 890	126 148	125 520	-1,6	-0,3	-0,1	0,7	0,4
10	Instituições sem fins lucrativos ao serviço das famílias	2 099	2 093	2 076	1 985	1 978	-1,5	0,3	-0,9	-4,5	-4,1
11	Famílias	124 475	123 693	123 814	124 163	123 542	-1,6	-0,3	-0,1	0,8	0,5
12	Habituação	100 314	98 734	98 670	98 014	97 422	-2,7	-1,7	-1,6	-0,8	-1,0
13	Consumo e outros fins	24 161	24 959	25 144	26 149	26 120	3,0	5,7	6,4	7,2	6,4
	Por memória:										
14	Empréstimos a SNF ajustados de vendas de carteiras de crédito	*	*	*	*	*	-2,2	-1,4	-1,6	1,5	3,1

		(início de crédito vencido - em percentagem) <sup>(3)</sup>					(devedores com crédito vencido - em percentagem)				
Empréstimos em incumprimento											
15	Sociedades não financeiras (SNF)	15.2	14.4	13.5	11.2	9.4	27.2	25.8	25.1	22.6	21.1
	Por dimensão <sup>(1)</sup> :										
16	Microempresas	27.1	24.3	22.8	20.0	16.7	28.8	28.7	25.9	23.3	21.8
17	Pequenas empresas	13.5	12.5	12.0	10.3	8.5	22.1	22.8	22.3	20.3	19.3
18	Médias empresas	10.2	8.1	8.7	4.8	3.8	19.2	20.5	20.2	18.8	17.9
19	Grandes empresas	2.8	3.2	3.1	4.9	4.0	9.8	10.3	10.1	10.8	10.8
	Por estatuto:										
20	Empresas públicas	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	6.6	3.1	2.0	2.6	3.3
21	Empresas privadas	15.6	14.7	13.8	11.5	9.7	27.2	25.8	25.1	22.6	21.1
22	das quais: Empresas exportadoras <sup>(2)</sup>	8.0	4.7	4.5	3.7	3.4	5.7	5.9	6.0	8.9	8.8
23	Particulares	4.8	5.0	4.8	4.4	4.0	13.0	12.2	11.8	11.0	10.1
24	Instituições sem fins lucrativos ao serviço das famílias	2.0	41.0	41.4	42.9	42.7	8.5	8.7	8.4	7.5	6.6
25	Famílias	4.8	4.4	4.2	3.6	3.4	13.0	12.2	11.8	11.0	10.1
26	Habituação	2.8	2.9	2.9	2.6	2.2	5.5	5.1	5.0	4.4	3.8
27	Consumo e outros fins	12.1	10.2	9.4	8.4	7.6	14.3	13.4	12.7	11.8	10.9



(1) Estas estatísticas abrangem os empréstimos concedidos por entidades do setor financeiro residentes em Portugal incluindo, além dos bancos, caixas económicas e caixas de crédito agrícola mútuas, instituições financeiras não monetárias que concedem crédito, nomeadamente Instituições financeiras de crédito (IFC), sociedades financeiras para aquisições e crédito (SFAC), sociedades de leasing e de factoring e sociedades de garantia mútua.

(2) Exclui as vendas sociais. Classificação baseada na Recomendação de Conselho 2003/361/CE de 6 de maio de 2003. Microempresas: número de empregados inferior a 10 e volume de negócios e/ou balanço total anual não excede 2 milhões de euros; Pequenas empresas: número de empregados inferior a 50 e volume de negócios e/ou balanço total anual não excede 10 milhões de euros; Médias empresas: número de empregados inferior a 250 e volume de negócios não excede 50 milhões de euros ou balanço total anual não excede 43 milhões de euros; Grandes empresas: casos restantes.

(3) Empresas privadas exportadoras, definidas de acordo com os seguintes critérios a) pelo menos 50% do volume de negócios proveniente de exportações, ou b) pelo menos 10% do volume de negócios proveniente de exportações e o montante destas superior a 150 mil euros.

(4) rácio entre o crédito vencido e os empréstimos concedidos em cada categoria

### 1.3 EVOLUÇÃO DA SOCIEDADE

Com os indicadores económicos cada vez mais favoráveis, começamos a verificar um cenário de crescimento do crédito ao consumo de automóveis.

A Sociedade concentrou a sua atenção na atividade comercial, principalmente no sector das frotas que tem vindo a crescer, tendo atingido os objetivos a que se propôs, e não descurou a sua atenção no rigor da análise de crédito, como também nos esforços na recuperação de crédito vencido, continuando a atuar sobre a vertente dos custos, e a apostar na contínua melhoria de processos.

O resultado líquido do exercício de 2018, no montante de 4.804.434 Euros, apresenta um decréscimo de 11% face ao ano anterior. Este decréscimo advém da forte concorrência das taxas aplicadas no sector do financiamento automóvel e da crescente oferta de outras soluções de mobilidade como é o caso do renting para PME's e renting para particulares.

O ano de 2018 consolida o acréscimo da carteira de crédito da Sociedade. Pelo terceiro ano consecutivo a carteira cresce, em virtude da consolidação das diversas parcerias estabelecidas nos últimos anos pela Sociedade.

Durante os anos de 2018 e 2017, os volumes de produção da Sociedade em montante de capital financiado, podem ser detalhados da seguinte forma (M €):

Volume de Financiado		2018	2017
<b>Retail Financing</b>			
Leasing		113.4	99.3
Crédito Automóvel		31.0	27.3
Crédito ao Consumo		0.1	0.2
		<b>144.50</b>	<b>126.8</b>
<b>Dealer Financing</b>			
Créditos em conta corrente		115.90	139.9
Financiamentos à atividade empresarial		0	0.6
		<b>115.90</b>	<b>140.5</b>
<b>Total</b>		<b>260.40</b>	<b>267.6</b>

## 1.4 POLÍTICA DE REMUNERAÇÕES

A política de remunerações é descrita nos dois pontos mencionados abaixo, os quais se encontram previstos no *Budget* anual relativo a custos de Estrutura/Pessoal:

### Aumentos de salário / Promoções de carreira

Cada ano o Conselho de Administração da Instituição aprova um *budget* para aumentos de salários e promoções de carreira. Dentro do *budget*, os responsáveis de cada departamento propõem os aumentos e as promoções que, com a aprovação da Administração, são enviadas as propostas ao *Headquarter* para validação final.

Os Responsáveis propõem os aumentos e as promoções com base:

1. Nos resultados do Sistema de Avaliação de Colaboradores (Sistema interno de avaliação internacional - PLM) que reúne as avaliações anuais de todos os colaboradores, nas componentes de Performance e Liderança.
2. No posicionamento do salário do colaborador em relação ao Estudo de Remunerações, facultado anualmente pelo *Headquarter*, onde é verificado o posicionamento do salário do colaborador face ao mercado.

Após validação, são atualizados os salários e promoções, sendo feita a comunicação aos colaboradores em causa no momento que produzem efeito.

### Nova admissão de colaboradores

Os valores dos salários para novos Colaboradores baseiam-se na grelha salarial interna da Sociedade e em estudos de mercado atuais referentes às remunerações praticadas no mesmo sector de negócio, bem como a “negociação/acordo” efetuado no momento da seleção e recrutamento do novo Colaborador.

### Estrutura da sociedade:

A 31 Dezembro 2018, o Conselho de Administração da FCA Capital Portugal IFIC, SA é composto pelos seguintes elementos:

Nome: ALAIN JUAN  
NIF/NIPC: 294730516 - Cargo: Presidente

Nome: ALBERTO GRIPPO  
NIF/NIPC: 277301670 - Cargo: Vogal/ Administrador Delegado

Nome: ANDREA FAINA

NIF/NIPC: 282501088 - Cargo: Vogal

Nome: AMIR HOSSEIN DJOURABTCHI

NIF/NIPC: 263220028 - Cargo: Vogal

Nome: LUIS MANUEL PINTO PEREIRA

NIF/NIPC: 132601427 - Cargo: Vogal

A mesma data, o Conselho Fiscal da FCA Capital Portugal IFIC, SA, membro independente, é composto pelos seguintes elementos:

Nome/Firma: CARLOS MANUEL CHARNECA MOLEIRINHO GREHA

NIF/NIPC: 203027914 - Cargo: Presidente

Nome/Firma: PEDRO MIGUEL PEREIRA MANSO

NIF/NIPC: 212609637 - Cargo: Vogal

Nome/Firma: LUIS PEDRO DOS SANTOS CAEIRO

NIF/NIPC: 236302787 - Cargo: Vogal

Nome/Firma: NUNO MIGUEL RIBEIRO ANTONIO

NIF/NIPC: 205450113 - Suplente

No exercício de 2018 os membros do Conselho de Administração não receberam qualquer tipo de remuneração pelo exercício das suas funções nos órgãos de gestão da Sociedade

O Conselho Fiscal da FCA Capital Portugal IFIC, SA, auferir uma remuneração fixa anual, aprovada pela Assembleia Geral no início de cada mandato. No exercício de 2018 a remuneração do Conselho Fiscal foi de 22.000 Euros.

Os quadros com funções de controlo auferiram em 2018 uma remuneração de 59.415 Euros.

Os honorários da Ernst & Young Audit & Associados - SROC, S.A. relativos aos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2018 e 2017 foram os seguintes (em Euros):

	2018	2017
Revisão Legal de Contas	48.360	48.360
Outros serviços de garantia de fiabilidade	23.500	23.500

Durante os exercícios de 2018 e 2017 a Sociedade de Revisores Oficiais de Contas procedeu à faturação dos seguintes montantes (em Euros):

	2018	2017
Revisão Legal de Contas	48.074	55.110
Outros serviços de garantia de fiabilidade	0	19.000

## 1.5 OBJETIVOS E POLÍTICAS DE GESTÃO DE RISCOS

### 1.5.1. Política de gestão do risco de crédito

O risco de crédito corresponde ao risco de existirem perdas financeiras decorrentes do incumprimento das contrapartes com as quais são celebrados os instrumentos financeiros.

Considerando que a Norma Internacional de Relato Financeiro 9 “Instrumentos Financeiros” (IFRS 9), com aplicação obrigatória a partir de 1 de janeiro de 2018, requer a utilização de um modelo de perdas esperadas, que vem substituir o modelo de perdas incorridas previsto na Norma Internacional de Contabilidade 39 “Instrumentos financeiros: Reconhecimento e mensuração” (IAS 39).

Para a linha de negócio Retail, a Instituição adopta o modelo Rolling Evo que vem substituir o Rolling FRI (Valfondi). Para a linha de negócio Dealer Financing é agora adoptado também um modelo do Grupo “New DF PD statistical model” que substitui o anterior modelo “Bad debt provision – Large Exposures procedure”.

Os novos modelos agora adotados seguem no quanto aplicável e com as devidas adaptações os critérios de referência e princípios presentes na Carta-Circular: CC/2018/00000062 de 2018/11/14 emitida pelo Banco de Portugal.

Ao universo de contratos assinalados como reestruturados, aos quais, considerando uma política prudencial de gestão do risco de crédito, é aplicada a percentagem de imparidade da banda de origem no momento da reestruturação, ou a actual se mais elevada. Esta metodologia é aplicada durante um período de 12 meses após a activação da reestruturação.

As exposições de retalho, efetivas e potenciais relativas a contrapartes com montantes significativos (que do ponto de vista da instituição são considerados a partir de €150.000,00) são analisadas individualmente.

Em Agosto de 2015 foi introduzida uma *nova scorecard*, que substituiu os modelos anteriores que estavam em produção desde Março de 2008. A nova *scorecard* é única e aplicável a propostas para viaturas Novas e Usadas, substituindo os dois modelos anteriores.

A opção pela introdução de uma única *scorecard* foi também guiada pela diminuição nos últimos anos na ativação de operações para viaturas usadas, e consequentemente pela potencial redução da representatividade estatística que tal facto poderia comportar.

O *scoring* é atribuído para efeitos de aceitação da proposta do cliente, não sendo atualizado ao longo do contrato. Mensalmente é feita uma análise comparativa entre a produção ativada e os incidentes verificados nos primeiros meses de contrato, com janelas de observação a 3, 6, 9 e 12 meses, no sentido de aferir a qualidade das operações subscritas.

### 1.5.2. Política de gestão do risco de concentração

O risco de concentração de crédito corresponde ao risco de existir uma exposição ou grupo de exposições, com potencial para produzir perdas de tal modo elevadas que coloquem em causa a solvabilidade da Sociedade ou a capacidade para esta manter as suas principais operações.

### 1.5.3. Indicação das técnicas e modelos utilizados na avaliação, qualitativa e quantitativa, do capital interno e dos riscos, incluindo as técnicas de controlo e redução destes últimos

A Sociedade utiliza metodologia interna para análise dos diversos riscos (crédito, financeiro, operacional, sistemas informáticos, estratégico, compliance, reputacional) sejam os mesmos endógenos, ou seja, gerados pela própria atividade, sejam exógenos, ou seja, provocados por atividades externas. A análise e administração destes riscos incluem a pesquisa e identificação das fontes de risco, a estimativa da sua probabilidade e avaliação dos seus efeitos, o planeamento de estratégias e procedimentos de controlo de riscos e a aplicação estratégica dessas medidas diante da incerteza.

Esta atividade é acompanhada centralmente pela casa mãe através dos reportes definidos para o efeito.

O projeto de gestão de riscos permite:

- i. Conhecer os riscos: definir os índices dos riscos chave e agir para diminuir os fatores de risco.
- ii. Criar uma cultura de controlo e métrica, analisando a performance (rentabilidade/risco) das atividades.
- iii. Proteger o património líquido, através de uma análise quantitativa e qualitativa dos riscos.

No que se refere ao risco de crédito é utilizado o método *standard*.

No âmbito do projeto de gestão de riscos, foi criado a nível de grupo uma base de dados de perdas internas, foi definido um fluxo de aprovação/revisão de produtos, processos e sistemas, e um programa de auditorias.

Como ferramentas qualitativas dispõe a empresa de fluxos de aprovação, mapeamento de processos e autoavaliações de riscos e controles.

Ao longo do relatório e à medida que é efetuada a abordagem de cada risco é especificado o respetivo método de controlo.

#### 1.5.4. Descrição do processo de agregação das avaliações dos riscos e dos efeitos de diversificação

O processo de budget da Instituição desenrola-se num horizonte anual e por linha de negócio.

Tendo em consideração a natureza principal de suporte à rede de concessionários *captive*, o processo de budget da FCA Capital é fortemente integrado com o processo de budget da FCA Portugal S.A. e portanto os novos volumes financiáveis baseiam-se no andamento de matrícula previsto pelo importador.

Para além disso, e na sequência dos acordos comerciais estabelecidos com a Jaguar Land Rover, Ferrari e com a Maserati, a FCA Capital torna-se o *partner* financeiro de referência no próprio perímetro geográfico, e portanto o processo de budget recebe como input também as previsões comerciais da JLR, Ferrari e da Maserati.

Coerente com o processo descrito, o andamento do custo do risco previsto é também avaliado e estimado de acordo com o andamento previsto para cada carteira e para o mercado.

São também efetuadas avaliações específicas sobre as necessidades financeiras esperadas, tendo em conta a evolução de cada atividade de negócio, com particular atenção às relativas coberturas, tendo em consideração a disponibilidade de financiamento do *Crédit Agricole*, através do acionista direto CA Consumer Finance SA, e do FCA Bank, S.p.A., e o respetivo custo, estimado na base das melhores previsões de mercado disponíveis no momento da elaboração.

Tais previsões de tesouraria são objeto de avaliação com a Casa Mãe com periodicidade semanal.

O processo de budget, que normalmente se concentra nos meses de setembro a novembro de cada ano, envolve a gestão de topo da Sociedade e do Grupo.

Durante o ano estão previstas fases de revisão da performance esperada com base nos andamentos consuntivos integrados com a oportuna atualização das previsões de mercado e de eventuais novas linhas de negócio.

Com base mensal, a performance esperada é comparada com o consuntivo por linha de negócio com uma análise de detalhe dos desvios. A análise é partilhada com o management e com a Casa Mãe.

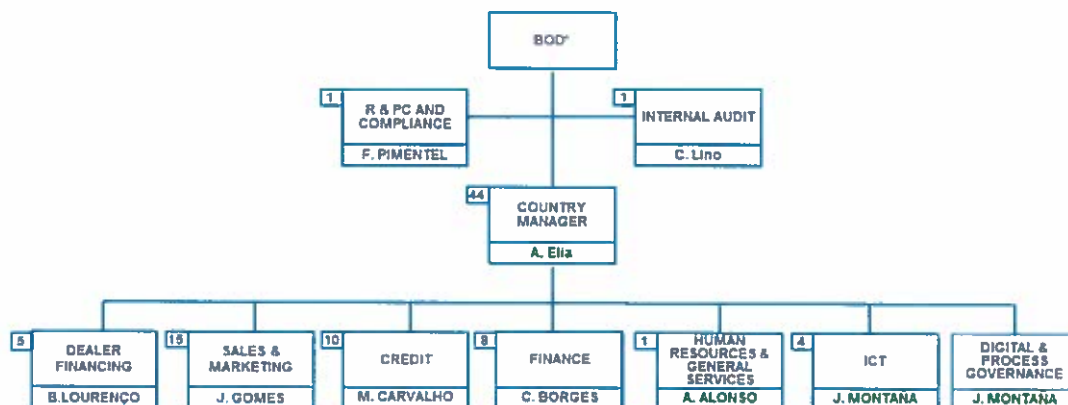
O plano patrimonial segue o mesmo calendário e é consequentemente atualizado por ocasião de cada revisão de budget.

## 1.6 ESTRUTURA E PRÁTICAS DO GOVERNO SOCIETÁRIO

A FCA Capital Portugal Instituição Financeira de Crédito, S.A. é uma sociedade anónima com sede no Lagoas Park, Edifício 15, 2º piso, Porto Salvo, tendo sido constituída em 31 de Outubro de 1991. O capital social da Sociedade é de 10.000.000 Euros, constituído por 2.000.000 de ações com o valor nominal de 5 Euros cada, integralmente subscritas e realizadas, sendo detidas na sua totalidade pelo *FCA Bank, S.p.A.*.

A sociedade tem como órgãos sociais a Assembleia Geral, o Conselho de Administração e o Conselho Fiscal. O Conselho de Administração é composto por cinco membros, conforme indicado na nota 1.4 deste relatório.

Apresenta-se de seguida a estrutura organizacional da FCA Capital Portugal Instituição Financeira de Crédito, S.A.:



\*Board member Luis Perera assigned responsibility of Internal Control Functions (R&PC and Compliance)

\*Merian position

O período mínimo para realização de assembleias-gerais é de um ano para efeito de apreciação e aprovação das contas anuais. A Assembleia Geral reunirá ainda sempre que o Conselho de Administração ou o Conselho Fiscal o julguem necessário ou quando for requerido por acionistas que representem, pelo menos, cinco por cento do capital social.

A Sociedade obriga-se pela assinatura conjunta de dois administradores, pela assinatura do Presidente do Conselho de Administração ou de outro Administrador Delegado ou por procuradores designados para determinados atos.

A gestão corrente está atribuída a um Administrador. Esta direção tem como função a coordenação da visão, da missão e dos objetivos a atingir em um determinado período.

## 1.7 BALANÇO SOCIAL

A Sociedade a 31 de Dezembro de 2018 tem 40 empregados.

Estando estes distribuídos da seguinte forma:

### Média de Idades

<30 anos	1
de 31 a 40 anos	13
de 41 a 55 anos	25
>56 anos	1

### Distribuição por Sexo

Mulheres	Homens
15	25

### Habilitações Literárias

Ensino Secundário	16
Licenciatura	24

### Antiguidade média

<5 anos	9
de 5 a 15 anos	11
de 16 a 25 anos	8
>25 anos	12

A formação profissional é uma aposta estratégica e é fundamental para a gestão de desempenho e a orientação de carreira e para responder eficazmente às exigências do mercado e seus reguladores.

Em 2018, a Sociedade deu um grande enfoque na formação, tendo realizado as seguintes ações/atividades:

Regulamento Geral de Protecção de Dados (RGPD)

Formação Gestão da Actividade de Intermediação de Crédito ao Consumidor

Prevenção de Branqueamento de Capitais e Combate ao Financiamento do Terrorismo

Prevenção contra corrupção e suborno" - "Direito da concorrência" em E-learning

Privacy Awareness

Crédito Coligado

Anti-trust Training em e-learning

Gestão de Clientes e Contratos (atendimento; reclamações e prevenção de fraude) e Workshop V – Gestão e Recuperação de Crédito

Procedimento de Denúncia (Whistleblowing)  
Data Protection  
Compliance  
Programa de Liderança para Direção e Chefias Intermédias  
Inglês

## 1.8 PERSPETIVAS FUTURAS

Durante o ano de 2018 a carteira de crédito da Sociedade cresceu, estando em linha com a estratégia da Sociedade e com a evolução do mercado automóvel.

A Sociedade está consciente que será necessário acompanhar os parceiros neste clima económico de renascer e fortalecimento das marcas parceiras em Portugal.

Para 2019, com a previsão de crescimento do sector automóvel de 1% a 2%, a Sociedade mantém-se otimista quanto ao seu contínuo crescimento.

No entanto, o mesmo está sujeito à incerteza quanto à performance económico-financeira do país e da EU.

No ano de 2019, diversas alterações legislativas terão impacto na actividade da Sociedade, nomeadamente:

- Foi publicada em Diário da Republica a Lei n.º 7/2019, de 16 de janeiro, que transpõe para o ordenamento jurídico nacional a Diretiva (UE) 2016/97 do Parlamento Europeu e do Conselho de 20 de janeiro de 2016 sobre a distribuição de seguros. O presente diploma, que revoga o regime jurídico da mediação de seguros aprovado pelo Decreto-Lei n.º 144/2006, de 31 de julho, produz efeitos retroativos a 1 de outubro de 2018, devendo os agentes de mercado conformar-se com as novas disposições aplicáveis em matéria de qualificação adequada até 23 de Fevereiro de 2019.
- Foi aprovada, Conselho de Ministros de 17 de janeiro de 2019, a proposta de lei que altera o Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) em matéria de imparidades das instituições de crédito e outras instituições financeiras. A recente evolução da regulação bancária e das normas contabilísticas conduziu a um desfasamento entre a forma como as instituições de crédito e outras instituições financeiras reconhecem na sua contabilidade as perdas por imparidade associadas a operações de crédito e a forma como as mesmas são tratadas para efeitos fiscais. A presente alteração visa sanar a divergência entre os sistemas contabilísticos e fiscais no que respeita ao tratamento de perdas por imparidades associadas a operações de crédito. Prevêem-se ainda regras disciplinadoras para as perdas por imparidade

registadas nos períodos de tributação com início anterior a 1 de janeiro de 2019, e ainda não aceites fiscalmente.

## **1.9 FACTOS RELEVANTES OCORRIDOS APÓS O ENCERRAMENTO DE CONTAS**

Não ocorreram factos relevantes após o termo do exercício que impliquem ajustamentos e/ou divulgação nas contas do exercício.

## **1.10 RELAÇÃO ENTRE A SOCIEDADE E A ADMINISTRAÇÃO**

Durante o ano de 2018 não houve qualquer negócio entre a Sociedade e os seus Administradores.

## **1.11 PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS**

Nos termos da sua competência estatutária, em conformidade com a vontade dos Acionistas, e atendendo ao disposto no Decreto-Lei nº 298/92, de 31 de Dezembro, alterado pelo Decreto-Lei nº 201/2002, de 26 de Setembro, a Sociedade tem de constituir um fundo de reserva legal até à concorrência do capital ou do somatório das reservas livres constituídas e dos resultados transitados, o Conselho de Administração apresenta à Assembleia Geral, a seguinte proposta de aplicação do resultado do exercício de 2018, em 4,804,434 Euros:

Para Reserva Legal	480,443 Eur
Para Resultados Transitados	4,323,991 Eur
	<u>4,804,434 Eur</u>

## **1.12 OUTRAS INFORMAÇÕES**

Não se registaram situações cuja natureza se possa enquadrar nas alíneas d), e) e g) do artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais.

## **1.13 IFRS 9 – INSTRUMENTOS FINANCEIROS**

Em 1 de Janeiro de 2018 entrou em vigor a IFRS 9 – Instrumentos Financeiros, norma contabilística que veio substituir a IAS 39 e que versa sobre a classificação e mensuração de ativos e passivos financeiros, imparidade e contabilidade de cobertura.

O impacto no total dos Capitais Próprios da 1ª aplicação do IFRS 9 em 1 de janeiro de 2018 (284.330 Euros após impostos) decorreu exclusivamente da alteração na metodologia de determinação de perdas por imparidade de instrumentos financeiros, com base no conceito de perda esperada definido no IFRS 9, que implicou um aumento das imparidades para clientes, no valor de 375.105 Euros, face ao método previsto no IAS 39 baseado na contabilização de perdas incorridas por risco de crédito.

Rubricas	Demonstrações de acordo com IAS 39	Ajustamentos IFRS 9	Demonstrações de acordo com IFRS 9
	31.12.2017	01.01.2018	01.01.2018
Imparidade de crédito a clientes	(7,389,499)	(375,105)	(7,764,604)
Ativos por impostos diferidos	1,146,607	90,775	1,237,382
<b>Total de Ativo</b>	<b>(6,242,892)</b>	<b>(284,330)</b>	<b>(6,527,222)</b>
Outras reservas e resultados transitados	(81,171,641)	284,330	(80,887,311)
<b>Total de Passivo e Capitais Próprios</b>	<b>(81,171,641)</b>	<b>284,330</b>	<b>(80,887,311)</b>

## 1.14 NOTA FINAL

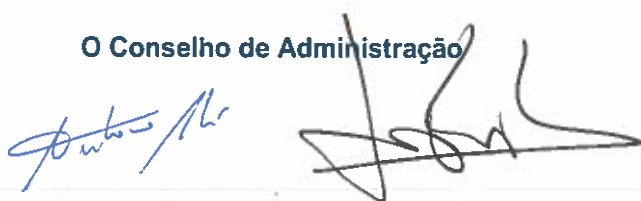
Com a apresentação do Relatório de Gestão, o Conselho de Administração, vem manifestar o seu agradecimento às autoridades monetárias e financeiras, pelo diálogo e rigor com que acompanham a Instituição.

Agradece ao acionista pela cooperação prestada e aos clientes pela preferência depositada na Sociedade, que em muito nos honra.

A todos os nossos colaboradores, agradecemos o seu contributo, empenho e dedicação, nestes 30 anos de atividade.

Porto Salvo, 19 de Fevereiro de 2019

O Conselho de Administração



## 2. DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA

**FCA CAPITAL PORTUGAL, INSTITUIÇÃO FINANCEIRA DE CRÉDITO, SA.**

**Capital Social : 10 000 000 Euros Integralmente realizados.**

Empreendimento Lagoas Park, Edifício 15, piso 2

2740-262 Porto Salvo

Matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Cascais sob o n.º 502673478.

Contribuinte n.º 502 673 478

### DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA em 31 de dezembro de 2018 e de 2017

( em Euros )

ACTIVO	Nota	2018	2017
<b>ACTIVO</b>			
Caixa e Saldos de Caixa em Bancos Centrais	3.4 e 3.5	1,429,186	2,065,566
Empréstimos e Contas a Receber	3.6	203,762,594	176,169,613
Activos Tangíveis	3.8	33,292	41,125
Activos Intangíveis	3.8	97,684	0
Activos por Impostos	3.9	1,454,399	1,146,607
Outros Activos	3.7 e 3.10	25,487,741	22,195,753
<b>TOTAL DO ACTIVO</b>		<b>232,264,896</b>	<b>201,618,664</b>
<b>PASSIVO E CAPITAL</b>			
<b>PASSIVO</b>			
Passivos Financeiros Detidos para Negociação	3.11	45,876	147,204
Passivos Financeiros Mensurados pelo Custo Amortizado	3.12	126,021,362	95,542,569
Provisões	3.13	1,064,773	1,403,136
Passivos por Impostos	3.9	0	554,053
Outros Passivos	3.9 e 3.14	4,024,562	7,383,484
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>		<b>131,156,573</b>	<b>105,030,446</b>
<b>CAPITAL</b>			
Fundos Próprios	3.15	10,000,000	10,000,000
Resultados Retidos	3.16	17,922,825	13,047,904
Outras Reservas	3.16	68,381,064	68,123,737
Resultado do Exercício	3.16	4,804,434	5,416,577
<b>TOTAL DO CAPITAL</b>		<b>101,108,323</b>	<b>96,588,218</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO E CAPITAL</b>		<b>232,264,896</b>	<b>201,618,664</b>

O Contabilista Certificado



O Administrador Delegado



## ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

**FCA CAPITAL PORTUGAL, INSTITUIÇÃO FINANCEIRA DE CRÉDITO, SA.**

Capital Social : 10 000 000 Euros integralmente realizados.

Empreendimento Lagoas Park, Edifício 15, piso 2

2740-262 Porto Salvo

Matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Cascais sob o nº. 502673478.

Contribuinte nº. 502 673 478

### DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS em 31 de dezembro de 2018 e de 2017

( em Euros )

RUBRICAS	Nota	2018	2017
<b>MARGEM FINANCEIRA</b>			
Receitas com Juros	3.17	12,737,198	11,080,453
Despesas com Juros	3.17	(3,340,128)	(2,369,104)
<b>TOTAL DA MARGEM FINANCEIRA</b>		<b>9,397,070</b>	<b>8,711,349</b>
<b>PRODUTO BANCÁRIO</b>			
Receitas de Taxas e Comissões	3.18	1,029,447	1,822,145
Despesas de Taxas e Comissões	3.19	(833,384)	(399,460)
Ganhos ou Perdas com Activos e Passivos Contabilizados pelo Justo Valor Através de Resultados (Valor Líquido)	3.11	98,624	180,841
Ganhos ou Perdas com Desreconhecimento de Activos Não Financeiros (Valor Líquido)	3.7	(4,938)	0
Outras Receitas Operacionais	3.20	968,243	1,598,154
Outras Despesas Operacionais	3.20	(118,634)	(61,088)
<b>TOTAL DO PRODUTO BANCÁRIO</b>		<b>10,536,428</b>	<b>11,851,941</b>
<b>OUTRAS RUBRICAS</b>			
Despesas de Pessoal	3.21	(1,980,634)	(1,894,306)
Outras Despesas Administrativas	3.22	(2,322,154)	(2,152,257)
Amortizações	3.8	(13,372)	(10,727)
Provisões ou Reversão de Provisões Líquidas para Riscos Bancários Gerais (Valor Líquido)	3.13	325,699	63,808
Imparidades ou reversão de imparidades de ativos financeiros não medidos pelo justo valor através dos resultados	3.6	(192,847)	(417,144)
Imparidade ou Reversão de Imparidades de Activos Não Financeiros	3.10	1,558	(21,210)
<b>RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS</b>		<b>6,354,678</b>	<b>7,420,105</b>
Despesas ou Receitas com Impostos	3.9	(1,550,244)	(2,003,528)
<b>RESULTADO APÓS DEDUÇÃO DE IMPOSTOS</b>		<b>4,804,434</b>	<b>5,416,577</b>
<b>RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>		<b>4,804,434</b>	<b>5,416,577</b>

O Contabilista Certificado



O Administrador Delegado



**FCA CAPITAL PORTUGAL, INSTITUIÇÃO FINANCEIRA DE CRÉDITO, SA.**

Capital Social : 10 000 000 Euros integralmente realizados.

Empreendimento Lagoas Park, Edifício 15, piso 2

2740-262 Porto Salvo

Matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Cascais sob o nº. 502673478.

Contribuinte nº. 502 673 478

**Demonstração do Rendimento Integral do período findo em 31 de dezembro de 2018 e 2017**  
( em Euros )

RUBRICAS	Notas	2018	2017
Resultado Líquido do Exercício	3.16	4,804,434	5,416,577
Outro Rendimento Integral		0	0
Itens que não são Reclasseificados pela Demonstração dos Resultados		0	0
Itens que poderão vir a ser Reclasseificados pela Demonstração dos Resultados		0	0
<b>Rendimento Integral do Exercício</b>		<b>4,804,434</b>	<b>5,416,577</b>

O Contabilista Certificado



O Administrador Delegado



## ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

### FCA CAPITAL PORTUGAL, INSTITUIÇÃO FINANCEIRA DE CRÉDITO, SA.

Capital Social : 10 000 000 Euros integralmente realizados.  
Empreendimento Lagoas Park, Edifício 15, piso 2  
2740-262 Porto Salvo  
Matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Cascais sob o n.º 502673478  
Contribuinte n.º 502 673 478

### Demonstração de Fluxos de Caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

( em Euros )

RUBRICAS	2018	2017
<b>ACTIVIDADES OPERACIONAIS</b>		
Fluxos operacionais antes das variações nos ativos e passivos		
Juros, comissões e outros proveitos equiparados recebidos	12,640,224	12,901,615
Juros, comissões e outros custos equiparados pagos	(3,361,344)	(2,725,351)
Recuperações de créditos incobráveis	794,229	1,116,200
Pagamentos ao pessoal	(1,895,755)	(1,853,864)
Pagamentos a fornecedores	(2,416,033)	(2,962,222)
Outros resultados	115,231	222,480
<b>Resultados operacionais antes das variações nos ativos e passivos</b>	<b>5,876,552</b>	<b>6,698,860</b>
(Aumentos) diminuições nos ativos operacionais		
Crédito a clientes	(28,200,479)	(22,732,306)
Outros ativos	(3,210,490)	(9,243,116)
	<b>(31,410,969)</b>	<b>(31,975,422)</b>
Aumentos (diminuições) nos passivos operacionais		
Recursos de outras instituições de crédito	30,478,793	27,936,852
Outros passivos	(3,358,922)	395,668
	<b>27,119,871</b>	<b>28,332,519</b>
<b>Caixa líquida das atividades operacionais antes dos impostos sobre lucros</b>	<b>1,585,454</b>	<b>3,055,957</b>
Pagamentos de impostos sobre lucros	(2,325,057)	(1,884,190)
<b>Caixa líquida das atividades operacionais</b>	<b>(739,603)</b>	<b>1,171,767</b>
<b>ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>		
Aquisições de ativos tangíveis e intangíveis, líquidas de alienações	103,223	(8,182)
<b>Fluxos de caixa líquidos das atividades de investimento</b>	<b>103,223</b>	<b>1,163,585</b>
<b>Aumento (diminuição) líquido de caixa e seus equivalentes</b>	<b>(636,380)</b>	<b>1,163,585</b>
<b>Caixa e seus equivalentes no início do exercício</b>	<b>2,065,566</b>	<b>901,981</b>
<b>Variação líquida de caixa e seus equivalentes</b>	<b>(636,380)</b>	<b>1,163,585</b>
<b>Caixa e seus equivalentes no fim do exercício</b>	<b>1,429,186</b>	<b>2,065,566</b>

O Contabilista Certificado



O Administrador Delegado



**ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Capital Social : 10 000 000 Euros integralmente realizados.  
Empreendimento Lagos Park, Edifício 15, piso 2  
2740-262 Porto Salvo  
Inscrita na Conservatória do Registo Comercial de Cascais sob o nº 502673478  
Contribuinte nº 502 673 478

**Demonstração de Alterações no Capital Próprio do exercício findo em 31 de dezembro de 2018 e 2017**

( em Euros )

Nota	Capital Social	Reservas Legais	Reservas Livres	Adaptação IFRS 9	Resultados Transferidos e Outras Reservas	Total de Reservas e Resultados Transferidos	Resultado Líquido do Exercício	Total do Capital Próprio
<b>Saldo em 31 de Dezembro de 2016</b>	10.000.000	8.100.448	59.235.507	0	8.978.956	76.314.911	4.856.730	91.171.641
- Aplicação do Resultado de 2016	0	787.782	0	0	4.068.948	4.856.730	-4.856.730	0
- Resultado Líquido do Exercício de 2017	0	0	0	0	0	0	5.416.577	5.416.577
<b>Saldo em 31 de Dezembro de 2017</b>	10.000.000	8.888.230	59.235.507	0	13.047.904	81.171.641	5.416.577	96.588.218
- Aplicação do Resultado de 2017	0	541.657	0	0	4.874.921	5.416.578	-5.416.578	0
- Resultado Líquido do Exercício de 2018	0	0	0	0	0	0	4.804.434	4.804.434
- Adopção da IFRS 9 - Instrumentos Financeiros	0	0	0	-284.330	0	-284.330	0	-284.330
<b>Saldo em 31 de Dezembro de 2018</b>	10.000.000	9.429.887	59.235.507	-284.330	17.922.825	86.303.889	4.804.433	101.108.322

O Contabilista Certificado

O Administrador Delegado




### 3. ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

#### 3.1. NOTA INTRODUTÓRIA

A **FCA Capital Portugal, Instituição Financeira de Crédito, SA.** (adiante igualmente designada por “Sociedade” ou “FCA Capital”) foi constituída em 31 de Outubro de 1991 tendo a sua sede no Empreendimento Lagoas Park, Edifício 15, Piso 2 – 2740-262 Porto Salvo.

A FCA Capital tem por objeto o exercício das atividades legalmente consentidas às Instituições Financeiras de Crédito, de acordo com o disposto no Decreto-Lei nº 186/2002, de 21 de Agosto, nomeadamente a prática de todas as operações permitidas aos bancos, com exceção da receção de depósitos.

Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, a atividade da Sociedade encontra-se segmentada nas vertentes de financiamento à aquisição a crédito de viaturas, novas e usadas, comercializadas em Portugal pelo Grupo FCA, pelo Grupo JLR, Maserati, Humer, Ferrari e por outras marcas (Programa Finplus), na locação financeira mobiliária de viaturas, na locação financeira imobiliária, bem como no crédito ao consumo e no apoio de tesouraria.

Conforme indicado na Nota 3.15 deste Anexo, a FCA Capital é detida integralmente pela *FCA Bank SpA*, uma instituição financeira detida em partes iguais pela *FCA Italy S.p.A* (empresa do Grupo Fiat Chrysler Automobiles) e pelo *Crédit Agricole Consumer Finance* (empresa detida a 100% pelo *Crédit Agricole, S.A.*). Consequentemente, as operações e transações da Sociedade são influenciadas pelas decisões do Grupo a que pertence. Os principais saldos e transações mantidos com empresas do Grupo encontram-se detalhados na Nota 3.24.



Todos os montantes apresentados neste Anexo são apresentados em Euros (com arredondamento às unidades), salvo se expressamente referido em contrário.

Estas demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão pelo Conselho de Administração da Sociedade em 19 de Fevereiro de 2019. No entanto, nos termos do art.º 68º do CSC, a Assembleia Geral de Acionistas pode recusar a proposta dos membros da Administração relativa à aprovação das contas desde que delibere, motivadamente, que se proceda à elaboração total de novas contas ou à reforma, em pontos concretos, das apresentadas.

## **3.2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS**

### **3.2.1. Bases de apresentação**

As demonstrações financeiras da FCA Capital foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, com base nos livros e registos contabilísticos mantidos de acordo com os princípios consagrados nas Normas Internacionais de Relato Financeiro, tal como adotadas na União Europeia (IAS/IFRS).

Desde de 1 de janeiro de 2017, na sequência da publicação do Aviso nº 5/2015, de 7 de dezembro, do Banco de Portugal, e do regime transitório previsto no seu artigo 3º, as demonstrações financeiras da FCA Capital passaram a ser preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adotadas na União Europeia.

A preparação de demonstrações financeiras em conformidade com as IFRS requer o uso de determinadas estimativas contabilísticas críticas, implicando também o exercício de julgamento pela Gestão, quanto à aplicação das políticas contabilísticas da Sociedade. As áreas das demonstrações financeiras que envolvem um maior grau de julgamento ou complexidade, ou as áreas cujos pressupostos e estimativas são significativos à preparação deste conjunto de demonstrações financeiras, encontram-se apresentadas na Nota 3.3.

### **3.2.2. Comparabilidade de informação**

A IFRS 9 é de aplicação obrigatória e substitui a IAS 39 para períodos iniciados em ou após 1 de janeiro de 2018. A FCA não reexpressou a informação comparativa com referência a 2017, utilizando assim uma possibilidade prevista na IFRS 9. Desta forma, a informação comparativa com referência a 2017 é apresentada de acordo com a IAS 39 e não é comparável com a informação apresentada com referência a 2018.

No âmbito da adoção da IFRS 9, os impactos da transição foram reconhecidos diretamente em resultados transitados em 1 de janeiro de 2018, conforme divulgado na Nota 3.16, às demonstrações financeiras.

### 3.2.3. Adoção de Normas Internacionais de Relato Financeiro Novas ou Revistas

A Instituição adotou a IFRS 7 Instrumentos Financeiros: Divulgações, a qual foi alterada de forma a refletir as alterações da IFRS 9 face à IAS 39.

A preparação de demonstrações financeiras requer que a Instituição efetue julgamentos e estimativas e utilize pressupostos que afetam a aplicação das políticas contabilísticas e os montantes de proveitos, custos, ativos e passivos. Alterações em tais pressupostos ou diferenças destes face à realidade poderão ter impactos sobre as atuais estimativas e julgamentos. As áreas que envolvem um maior nível de julgamento ou complexidade ou onde são utilizados pressupostos e estimativas significativas na preparação das demonstrações financeiras encontram-se analisadas na Nota 3.6.

As demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2018 foram aprovadas em reunião do Conselho de Administração em 19 de fevereiro de 2019.

A IFRS 9 introduziu novos requisitos para a classificação e mensuração dos ativos financeiros, passivos financeiros e para alguns contratos de compra ou venda de bens não financeiros. Este normativo substitui os requisitos previstos na IAS 39.

A IFRS 9 substitui, assim, o modelo de perdas incorridas da IAS 39 por um modelo de perdas esperadas.

Os novos modelos agora adotados seguem no quanto aplicável e com as devidas adaptações os critérios de referência e princípios presentes na Carta-Circular: CC/2018/00000062 de 2018/11/14 emitida pelo Banco de Portugal.

O impacto no momento da transição e no exercício foi de:

Rubricas	Demonstrações de acordo com IAS 39	Ajustamentos IFRS 9	Demonstrações de acordo com IFRS 9
	31.12.2017	01.01.2018	01.01.2018
Imparidade de crédito a clientes	(7,389,499)	(375,105)	(7,764,604)
Ativos por impostos diferidos	1,146,607	90,775	1,237,382
<b>Total de Ativo</b>	<b>(6,242,892)</b>	<b>(284,330)</b>	<b>(6,527,222)</b>
Outras reservas e resultados transitados	(81,171,641)	284,330	(80,887,311)
<b>Total de Passivo e Capitais Próprios</b>	<b>(81,171,641)</b>	<b>284,330</b>	<b>(80,887,311)</b>

A IFRS 16, 'Locações' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2019). A IFRS 16 substitui a IAS 17 — Locações, com impacto significativo na contabilização efetuada pelos locatários que passam a ser obrigados a reconhecer, para todos os contratos de locação, um passivo de locação, o qual reflete futuros pagamentos da locação e um ativo de "direito de uso", exceto certas locações de curto prazo (e 12 meses) e de ativos de baixo valor.

A definição de um contrato de locação também foi alterada, passando a estar baseada no “direito de controlar o uso de um ativo identificado”.

A abordagem de transição utilizada permite eleger um conjunto de expedientes práticos para a não aplicação da IFRS 16, nomeadamente: i) Locação de curto prazo, contratos de locação com um período inferior a 12 meses (incluindo opções de renovação); e ii) Locação de baixo valor, contratos de locação cujo valor do ativo seja igual ou inferior a 5 000 euros.

Para a Instituição, após verificação e validação dos contratos com fornecedores, a adoção desta norma, não tem qualquer impacto, na medida em que os contratos em vigor caem nas exceções consagradas na IFRS 16, anteriormente descritas.

Sendo uma Instituição de crédito, os contratos onde intervem como locador, já se encontram registados em activos.

### **3.2.3.1. Novas normas e interpretações aplicáveis ao exercício**

Em resultado do endosso por parte da União Europeia (UE), ocorreram as seguintes emissões, revisões, alterações e melhorias nas normas e interpretações com efeitos a partir de 1 de janeiro de 2017, as quais não tiveram efeitos nas políticas contabilísticas ou nas divulgações adotadas pela FCA Capital:

#### **IFRS 9 – ‘Instrumentos financeiros’**

A IFRS 9 substitui a IAS 39 – ‘Instrumentos financeiros: reconhecimento e mensuração’ e introduz alterações no que se refere: (i) à classificação e mensuração dos ativos financeiros, introduzindo uma simplificação na classificação com base no modelo de negócio definido pela gestão; (ii) ao reconhecimento da componente de “own credit risk” na mensuração voluntária de passivos ao justo valor; (iii) ao reconhecimento de imparidade sobre créditos a receber, com base no modelo de perdas estimadas em substituição do modelo de perdas incorridas; e (iv) às regras da contabilidade de cobertura, que se pretende que estejam mais alinhadas com o racional económico da cobertura de riscos definido pela Gestão.

As alterações são aplicáveis para os exercícios anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2018.

#### **IFRS 15 – ‘Rédito de contratos com clientes’**

Esta nova norma aplica-se apenas a contratos para a entrega de produtos ou prestação de serviços a clientes, e exige que a entidade reconheça o rédito quando a obrigação contratual de entregar ativos ou prestar serviços é satisfeita e pelo montante que reflete a contraprestação a que a entidade tem direito, conforme previsto na “metodologia das 5 etapas”. Esta norma prevê ainda o tratamento específico para transações como: contratos à consignação; acordos de recompra; direito de devolução; concessões de licenças; garantias; agenciamento; etc.

As alterações são aplicáveis para os exercícios anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2018.

#### **IFRS 15 – ‘Rédito de contratos com clientes – clarificações’**

Esta alteração corresponde a clarificações introduzidas à IFRS 15 e referem-se a indicações adicionais a seguir na: i) determinação das obrigações de desempenho de um contrato; ii) determinação do momento do reconhecimento do rédito de uma licença de propriedade intelectual; iii) identificação dos indicadores para a classificação da relação principal versus agente; e iv) seleção dos novos regimes transitórios previstos para a adoção da IFRS 15.

As alterações são aplicáveis para os exercícios anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2018.

#### **Melhorias anuais relativas ao ciclo 2014-2016**

Nas melhorias anuais relativas ao ciclo 2014-2016, o IASB introduziu a seguinte melhoria, efetiva a partir de 1 de janeiro de 2018:

#### **IFRS 12 Divulgações de interesses em outras entidades**

Esta melhoria clarifica que o âmbito da IFRS 12 inclui participações financeiras em subsidiárias, associadas e/ou empreendimentos conjuntos que fazem parte de grupos detidos para alienação (no âmbito da IFRS 5) e que a isenção da IFRS 12 respeita apenas à divulgação de informação financeira resumida destas entidades.

Esta melhoria é efetiva para períodos que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2018.

### **3.2.3.2. Novas normas e interpretações já emitidas mas que ainda não são obrigatórias**

As normas e interpretações recentemente emitidas pelo IASB cuja aplicação é obrigatória apenas em períodos com início em ou após 1 de julho de 2019 e que a Empresa não adotou antecipadamente são as seguintes:

#### **a) Já endossadas pela União Europeia**

#### **IFRIC 22 – ‘Operações em moeda estrangeira e contraprestação antecipada’**

A IFRIC 22 corresponde a uma interpretação à IAS 21 – ‘Os efeitos de alterações em taxas de câmbio’, referindo-se à determinação da ‘data da transação’ quando uma entidade paga ou recebe antecipadamente a contraprestação de contratos denominados em moeda estrangeira, sendo o fator que determina a taxa de câmbio a usar para conversão cambial das transações em moeda estrangeira a ‘data da transação’.

A norma deve ser aplicada em exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2019.

#### **IFRS 16 – ‘Locações’**

A IFRS 16 substitui a IAS 17 – “Locações” e as interpretações associadas, com impacto significativo na contabilização efetuada pelos locatários que passam a ser obrigados a reconhecer para todos os contratos de locação, um passivo de locação correspondente aos pagamentos futuros das rendas da locação e um ativo relativo ao “direito de uso”. Estão previstas isenções a este tratamento contabilístico para as locações de curto prazo (< 12 meses) e de ativos de baixo valor (< 5.000 USD). A definição de um contrato de locação também foi revista, sendo baseada no “direito de controlar o uso de um ativo identificado”.

No que se refere ao regime de transição, a IFRS 16 pode ser aplicada retrospectivamente ou pode ser seguida uma abordagem retrospectiva simplificada.

#### **IFRS 9 – ‘Elementos de pré-pagamento com compensação negativa’**

Esta alteração permite a classificação/mensuração de ativos financeiros ao custo amortizado mesmo que incluam condições que permitem o pagamento antecipado por um valor de contraprestação inferior ao valor nominal (“compensação negativa”), tratando-se de uma isenção aos requisitos previsto na IFRS 9 para a classificação de ativos financeiros ao custo amortizado. Adicionalmente, também é clarificado que quando se verifique uma modificação às condições de um passivo financeiro que não dê origem ao desreconhecimento, a diferença de mensuração tem de ser registada de imediato nos resultados do exercício.

A norma deve ser aplicada em exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2019.

#### **b) Ainda não endossadas pela União Europeia**

Da aplicação destas normas e interpretações não são esperados impactos relevantes para as demonstrações financeiras da Empresa:

#### **Melhorias anuais relativas ao ciclo 2015-2017**

Nas Melhorias anuais relativas ao ciclo 2015-2017, o IASB introduziu melhorias em quatro normas cujos resumos se apresentam de seguida:

#### **IAS 23 – ‘Custos de empréstimos obtidos’**

Esta melhoria clarifica que na determinação da taxa de média ponderada dos custos de empréstimos genéricos obtidos, para capitalização nos ativos qualificáveis, devem ser incluídos os custos dos empréstimos obtidos especificamente para financiar ativos qualificáveis, quando os ativos específicos já se encontrem na condição de uso pretendido.

A norma deve ser aplicada em exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2019.

#### **‘Alterações às IFRS pela publicação da nova Estrutura Conceptual’**

Resultante da publicação da nova Estrutura Conceptual o IASB introduziu alterações ao texto de várias normas e interpretações: IFRS 2, IFRS 3, IFRS 6, IFRS 14, IAS 1, IAS 8, IAS 34, IAS 37, IAS 38, IFRIC 12, IFRIC 19, IFRIC 20, IFRIC 22, SIC 32, de forma a clarificar sobre a aplicação ou não

das novas definições de ativo/passivo e gasto/rendimento, para além de algumas das características da informação financeira. Estas alterações são de aplicação retrospectiva, exceto se impraticável.

A norma deve ser aplicada em exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2020.

### **3.2.4. Instrumentos financeiros**

#### **a) Crédito a clientes e outros valores a receber**

O Crédito a clientes e outros valores a receber encontram-se registados ao valor nominal.

O custo dos bens locados, bem como o financiamento de aquisições a crédito, líquido de quaisquer descontos obtidos ou antecipações de rendas, é registado como crédito concedido.

O capital vincendo associado a contratos não rescindidos, mesmo que tenham rendas e outros valores vencidos, mantém-se classificado como crédito em situação normal.

O capital, juros, Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA) e outros valores vencidos e não cobrados relativos a contratos ainda em vigor, deduzidos dos juros anulados, são registados na rubrica “Crédito e juros vencidos” (Nota 3.6). Estes montantes são registados por classes temporais contadas a partir da data de início do incumprimento.

As rendas e outros valores vencidos e não cobrados, relativos a um mesmo contrato, são registadas na classe de risco em que se encontram os montantes por cobrar há mais tempo.

Na rubrica de “Créditos e juros vencidos” são ainda registados os créditos relativos a operações de locação financeira em que os contratos tenham sido rescindidos, por incumprimento das respetivas cláusulas contratuais por parte dos clientes. Nestas situações, o valor registado inclui também o capital vincendo na data de rescisão. Em geral, a Sociedade rescinde os contratos quando estes têm seis meses de prestações vencidas.

De acordo com as normas do Banco de Portugal, os juros sobre crédito vencido há mais de 90 dias que não estejam cobertos por garantias reais são reconhecidos como proveitos apenas quando recebidos.

#### **Imparidade de crédito**

A carteira de crédito da Sociedade está sujeita à constituição de imparidade, nos termos da Carta-Circular: CC/2018/00000062 de 2018/11/14. Seguindo a IFRS 9, modelo de perdas esperadas.

A Sociedade adota um modelo de imparidade desenvolvido pela casa mãe (*FCA Bank S.p.A.*), o qual visa estimar adequados níveis imparidade coletiva. A metodologia adotada para efeitos da estimativa de imparidade coletiva aplica-se à carteira de crédito e tem por base o estipulado pela IFRS 9 (Nota 3.27).

A análise individual incide sobre os clientes cuja exposição total seja igual ou superior a 150 milhares de euros, sendo efetuada com recurso a informação financeira e informação histórica, entre outras informações, seguindo a Carta-Circular CC/2018/00000062 de 2018/11/14

**b) Ativos e passivos financeiros**

Os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos e valorizados de acordo com os critérios definidos nas IAS 32 e IFRS 9, sendo registados na data de contratação pelo seu justo valor.

**3.2.5. Outras provisões**

Uma provisão é constituída quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de eventos passados relativamente à qual seja provável o futuro dispêndio de recursos, e este possa ser determinado com fiabilidade. O montante da provisão corresponde à melhor estimativa do valor a desembolsar para liquidar a responsabilidade na data do balanço.

Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, tais provisões encontram-se registadas no passivo e destinam-se a fazer face a eventuais contingências legais e fiscais.

Caso não seja provável o futuro dispêndio de recursos, trata-se de um passivo contingente. Os passivos contingentes são apenas objeto de divulgação, a menos que a possibilidade da sua concretização seja remota (Nota 3.2.8).

**3.2.6. Derivados de negociação**

Inclui todos os derivados que não estejam associados a relações de cobertura eficazes, tal como preconizado na Norma IFRS 9, nomeadamente, derivados contratados para cobertura de risco em ativos ou passivos registados ao justo valor através de resultados, tornando assim desnecessária a utilização de contabilidade de cobertura.

As categorias de mensuração previstas na IAS 39 para os instrumentos financeiros (i) justo valor através de resultados; (ii) disponíveis para venda; (iii) detidos até à maturidade e (iv) custo amortizado foram substituídas por:

- Ativos financeiros ao custo amortizado;
- Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral;
- Ativos financeiros ao justo valor através de resultados;
- Ativos financeiros ao justo valor através de resultados mandatório.

A contabilização de passivos financeiros mantém-se semelhante ao previsto na IAS 39, exceto quanto ao tratamento de ganhos e perdas resultantes do risco de crédito da própria entidade relacionados com passivos financeiros mensurados ao justo valor através de resultados, os quais são apresentados em outro rendimento integral sem reclassificação subsequente na demonstração de resultados.

Os derivados de negociação são registados ao justo valor, sendo os resultados apurados reconhecidos em proveitos e custos do exercício, nas rubricas de “Resultados de ativos e passivos financeiros avaliados ao justo valor através de resultados”, com exceção da parcela relativa a juros corridos e

liquidados, a qual é refletida em “Juros e rendimentos similares” e “Juros e encargos similares”. As reavaliações para o justo valor positivas e negativas são registadas nas rubricas “Ativos financeiros detidos para negociação” e “Passivos financeiros detidos para negociação”, respetivamente.

### **3.2.7. Impostos**

#### **i) Imposto corrente**

O imposto corrente é calculado com base no resultado contabilístico ajustado de acordo com a taxa efetiva de imposto. Para efeitos do apuramento do resultado fiscal, são adicionados e subtraídos ao resultado contabilístico os montantes não aceites fiscalmente e os passíveis de serem deduzidos, respetivamente.

A Sociedade encontra-se sujeita a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) à taxa de 21% sobre a matéria coletável, acrescida da derrama municipal à taxa de 1,5% sobre o lucro tributável, bem como derrama estadual à taxa de 3% sobre a parte do lucro tributável superior a € 1.500.000 e inferior a € 7.500.000, atingindo desta forma uma taxa agregada de cerca de 25,5%.

#### **ii) Imposto diferido**

Os impostos diferidos correspondem ao impacto no imposto a recuperar / pagar em períodos futuros resultante de diferenças temporárias dedutíveis ou tributáveis entre o valor de balanço dos ativos e passivos e a sua base fiscal, utilizadas na determinação do lucro tributável.

Os passivos por impostos diferidos são normalmente registados para todas as diferenças temporárias tributáveis, enquanto os ativos por impostos diferidos só são registados até ao montante em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros que permitam a utilização das correspondentes diferenças tributárias dedutíveis, prejuízos fiscais ou créditos fiscais.

Os impostos diferidos são calculados com base nas taxas de imposto que se antecipa estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias, que correspondem às taxas aprovadas ou substancialmente aprovadas na data de balanço.

Os impostos sobre o rendimento (correntes ou diferidos) são refletidos nos resultados do exercício, na medida em que as transações que os originaram sejam refletidas igualmente nos resultados do exercício.

O lucro tributável ou prejuízo fiscal apurado pela Instituição pode ser corrigido pela administração fiscal Portuguesa no prazo de quatro anos, exceto no caso de ter sido efetuada qualquer dedução ou utilizado crédito de imposto, em que o prazo de caducidade é o do exercício desse direito (5 ou 12 anos no caso de prejuízos fiscais, consoante o exercício). O Conselho e Administração considera que eventuais correções, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal, não terão efeito materialmente relevante ao nível das demonstrações financeiras.

Na apresentação do balanço, conforme estabelecido na IAS 12, o Banco procede à compensação de ativos e passivos por impostos diferidos uma vez que o rendimento a pagar às Autoridades Fiscais é determinado numa base líquida, isto é, compensando impostos ativos e passivos.

### **3.2.8. Ativos e passivos contingentes**

Os passivos contingentes não são reconhecidos, sendo divulgados nas respetivas notas, a menos que a possibilidade de uma saída de fundos futuros seja remota, caso em que não são objeto de divulgação.

Um ativo contingente é um eventual ativo que surja de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência ou não ocorrência de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob controlo da Sociedade. Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, mas divulgados no anexo quando é provável a existência de um benefício económico futuro.

### **3.2.9. Ativos fixos tangíveis**

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição (incluindo custos diretamente atribuíveis para colocar os ativos na localização e condição necessárias para os mesmos serem capazes de funcionar da forma pretendida) deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas, quando aplicável.

As amortizações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método das quotas constantes, por duodécimos, em conformidade com a sua vida útil estimada. As taxas de amortização praticadas traduzem-se nas seguintes vidas úteis estimadas dos ativos:

<u>Rubrica</u>	<u>Anos</u>
Instalações	10
Outro equipamento de transporte	4
Ferramentas e utensílios	4 a 10
Equipamento administrativo	3 a 10
Outros ativos fixos tangíveis	3 a 8

As despesas de reparação, manutenção e outras despesas associadas ao seu uso são reconhecidas como gasto do exercício, na rubrica “Fornecimentos e serviços externos”.

O ganho (ou a perda) resultante da alienação ou abate de um ativo fixo tangível é determinado como a diferença entre o justo valor do montante recebido na transação ou a receber e a quantia escriturada do ativo, líquida de amortizações e perdas de imparidade acumuladas, quando aplicável, sendo reconhecido em resultados no exercício em que ocorre o abate ou a alienação.

**Imparidade de ativos fixos tangíveis**

Em cada data de relato é efetuada uma revisão das quantias escrituradas dos ativos fixos tangíveis da Sociedade com vista a determinar se existe algum indicador de que os mesmos possam estar em imparidade. Se existir algum indicador, é estimada a quantia recuperável dos respetivos ativos a fim de determinar a extensão da perda por imparidade.

A quantia recuperável do ativo consiste no maior de entre:

- (i) o justo valor deduzido de custos para vender, e
- (ii) o valor de uso.

Na determinação do valor de uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados usando uma taxa de desconto que reflita as expectativas do mercado quanto ao valor temporal do dinheiro e quanto aos riscos específicos do ativo relativamente aos quais as estimativas de fluxos de caixa futuros não tenham sido ajustadas.

Sempre que a quantia escriturada do ativo for superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade. A perda por imparidade é registada de imediato na demonstração dos resultados. A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando existem evidências de que as perdas por imparidade reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. A reversão das perdas por imparidade é também reconhecida na demonstração dos resultados. A reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortizações) caso a perda por imparidade anterior não tivesse sido registada.

**3.2.10. Ativos não correntes detidos para venda**

Esta rubrica inclui ativos não correntes cuja quantia escriturada será recuperada principalmente através de uma transação de venda, ao invés de o ser pelo uso continuado, e que satisfazem as seguintes condições:

- Estão disponíveis para venda imediata na sua condição presente, sujeito apenas aos termos que sejam habituais para a venda de tais ativos;
- A sua venda é altamente provável, isto é:
  - i) A Administração da Sociedade está empenhada num plano para vender o ativo;
  - ii) Foi iniciado um programa para localizar um comprador e concluir o plano;
  - iii) O ativo foi amplamente publicitado para venda a um preço que é razoável em relação ao seu justo valor corrente; e
  - iv) A venda será concluída dentro de um ano a partir da data da classificação.

Na data do reconhecimento inicial, os ativos não correntes detidos para venda são mensurados pelo menor valor entre a sua quantia escriturada e o justo valor menos os custos de vender.

Qualquer redução inicial ou posterior do ativo para o justo valor menos os custos de vender é reconhecida como uma perda por imparidade. Qualquer ganho resultante de um aumento posterior no

justo valor menos os custos de vender de um ativo é reconhecido, mas não para além da perda por imparidade cumulativa que tenha sido reconhecida anteriormente.

Enquanto estiverem classificados como detidos para venda, os ativos não correntes não são depreciados (ou amortizados).

### **3.2.11. Caixa e seus equivalentes**

Para efeitos da preparação da demonstração dos fluxos de caixa, a Sociedade considera como “Caixa e seus equivalentes” o total dos saldos das rubricas “Caixa e disponibilidades em bancos centrais” e “Disponibilidades em outras instituições de crédito”.

### **3.2.12. Reconhecimento de custos e proveitos**

Os custos e os proveitos são registados no exercício a que respeitam, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio contabilístico da especialização do exercício.

### **3.2.13. Comissões**

As comissões por serviços prestados são normalmente reconhecidas como proveito ao longo do período de prestação do serviço ou de uma só vez, se corresponderem a uma compensação pela execução de atos únicos, sendo contabilizadas na rubricas Receitas de taxas e comissões

As comissões relativas a operações de crédito e outros instrumentos financeiros, nomeadamente comissões cobradas ou pagas na origem das operações, são reconhecidas ao longo do período das operações pelo método da taxa de juro efetiva nas rubricas de “Rendimentos de serviços e comissões” e “Encargos com serviços e comissões”.

### **3.2.14. Eventos subsequentes**

Os eventos ocorridos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço (*adjusting events*) são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço (*non adjusting events*), se materiais, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

## **3.3. PRINCIPAIS ESTIMATIVAS E INCERTEZAS ASSOCIAÇÃO À APLICAÇÃO DAS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS**

A preparação das demonstrações financeiras requer a elaboração de estimativas e a adoção de pressupostos por parte do Conselho de Administração da Sociedade, que podem afetar o valor dos

ativos e passivos, réditos e custos, assim como de passivos contingentes divulgados. As estimativas com maior impacto nas demonstrações financeiras da Sociedade incluem as abaixo apresentadas.

### **3.3.1. Determinação de impostos sobre lucros**

Os impostos sobre os lucros (correntes e diferidos) são determinados pela Sociedade com base nas regras definidas pelo enquadramento fiscal em vigor. No entanto, em algumas situações, a legislação fiscal pode não ser suficientemente clara e objetiva, originando a existência de diferentes interpretações. Nestes casos, os valores registados resultam do melhor entendimento dos órgãos responsáveis da Sociedade sobre o correto enquadramento das suas operações, o qual é no entanto suscetível de ser questionado por parte das Autoridades Fiscais.

Adicionalmente, os impostos diferidos ativos são reconhecidos quando se estimam que sejam recuperáveis e até ao montante em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros que acomodem as diferenças temporárias dedutíveis.

### **3.3.2. Imparidade do crédito**

A carteira de crédito da Instituição está sujeita à constituição de imparidade, nos termos da Carta-Circular: CC/2018/00000062 de 2018/11/14. Seguindo a IFRS 9, modelo de perdas esperadas.

A Instituição adota um modelo de imparidade desenvolvido pela casa mãe (FCA Bank S.p.A.), o qual visa estimar adequados níveis imparidade coletiva. A metodologia adotada para efeitos da estimativa de imparidade coletiva aplica-se à carteira de crédito e tem por base o estipulado pela IFRS 9

A análise individual incide nomeadamente, sobre os clientes cuja exposição total seja igual ou superior a 150 milhares de euros, clientes em situação de fraude, insolvência, com acordos, etc, sendo efetuada com recurso a informação financeira e informação histórica, entre outras informações, seguindo o indicado na Carta-Circular: CC/2018/00000062 de 2018/11/14.

### **3.3.3. Avaliação dos colaterais nas operações de crédito**

As avaliações dos colaterais de operações de crédito, nomeadamente hipotecas de imóveis e penhores de veículos automóveis, foram efetuadas com o pressuposto da manutenção de todas as condições do mercado, durante o período de vida das operações, tendo correspondido à melhor estimativa do justo valor dos referidos colaterais na data do balanço.

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram consideradas nessas estimativas. Alterações a estas estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas em resultados de forma prospetiva, conforme disposto pelo IAS 8 – “Políticas Contabilísticas, Alterações nas Estimativas Contabilísticas e Erros”.

### **3.3.4. Justo valor dos instrumentos financeiros**

O justo valor de um instrumento financeiro corresponde ao montante pelo qual um ativo ou passivo financeiro pode ser vendido ou liquidado entre partes independentes, informadas e interessadas na concretização da transação em condições normais de mercado. O justo valor dos instrumentos financeiros é apurado mensalmente em função de indicadores definidos, avaliados e transmitidos pela casa-mãe.

### **3.4. CAIXA E SALDOS DE CAIXA EM BANCOS CENTRAIS**

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2018	2017
Depósitos à ordem em bancos centrais	436,771	452,972
Caixa	0	0
	<u>436,771</u>	<u>452,972</u>

Os depósitos à ordem no Banco de Portugal visam satisfazer as exigências criados pela aplicação do requisito de liquidez (LCR), conforme estipulado pelo Regulamento (UE) N.º 575/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de junho de 2013.

### **3.5. DISPONIBILIDADES EM OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO**

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2018	2017
Banco Comercial Português, SA ( Millenium BCP )	947,218	1,351,456
Caixa Geral de Depositos, SA. ( CGD )	45,197	261,138
Outros Bancos	0	0
	<u>992,415</u>	<u>1,612,594</u>

### **3.6. CRÉDITO A CLIENTES**

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 esta rubrica apresenta a seguinte composição:

## ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

	2018	2017
<b><u>Crédito Vincendo:</u></b>		
<i><b>Retail Financing</b></i>		
Crédito Automóvel	72,372,995	60,516,831
Locadoras	63,940,799	52,607,972
Locação Financeira Mobiliária	40,111,481	37,947,999
Crédito ao Consumo	542,897	719,595
Locação Financeira Imobiliária	365,394	474,009
<i><b>Dealer Financing</b></i>		
Jaguar / Land Rover	21,607,485	22,814,069
Ferrari	2,033,763	1,098,926
Hymer	1,355,158	599,694
Corporate Identity	888,043	867,303
Maserati	834,682	1,776,521
Cash Advance	200,000	250,000
	<b>204,252,697</b>	<b>179,672,919</b>
<b><u>Crédito e Juros Vencidos:</u></b>		
<i><b>Retail Financing</b></i>		
Crédito Automóvel	1,914,955	2,276,376
Locação Financeira Mobiliária	1,220,094	864,170
Locadoras	90,634	13,071
Crédito ao Consumo	66,029	81,979
<i><b>Dealer Financing</b></i>		
Jaguar / Land Rover	2,927,195	121,959
Cash Advance	977,243	991,243
Maserati	336,859	-
Hymer	278,360	750
Ferrari	-	61,861
	<b>7,811,369</b>	<b>4,411,409</b>
<b><u>Outros</u></b>		
Prémios de seguro de contratos de locação financeira	696,794	592,246
	<b>696,794</b>	<b>592,246</b>
Total de crédito concedido	<b>212,760,860</b>	<b>184,676,574</b>
Juros a receber de crédito concedido	<b>417,198</b>	<b>365,138</b>
<b><u>Comissões diferidas com base na taxa efectiva ( proveitos ):</u></b>		
Comissões administrativas	(3,100,066)	(2,518,641)
Comissões de seguros	(2,070,123)	(1,717,044)
Comissões de campanhas	(545,275)	(540,682)
	<b>(5,715,464)</b>	<b>(4,776,367)</b>
<b><u>Comissões diferidas com base na taxa efectiva ( custos ):</u></b>		
Comissões de angariação de contratos	3,349,263	2,787,586
Comissões administrativas	651,694	506,181
Comissões de seguros	-	-
	<b>4,000,957</b>	<b>3,293,767</b>
Total de diferimentos	<b>(1,714,507)</b>	<b>(1,482,600)</b>
Crédito a clientes antes de imparidades	<b>211,463,551</b>	<b>183,559,112</b>
Perdas de Imparidade para crédito e juros vencidos e para crédito de cobrança duvidosa	<b>(7,700,957)</b>	<b>(7,389,499)</b>
<b>Crédito a clientes líquido de imparidades</b>	<b>203,762,594</b>	<b>176,169,613</b>

## ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2018, a rubrica “Credito Vincendo – locadoras” representa o montante de crédito concedido a locadoras por um prazo máximo de 2 anos. Atualmente, por via da alteração contratual efetuada em 2015, a FCA Capital tem a opção de venda das viaturas retomadas à *Fiat Chrysler Automobiles Portugal, SA* (FCA Portugal), pelo valor das viaturas à data da retoma, não podendo o mesmo exceder o valor residual definido contratualmente (Nota 3.24).

À data de 31 de dezembro de 2018 o crédito vivo e respetivo valor de retoma associado a esta rubrica ascendia a 8.653.715 Euros e 55.287.084 Euros, respetivamente (Em 31 de dezembro de 2017 estes montantes eram respetivamente de 7.639.081 Euros e 44.968.890 Euros). Como garantia do cumprimento das responsabilidades pelas locadoras, a Sociedade dispõe de garantias bancárias que cobrem uma parte substancial do crédito concedido.

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, as rubricas Crédito vincendo – Dealer referem-se a financiamentos concedidos a concessionários representantes das marcas “Jaguar”, “Land Rover”, “Hymer” e “Maserati”, bem como a oficinas de reparação para a aquisição de veículos e peças daquelas marcas. Como garantia do cumprimento daquelas responsabilidades, a Sociedade dispõe de garantias bancárias que cobrem uma parte significativa do valor em dívida.

Nas mesmas datas, o montante de crédito concedido (Dealer Finance), bem como as respetivas garantias bancárias afetas eram como segue:

CRÉDITO A CLIENTES ( JAGUAR LAND ROVER )				
	2018			
	Crédito vivo	Crédito vencido	Crédito total	Garantias bancárias
Carclasse – Comércio de Automóveis, S.A.	6,986,851	0	6,986,851	1,150,000
JOP – Veículos e Peças, S.A.	6,698,497	0	6,698,497	402,500
M. Coutinho Centro – Comércio de Automóveis, S.A.	2,878,824	0	2,878,824	828,000
Fomento Industrial e Agrícola do Algarve, Lda.	2,552,210	158,900	2,711,110	487,500
Auto - Sueco II Automóveis, S.A.	2,491,103	0	2,491,103	410,000
Revor Lisboa, S.A.	0	1,771,271	1,771,271	1,375,000
Revor Porto, S.A.	0	997,024	997,024	782,500
Outros	0	0	0	0
	<u>21,607,485</u>	<u>2,927,195</u>	<u>24,534,680</u>	<u>5,435,500</u>

## ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2017				
	Crédito vivo	Crédito vencido	Crédito total	Garantias bancárias
Revor Lisboa, S.A.	6,046,717	35,544	6,082,261	1,375,000
Carclasse – Comércio de Automóveis, S.A.	5,586,714	0	5,586,714	1,150,000
M. Coutinho Centro – Comércio de Automóveis, S.A.	3,161,528	0	3,161,528	414,000
Revor Porto, S.A.	2,347,950	86,415	2,434,365	782,500
JOP – Veículos e Peças, S.A.	2,345,584	0	2,345,584	402,500
Fomento Industrial e Agrícola do Algarve, Lda.	2,003,535	0	2,003,535	487,500
Auto - Sueco II Automóveis, S.A.	1,038,403	0	1,038,403	410,000
Outros	283,638	0	283,638	0
	<b>22,814,069</b>	<b>121,959</b>	<b>22,936,028</b>	<b>5,021,500</b>

### CRÉDITO A CLIENTES ( MASERATI )

2018				
	Crédito vivo	Crédito vencido	Crédito total	Garantias bancárias
AML Sport, S.A.	834,682	336,859	1,171,541	400,000
	<b>834,682</b>	<b>336,859</b>	<b>1,171,541</b>	<b>400,000</b>

2017				
	Crédito vivo	Crédito vencido	Crédito total	Garantias bancárias
AML Sport, S.A.	1,776,521	0	1,776,521	400,000
	<b>1,776,521</b>	<b>0</b>	<b>1,776,521</b>	<b>400,000</b>

### CRÉDITO A CLIENTES ( FERRARI )

2018				
	Crédito vivo	Crédito vencido	Crédito total	Garantias bancárias
FBO Motor Sports - Com. Rep. Automóveis, Lda.	2,033,763	0	2,033,763	400,000
	<b>2,033,763</b>	<b>0</b>	<b>2,033,763</b>	<b>400,000</b>

**ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

2017				
	Crédito vivo	Crédito vencido	Crédito total	Garantias bancárias
FBO Motor Sports - Com. Rep. Automóveis, Lda.	1,098,926	61,861	1,160,787	400,000
	1,098,926	61,861	1,160,787	400,000

**CRÉDITO A CLIENTES ( HYMER )**

	2018			
	Crédito vivo	Crédito vencido	Crédito total	Garantias bancárias
J. C. & Parracho - Rent-a-Car, Lda.	877,961	278,360	1,156,321	30,000
J. Sousa Mesquita, Lda.	477,197	0	477,197	25,000
	1,355,158	278,360	1,633,518	55,000

	2017			
	Crédito vivo	Crédito vencido	Crédito total	Garantias bancárias
J. C. & Parracho - Rent-a-Car, Lda.	452,858	0	452,858	30,000
J. Sousa Mesquita, Lda.	146,836	750	147,586	25,000
	599,694	750	600,444	55,000

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a rubrica "Crédito vincendo e vencido – *Cash Advance*" refere-se essencialmente a empréstimos de curto prazo concedidos a concessionários e postos de venda enquadrados na política comercial da Sociedade (*Cash advance*).

De acordo com os contratos celebrados, os concessionários e os postos de venda propõem-se colocar mensalmente na Sociedade contratos de financiamento a clientes de valor pelo menos igual ao do empréstimo concedido.

Apresenta-se de seguida, nesta datas, a decomposição dos respetivos saldos:

## ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

	2018		
	Crédito vivo	Crédito vencido	Crédito total
SGS Car - Soc. Com. Automóveis, Lda.	200,000	0	200,000
Automeclis - Comércio de Automóveis, S.A.	0	0	0
Ficacém - Com. Reparação de Automóveis, S.A.	0	650,000	650,000
Funchalauto - Com. Indústria de Automóveis, Lda.	0	200,000	200,000
Fimafra - Automóveis e Equipamentos, Lda.	0	127,243	127,243
Barreiros & Duarte, Com. Aum. Unip. Lda.	0	0	0
	200,000	977,243	1,177,243

	2017		
	Crédito vivo	Crédito vencido	Crédito total
SGS Car - Soc. Com. Automóveis, Lda.	200,000	0	200,000
Automeclis - Comércio de Automóveis, S.A.	50,000	0	50,000
Ficacém - Com. Reparação de Automóveis, S.A.	0	650,000	650,000
Funchalauto - Com. Indústria de Automóveis, Lda.	0	200,000	200,000
Fimafra - Automóveis e Equipamentos, Lda.	0	127,243	127,243
Barreiros & Duarte, Com. Aum. Unip. Lda.	0	14,000	14,000
	250,000	991,243	1,241,243

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a rubrica “Crédito vincendo e vencido – *Corporate Identity*” refere-se essencialmente a empréstimos de médio prazo concedidos a concessionários para a renovação das suas imagens cooperativas. Apresenta-se de seguida, nesta datas, a decomposição dos respetivos saldos:

	2018		
	Crédito vivo	Crédito vencido	Crédito total
Santogal M - Com. Rep. Automóveis, Lda.	264,838	0	264,838
C.A.M. - Camiões, Automóveis e Motores, S.A.	227,125	0	227,125
SGS Car - Soc. Com. Automóveis, Lda.	145,205	0	145,205
Martins de Sá & Irmão, S.A.	96,639	0	96,639
S. C. Automóveis e Componentes, S.A.	86,930	0	86,930
M. Coutinho Centro – Comércio de Automóveis, S.A.	67,306	0	67,306
	888,043	0	888,043

## ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

	2017		
	Crédito vivo	Crédito vencido	Crédito total
C.A.M. - Camiões, Automóveis e Motores, S.A.	311,900	0	311,900
SGS Car - Soc. Com. Automóveis, Lda.	229,062	0	229,062
Martins de Sá & Irmão, S.A.	124,557	0	124,557
S. C. Automóveis e Componentes, S.A.	112,042	0	112,042
M. Coutinho Centro – Comércio de Automóveis, S.A.	89,742	0	89,742
	<u>867,303</u>	<u>0</u>	<u>867,303</u>

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a rubrica "Comissões diferidas com base na taxa efetiva (custos)" corresponde a encargos suportados pela sociedade no âmbito do processo de aceitação e celebração de contratos junto da sua rede de captação de negócio.

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a rubrica "Comissões diferidas com base na taxa efetiva (proveitos) - Comissões de campanhas" corresponde à comparticipação da FCA Portugal nas campanhas realizadas pela Sociedade. As comparticipações da FCA Portugal são recebidas no início dos contratos e diferidas de acordo com o método da taxa de juro efetiva. Nos exercícios de 2018 e 2017, a Sociedade reconheceu em proveitos na rubrica "Juros e rendimentos similares – De campanhas" os montantes de 275.397 Euros e 329.646 Euros, respetivamente (Notas 3.17 e 3.24).

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, as rubricas "Comissões diferidas com base na taxa efetiva (proveitos) – Comissões administrativas" corresponde a valores de comissões cobrados aos clientes durante a celebração do contrato, bem como por diversos serviços prestados pela sociedade durante o decurso do mesmo.

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, as rubricas "Comissões diferidas com base na taxa efetiva (proveitos) – Comissões de seguros" corresponde a valores de comissões recebidas pela sociedade pela sua atividade de mediador de seguros junto da sua carteira de clientes.

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, o crédito vincendo apresenta a seguinte estrutura por prazos residuais de vencimento (posição de cada contrato, considerando o escalão de prazo referente à última prestação):

	2018	2017
Até 3 meses	22,584,242	16,801,715
De três meses a um ano	85,143,077	57,546,788
De um a três anos	48,437,696	37,497,065
De três a cinco anos	26,147,957	27,392,989
Mais de cinco anos	21,825,756	40,420,427
Indeterminado	113,969	13,936
	<u>204,252,697</u>	<u>179,672,919</u>

## ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, o crédito e juros vencidos apresenta a seguinte estrutura por antiguidade de saldos:

	2018	2017
Até 3 meses	1,274,962	384,858
De três meses a um ano	2,831,254	323,501
De um a cinco anos	805,053	3,277,674
Mais de cinco anos	2,900,100	425,376
	<u>7,811,369</u>	<u>4,411,409</u>

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, o crédito vincendo associado a contratos não rescindidos com crédito vencido há mais de 90 dias:

	2018	2017
Vincendo associado a vencido com + 90 dias	1,370,022	2,357,610
	<u>1,370,022</u>	<u>2,357,610</u>

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a imparidade registada para fazer face ao risco de crédito pode ser analisada como segue:

	2018	2017
<b><i>Retail Financing</i></b>		
Crédito Automóvel	2,439,902	2,397,043
Locação Financeira Mobiliária	2,268,805	2,510,669
Locadoras	232,385	18,791
Crédito ao Consumo	75,419	90,147
Locação Financeira Imobiliária	0	138
<b><i>Dealer Financing</i></b>		
Cash Advance	979,107	1,041,349
Jaguar / Land Rover	863,071	1,196,334
Maserati	770,880	68,957
Ferrari	40,198	38,039
Hymer	27,304	287
Corporate Identity	3,886	27,745
	<u>7,700,957</u>	<u>7,389,499</u>

Em 31 de dezembro de 2018, a variação de imparidade face ao risco de crédito pode ser analisada como segue:

MOVIMENTO DA IMPARIDADE DURANTE O EXERCÍCIO DE 2018					
Saldo Inicial do Fundo	Acréscimos	Utilizações	Decréscimos	Ajust IFRS 9	Saldo Final do Fundo
7,389,499	1,935,145	-256,494	-1,742,298	375,105	7,700,957

## ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Considerando que a Norma Internacional de Relato Financeiro 9 “Instrumentos Financeiros” (IFRS 9), com aplicação obrigatória a partir de 1 de janeiro de 2018, requer a utilização de um modelo de perdas esperadas que vem substituir o modelo de perdas incorridas previsto na Norma Internacional de Contabilidade 39 “Instrumentos financeiros: Reconhecimento e mensuração” (IAS 39).

Para a linha de negócio Retail, o Grupo FCA Bank adopta o modelo Rolling Evo que vem substituir o Rolling FRI (Valfondi). Para a linha de negócio Dealer Financing é agora adoptado também um modelo do Grupo “New DF PD statistical model” que substitui o anterior modelo “Bad debt provision – Large Exposures procedure”.

Os novos modelos agora adotados seguem no quanto aplicável e com as devidas adaptações os critérios de referência e princípios presentes na Carta-Circular: CC/2018/00000062 de 2018/11/14 emitida pelo Banco de Portugal.

Ao universo de contratos assinalados como reestruturados, aos quais, considerando uma política prudencial de gestão do risco de crédito, é aplicada a percentagem de imparidade da banda de origem no momento da reestruturação, ou a actual se mais elevada. Esta metodologia é aplicada durante um período de 12 meses após a activação da reestruturação.

Para as exposições de retalho, analisadas individualmente, a imparidade é calculada sobre contas a receber que desviam do comportamento de risco típico da carteira de Retalho, exposições que apresentam fraudes, processos de insolvência, exposições superior a 150 000 euros, entre outras de natureza qualitativa.

Em 31 de dezembro de 2018, a carteira de crédito total, detalhada por stage segundo definido na IFRS 9, é apresentada como segue:

		2018		
	Stage 1	Stage 2	Stage 3	TOTAL
<b>Retail Financing</b>				
Crédito	166,034,268	9,596,879	4,393,616	180,024,763
Imparidade	(379,470)	(871,003)	(3,766,038)	(5,016,511)
Líquido	165,654,798	8,725,876	627,578	175,008,252
<b>Dealer Financing</b>				
Crédito	26,521,708	-	4,917,080	31,438,788
Imparidade	(325,529)	-	(2,358,917)	(2,684,446)
Líquido	26,196,179	-	2,558,163	28,754,342
TOTAL	191,850,977	8,725,876	3,185,741	203,762,594

### 3.7. ATIVOS NÃO CORRENTES DETIDOS PARA VENDA

Esta rubrica em 31 de dezembro de 2017 era, composta por um imóvel recuperado pela Sociedade resultante da entrada em situação de incumprimento por parte do locatário de um contrato de leasing imobiliário.

	2018	2017
Ativos não correntes disponíveis para venda	-	434,274
Imparidade	-	(218,174)
	-	216,100

A Sociedade vendeu o imóvel em Fevereiro de 2018, por 225.000 Euros, tendo gerado uma perda de 4.938 Euros, Tendo pago uma comissão por intermediação de venda de 13.838 Euros.

### 3.8. ATIVOS TANGÍVEIS E INTANGÍVEIS

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, o movimento ocorrido no valor dos ativos fixos tangíveis e intangíveis, bem como nas respetivas amortizações e perdas de imparidade acumuladas, foi o seguinte:

	2017			2018		
Rubricas	Valor de balanço (Bruto)	Amortizações e imparidades acumuladas	Aquisições	Amortizações do exercício	Alienações e abates líquidos	Valor de balanço (Líquido)
Instalações	-	-	-	-	-	-
Equipamento básico	-	-	-	-	-	-
Equipamento de transporte	47,000	(5,875)	-	(7,833)	-	33,292
Ferramentas e utensílios	-	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	-	-	-	-	-	-
Outros activos fixos tangíveis	-	-	-	-	-	-
	47,000	(5,875)	-	(7,833)	-	33,292

	2017			2018		
Rubricas	Valor de balanço (Bruto)	Amortizações e imparidades acumuladas	Aquisições	Amortizações do exercício	Alienações e abates líquidos	Valor de balanço (Líquido)
Software CRC	-	-	103,223	(5,539)	-	97,684
	-	-	103,223	(5,539)	-	97,684

### 3.9. ATIVOS E PASSIVOS POR IMPOSTOS

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos, designadamente em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) e de Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), e pelo período de cinco anos em sede de Segurança Social, podendo resultar, devido a diferentes interpretações da

## ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

legislação fiscal, eventuais liquidações adicionais relativamente aos exercícios de 2015 a 2018. Adicionalmente, e de acordo com o Artigo 63º do Código do IRC, a Autoridade Tributária e Aduaneira poderá efetuar as correções necessárias para a determinação do lucro tributável, sempre que, em virtude de relações especiais entre o contribuinte e outra pessoa, sujeita ou não a IRC, tenham sido estabelecidas condições diferentes das que seriam normalmente acordadas entre pessoas independentes, conduzindo a que o resultado apurado com base na contabilidade seja diverso do que se apuraria na ausência dessas relações.

Em virtude de diferentes interpretações da legislação fiscal poderão ser efetuadas eventuais correções pelas autoridades fiscais. No entanto, na opinião do Conselho de Administração da Sociedade, não é previsível que qualquer liquidação adicional, relativamente aos exercícios acima indicados, seja significativa para as demonstrações financeiras anexas.

A reconciliação entre a taxa nominal e a taxa efetiva de imposto corrente, relativa aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, pode ser demonstrada como se segue:

	2018		2017	
	Taxa de imposto	Montante	Taxa de imposto	Montante
Resultado antes de impostos		6,354,678		7,420,105
Imposto com base na taxa de imposto nominal	24.13%	1,533,137	24.89%	1,847,127
Tributação autónoma	1.11%	70,421	0.76%	56,309
Contribuição para o sector bancário	0.00%	0	1.05%	77,713
Correcções de estimativa do exercício anterior	-0.27%	-17,376	0.26%	18,998
Ajustamento tributário, líquido	(0.57%)	(35,939)	(0.29%)	(21,674)
	<u>24.40%</u>	<u>1,550,244</u>	<u>26.66%</u>	<u>1,978,473</u>

Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 a taxa nominal de imposto foi apurada da seguinte forma:

	2018			
	Taxa de imposto	Resultado antes de impostos	Imposto	Taxa nominal
Taxa normal de imposto	22.50%	1,500,000	337,500	5.31%
Taxa normal de imposto acrescida da derrama	25.50%	4,854,678	1,237,943	19.48%
		<u>6,354,678</u>	<u>1,575,443</u>	<u>24.13%</u>

	2017			
	Taxa de imposto	Resultado antes de impostos	Imposto	Taxa nominal
Taxa normal de imposto	22.50%	1,500,000	337,500	4.55%
Taxa normal de imposto acrescida da derrama	25.50%	5,920,105	1,509,627	20.35%
		<u>7,420,105</u>	<u>1,847,127</u>	<u>24.89%</u>

## ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, o imposto corrente a pagar foi determinado como segue:

	2018	2017
Estimativa de imposto corrente do exercício	1,603,558	1,959,475
Pagamentos por conta	(1,656,577)	(1,399,992)
Cont Sector Bancário	(121,797)	-
Retenções de impostos na fonte	(6,261)	(5,430)
Imposto a recuperar / pagar	(181,077)	554,053

O movimento verificado nos ativos e passivos por impostos diferidos, durante os exercícios de 2018 e 2017 diz respeito essencialmente à constituição de provisões temporariamente não aceites como custo fiscal, conforme se segue:

Rubrica	Saldos a 31/12/2017	Reforços	Reversões	Transf. + / -	Saldos a 31/12/2018
Riscos gerais de crédito	24,833	0	(3,735)	0	21,098
Para imparidade do crédito	470,499	468,305	(483,708)	0	455,096
Impacto de transição IFRS9	0	90,775	-	-	90,775
Imparidade e ajustamentos em imóveis	52,798	-	(52,798)	-	0
Outras provisões	598,477	107,876	-	-	706,353
	<u>1,146,607</u>	<u>666,956</u>	<u>(540,241)</u>	<u>0</u>	<u>1,273,322</u>

Rubrica	Saldos a 31/12/2016	Reforços	Reversões	Transf. + / -	Saldos a 31/12/2017
Riscos gerais de crédito	24,833	0	0	0	24,833
Para imparidade do crédito	257,266	436,774	(379,878)	156,337	470,499
Imparidade e ajustamentos em imóveis	48,042	4,756	0	0	52,798
Outras provisões	685,184	65,486	(152,193)	0	598,477
	<u>1,015,325</u>	<u>507,016</u>	<u>(532,071)</u>	<u>156,337</u>	<u>1,146,607</u>

A rubrica de Imposto do exercício e diferido, apresenta-se:

	2018	2017
Estimativa de imposto corrente do exercício	(1,603,558)	(1,959,475)
Pagamentos por conta	1,656,577	1,399,992
Cont Sector Bancário	121,797	-
Retenções de impostos na fonte	6,261	5,430
Imposto a recuperar / pagar	181,077	(554,053)
Imposto diferido	1,273,322	1,146,607
	<u>1,454,399</u>	<u>592,554</u>

### 3.10. OUTROS ATIVOS

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2018	2017
<b><u>Devedores diversos</u></b>		
* Concessionários	516,955	1,781,402
* FCA Dealer Services Portugal, S.A. ( Nota 3.24 )	0	1,191,912
* FCA Portugal, S.A. ( Nota 3.24 )	0	223,429
* FCA Capital France, S.A. ( Nota 3.24 )	90,684	57,584
* FCA Motor Village Portugal, S.A. ( Nota 3.24 )	330,467	16,876
* Comissões de seguros	419,575	391,623
* Contratos em receção	14,868,685	11,102,435
* Outros	290,035	228,716
<b><u>Activos não correntes detidos p/venda</u></b>	0	216,100
<b><u>Setor Público Administrativo</u></b>		
* Imposto sobre o Valor Acrescentado a recuperar	8,971,340	6,987,234
	25,487,741	22,197,311
Imparidade em outros ativos	0	(1,558)
<b><u>Outros ativos líquidos de imparidade</u></b>	25,487,741	22,195,753

Em 31 de dezembro de 2017 a rubrica “FCA Dealer Services” corresponde essencialmente ao valor equivalente a contratos ativados no início de 2018, calculado com base na atribuição de contratos de Crédito e Leasing atribuídos neste exercício por intermediação das sociedades com contrato de Concessão.

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a rubrica de “Comissões de seguro” corresponde às comissões a receber das seguradoras *Financial Insurance Company Limited (Grupo AXA)* e *Financial Assurance Company Limited (Grupo AXA)*, que atuam em Portugal sob a marca comunitária *AXA Partners – Credit & Lifestyle Protection*, pela angariação de contratos de seguros associados aos contratos de locação financeira e de crédito ao consumo celebrados pela Sociedade. Adicionalmente, o saldo desta rubrica inclui os prémios a receber da *AXA Partners – Credit & Lifestyle Protection* relativos a contratos rescindidos antecipadamente, bem como as comissões a receber relativamente ao último trimestre de 2018 e 2017.

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a rubrica de “Concessionários” refere-se, essencialmente, a débitos de Imposto Único de Circulação, juros debitados a concessionários JLR e à faturação de valores residuais de contratos de locação financeira efetuados a estes nos últimos dias do mês.

## ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a rubrica de “Contratos em receção” refere-se, essencialmente, a contratos de leasing financeiro a serem celebrados com rent-a-cars, tendo a Instituição já procedido ao pagamento dos mesmos ao fornecedor das viaturas.

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a rubrica de “IVA a recuperar”, refere-se essencialmente ao negócio RAC/Leasing financeiro. Dada a natureza do negócio, a Instituição deduz iva a quando da receção da factura para activação do contrato, sendo IVA liquidado mensalmente nas rendas a facturar ao cliente sendo o valor residual facturado no final do contrato.

Em 31 de Dezembro de 2018, a rubrica “Outros” inclui nomeadamente, os montantes de 11.545 Euros e 118.389 Euros, respeitantes, respetivamente, a juros de campanhas e comissões em processos de contratos RAC atribuíveis à FCA Portugal, SA (Nota 3.24). Em 31 de Dezembro de 2017 estes montantes eram de 44.744 Euros e 152.817 Euros respetivamente.

### 3.11. PASSIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, o saldo desta rubrica refere-se ao justo valor de operações de *swaps* de taxa de juro contratadas com a casa-mãe (FCA Bank S.p.A) (4 e 5 operações em 2018 e 2017, respetivamente). No âmbito de tais contratos, a Instituição troca taxas de juro variáveis por taxas de juro fixas.

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, o justo valor dos *swaps* e os prazos residuais por montante notional apresentam o seguinte detalhe:

2018								
Justo valor	Até 3 meses	> 3 meses ≤ 6 meses	> 6 meses ≤ 1 ano	> 1 ano ≤ 2 anos	> 2 anos ≤ 3 anos	> 3 anos ≤ 5 anos	> 5 anos	Valor notional total
2,632	500,000						-	500,000
26,599			3,100,000	250,000			-	3,350,000
15,045				1,000,000	300,000		-	1,300,000
1,601			1,000,000	1,000,000			-	2,000,000
45,876	500,000	0	4,100,000	2,250,000	300,000	0	0	7,150,000

2017								
Justo valor	Até 3 meses	> 3 meses ≤ 6 meses	> 6 meses ≤ 1 ano	> 1 ano ≤ 2 anos	> 2 anos ≤ 3 anos	> 3 anos ≤ 5 anos	> 5 anos	Valor notional total
79,745	-	-	-	3,100,000	250,000	-	-	3,350,000
40,970	500,000	500,000	1,000,000	500,000	-	-	-	2,500,000
16,075	-	-	-	-	1,000,000	300,000	-	1,300,000
9,818	1,000,000	-	1,000,000	-	-	-	-	2,000,000
596	-	1,700,000	1,000,000	1,000,000	1,000,000	-	-	4,700,000
147,204	1,500,000	2,200,000	3,000,000	4,600,000	2,250,000	300,000	0	13,850,000

## ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Os juros a pagar incluídos no apuramento do justo valor dos contratos de swap em aberto em 31 de dezembro de 2018 e 2017, nos montantes de 7.475 Euros e 16.146 Euros, respectivamente, foram registados por contrapartida da rubrica de “Despesas com Juros” (Nota 3.17).

A 31 de Dezembro de 2018 e 2017, o saldo da rubrica “Ganhos/Perdas com activos e passivos contabilizados pelo justo valor a através de resultados – Valor líquido” da demonstração de resultados no montante de 98.624 e 180.841 Euros, respectivamente, refere-se ao impacto líquido da reavaliação das operações de derivados.

### 3.12. PASSIVOS FINANCEIROS MENSURADOS PELO CUSTO AMORTIZADO

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2018	2017
<b><u>À vista</u></b>		
* Descobertos bancários	0	0
<b><u>A prazo ou com pré-aviso</u></b>		
* Empréstimos de curto prazo	126,000,000	95,500,000
	<u>126,000,000</u>	<u>95,500,000</u>
Juros a pagar	21,362	42,569
	<u>126,021,362</u>	<u>95,542,569</u>

Em 31 de dezembro de 2018, os descobertos bancários encontravam-se domiciliados na seguinte instituição financeira e apresentavam as seguintes condições contratuais:

	Limite Crédito	Remuneração
Caixa Geral de Depósitos	12,500,000	EUR 12M + 1,70%
	<u>12,500,000</u>	

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, os empréstimos obtidos a prazo, ou com pré-aviso, encontravam-se domiciliados nas seguintes entidades:

	2018	2017
Caixa Geral de Depósitos	0	0
Credit Agricole Consumer Finance	0	0
FCA Bank (Nota 3.24)	126,000,000	95,500,000
	<u>126,000,000</u>	<u>95,500,000</u>

## ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, os empréstimos obtidos a prazo ou com pré-aviso apresentam a seguinte estrutura em função do seu prazo residual:

	2018	2017
Até três meses	0	30,500,000
De três a 6 meses	28,000,000	0
De um a três anos	98,000,000	65,000,000
	<u>126,000,000</u>	<u>95,500,000</u>

### 3.13. PROVISÕES

O movimento nas provisões até 31 de dezembro de 2018 e 2017 foi o seguinte:

2018						
	Saldos em 31.12.17	Dotações	Reposições	Utilizações	Transferências	Saldos em 31.12.18
Provisões para garantias e compromissos assumidos	400,000				0	400,000
Provisões para riscos bancários gerais	1,003,136	12,436	(338,135)	(12,664)	0	664,773
Provisões para outras aplicações	0	0	0	0	0	0
	<u>1,403,136</u>	<u>12,436</u>	<u>(338,135)</u>	<u>(12,664)</u>	<u>0</u>	<u>1,064,773</u>

2017						
	Saldos em 31.12.16 *	Dotações	Reposições	Utilizações	Transferências	Saldos em 31.12.17
Provisões para garantias e compromissos assumidos	634,250	0	(234,250)	0	0	400,000
Provisões para riscos bancários gerais	1,128,734	721,931	(551,489)	(296,040)	0	1,003,136
Provisões para outras aplicações	0	0	0	0	0	0
	<u>1,762,984</u>	<u>721,931</u>	<u>(785,739)</u>	<u>(296,040)</u>	<u>0</u>	<u>1,403,136</u>

Em 31 de dezembro de 2017 a Sociedade assumiu perante a FCA Dealer Services o risco de incobrabilidade das responsabilidades do produto *Cash Advance* do concessionário abaixo indicado tendo constituído uma provisão para fazer face ao compromisso de recompra destes ativos e de compensação da FCA Dealer Services pelas perdas em que esta venha a incorrer resultante do processo de cobrança dos créditos.

	2018	2017
Mundaauto - Sociedade Comercial de Automóveis, S.A.	400,000	400,000
	<u>400,000</u>	<u>400,000</u>

Em 31 de dezembro de 2018 a rubrica “Outras provisões” no total de 1.064.773 Euros inclui, conforme referido acima, 400.000 Euros para fazer face ao risco de incobrabilidade no produto *Cash Advance*, 503.873 Euros para cobrir desvalorizações de valores residuais e 160.900 Euros para cobrir outros encargos operativos, nomeadamente despesas com acondicionamento de viaturas locadas e coimas.

### 3.14. OUTROS PASSIVOS

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 esta rubrica apresenta a seguinte composição:

## ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

	2018	2017
<b><u>Fornecedores</u></b>	167,188	125,549
<b><u>Credores Diversos</u></b>		
* FCA Portugal, S.A. ( Nota 3.24 )	163,871	3,504,929
* Concessionários	677,422	796,545
* Comissões de Seguros ( Nota 3.27 )	395,981	387,295
* Pagamentos Parcelares e Outros Recebimentos a Regularizar	414,749	274,423
* Cauções Recebidas	112,139	162,944
* FCA Bank, S.p.A.	0	120,160
* FCA Motor Village Portugal, S.A. ( Nota 3.24 )	2,456	420,863
* Outros	18,871	21,081
<b><u>Remunerações a Liquidar</u></b>	538,469	452,440
<b><u>Custos Administrativos</u></b>		
* Bónus de Volume		
* FCA Motor Village Portugal, S.A. ( Nota 3.24 )	384,282	302,326
* Outros	193,491	277,195
* Custos com Campanhas		
* FCA Motor Village Portugal, S.A. ( Nota 3.24 )	38,772	0
* Outros	536,339	169,848
* FCA Portugal, S.A. ( Nota 3.24 )	1,097	0
* FCA Capital España, E.F.C. S.A.	179,367	162,549
* Auditoria e Consultoria	105,964	46,403
<b><u>Sector Público Administrativo</u></b>		
* Imposto do Selo	21,824	81,886
* Contribuições para a Segurança Social	40,077	40,155
* Outros Impostos	32,203	36,893
	<b><u>4,024,562</u></b>	<b><u>7,383,484</u></b>

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a rubrica “Comissões de seguros” refere-se à estimativa dos prémios dos contratos de seguro angariados pela Sociedade que ainda não foram faturados pela *Genworth Financial*.

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 o saldo da rubrica “Pagamentos parcelares e outros recebimentos por regularizar” refere-se, essencialmente, a antecipações de contratos e a pagamentos parciais de prestações que apenas foram associados aos respetivos contratos de locação financeira no exercício seguinte.

Em 31 de dezembro de 2017, a sociedade registou a importância de 3.504.92 euros a favor da FCA Portugal, SA. que diz respeito à facturação de viaturas, que irão ter contratos activados em 2018.

Em 31 de dezembro de 2018, a rubrica de “Remunerações a liquidar” inclui essencialmente a especialização de férias e subsídio de férias e dos prémios a pagar no exercício seguinte aos colaboradores, nos montantes de 325.618 Euros e 212.852 Euros, respetivamente (246.172 Euros e 181.835 Euros para o subsídio de férias e para os prémios a liquidar em 31 de Dezembro de 2017, respetivamente).

### 3.15. FUNDOS PRÓPRIOS

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, o capital social da Sociedade encontrava-se representado por 2.000.000 de ações com o valor nominal de 5 Euros cada, integralmente subscritas e realizadas, sendo detidas na sua totalidade pelo *FCA Bank S.p.A.*.

### 3.16. OUTRAS RESERVAS, RESULTADOS TRANSITADOS E LUCROS DO EXERCÍCIO

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, estas rubricas têm a seguinte composição:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Outras reservas		
* Reservas legais	9,429,887	8,888,230
* Reservas livres	59,235,507	59,235,507
* Impactos de transição IFRS 9	-284,330	0
	<u>68,381,064</u>	<u>68,123,737</u>
Resultados retidos	<u>17,922,825</u>	<u>13,047,904</u>
Resultado do exercício	<u>4,804,434</u>	<u>5,416,577</u>
	<u>91,108,323</u>	<u>86,588,218</u>

#### Reserva legal

Em conformidade com o disposto no Decreto-Lei nº 298/92, de 31 de Dezembro, alterado pelo Decreto-Lei nº 201/2002, de 26 de Setembro, a Sociedade constitui um fundo de reserva legal até à concorrência do capital ou do somatório das reservas livres constituídas e dos resultados transitados, se superior. Para tal, é anualmente transferido para esta reserva uma fração não inferior a 10% do resultado líquido do exercício, até perfazer o referido montante. Esta reserva só pode ser utilizada para a cobertura de prejuízos acumulados ou para aumentar o capital.

#### Impactos de transição – IFRS 9

## ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

O impacto no total dos Capitais Próprios da 1ª aplicação do IFRS 9 em 1 de janeiro de 2018 (284.330 Euros após impostos) decorreu exclusivamente da alteração na metodologia de determinação de perdas por imparidade de instrumentos financeiros, com base no conceito de perda esperada definido no IFRS 9, que implicou um aumento das imparidades para clientes, no valor de 375.105 Euros, face ao método previsto no IAS 39 baseado na contabilização de perdas incorridas por risco de crédito.

Rubricas	Demonstrações de acordo com IAS 39	Ajustamentos IFRS 9	Demonstrações de acordo com IFRS 9
	31.12.2017	01.01.2018	01.01.2018
Imparidade de crédito a clientes	(7,389,499)	(375,105)	(7,764,604)
Ativos por impostos diferidos	1,146,607	90,775	1,237,382
<b>Total de Ativo</b>	<b>(6,242,892)</b>	<b>(284,330)</b>	<b>(6,527,222)</b>
Outras reservas e resultados transitados	(81,171,641)	284,330	(80,887,311)
<b>Total de Passivo e Capitais Próprios</b>	<b>(81,171,641)</b>	<b>284,330</b>	<b>(80,887,311)</b>

### Aplicação dos resultados

Na Assembleia Geral, de 15 de maio de 2018, procedeu-se à deliberação da aplicação de resultados para o exercício de 2017.

Na próxima Assembleia Geral, será proposto pelo Conselho de Administração da Sociedade a aplicação do resultado líquido do exercício de 2018.

### 3.17. RECEITAS/DESPESAS COM JUROS

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, estas rubricas apresentam a seguinte composição:

**ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
<b><u>Receitas com Juros</u></b>		
* De crédito concedido	7,630,384	6,947,398
* De disponibilidades	7	0
<b>Comissões recebidas associadas ao custo amortizado</b>		
* Comissões administrativas (Notas 3.6 e 3.24)	4,011,272	3,305,503
* Comissões de seguros	820,138	497,906
* De campanhas (Notas 3.6 e 3.24)	275,397	329,646
	<u>12,737,198</u>	<u>11,080,453</u>
<b><u>Despesas com Juros</u></b>		
* De empréstimos	1,609,058	715,816
* De instrumentos derivados - IRS Swaps	114,140	189,553
<b>Comissões pagas associadas ao custo amortizado</b>		
* Comissões por angariação de contratos	1,616,930	1,463,735
	<u>3,340,128</u>	<u>2,369,104</u>
<b>Margem Financeira</b>	<u>9,397,070</u>	<u>8,711,349</u>

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, o saldo da rubrica “Comissões recebidas ao custo amortizado - de campanhas” refere-se a comissões auferidas pela Sociedade no âmbito de ações promocionais pelas respetivas marcas. Estas comissões são diferidas ao longo da vida dos contratos e reconhecidas com base no método da taxa de juro efetiva (Nota 3.6).

Está incluída nesta rubrica a comparticipação da FCA Portugal nas campanhas realizadas pela Sociedade tendo sido reconhecidos relativamente a estas comparticipações os montantes de 275.397 Euros e 286.942 Euros em 31 de dezembro de 2018 e 2017, respetivamente (Nota 3.24).

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, o saldo da rubrica “Comissões administrativas” refere-se ao valor cobrado pela Sociedade aos seus clientes, por contrato celebrado, no âmbito do processo de aprovação de crédito. Estas comissões são diferidas e reconhecidas com base no método da taxa de juro efetiva (Nota 3.6).

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a rubrica “Comissões de seguros” corresponde às comissões recebidas pela angariação de contratos de seguros. Estas comissões são diferidas e reconhecidas com base no método da taxa de juro efetiva (Nota 3.6).

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a rubrica “Juros e encargos similares – de empréstimos” inclui juros relativos aos financiamentos obtidos junto do *FCA Bank S.p.A.*, nos montantes de 1.641.546 Euros e 609.984 Euros, respetivamente (Nota 3.24).

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, o saldo da rubrica “Comissões por angariação de contratos” respeitava aos custos suportados pela Sociedade, por contrato celebrado, no âmbito do processo de

aprovação de crédito. Estas comissões são diferidas e reconhecidas com base no método da taxa de juro efetiva (Nota 3.6).

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, esta rubrica inclui os custos suportados pela Sociedade relativamente à FCA Motor Village Portugal, S.A. nos montantes de 853.306 Euros e 663.861 Euros, respetivamente (Nota 3.24).

### 3.18. RECEITAS DE TAXAS E COMISSÕES

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 estas rubricas apresentam a seguinte composição:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
<b><u>Reembolso de despesas</u></b>		
* De despesas de cobrança	244,735	213,149
* De portes	302,179	299,977
Comissões associadas ao negócio JLR	12,436	1,030,561
Outras comissões	46,341	32,644
<b><u>Prestação de serviços diversos</u></b>		
* Penalizações por antecipações	63,959	67,194
* Outras penalizações	359,797	178,620
	<u>1,029,446</u>	<u>1,822,145</u>

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, o saldo da rubrica "Reembolso de despesas - Despesas de cobrança" corresponde ao valor debitado pela Instituição pelo atraso no pagamento de prestações por parte dos seus clientes, sendo o mesmo apenas registado no momento do seu recebimento.

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, o saldo da rubrica "Reembolso de despesas - Portes" corresponde ao valor debitado pela Instituição aos seus clientes por cada prestação cobrada.

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, o saldo da rubrica "Prestação de serviços diversos" corresponde ao valor debitado pela Instituição resultante de alterações solicitadas pelos clientes relacionadas com a antecipação dos contratos e de outras condições contratuais.

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, o saldo da rubrica "Comissões associadas ao negócio JLR" incorpora respetivamente os montantes de 12.436 e 529.002 Euros, respetivamente, correspondentes ao valor debitado pela Instituição resultante acções promocionais desenvolvidas em conjunto com a JLR.

Em 31 de dezembro de 2017 o contrato de cooperação existente com a Jaguar Land Rover Group finalizou pelo que a Instituição reconheceu os rendimentos que daí resultaram num montante de 501.559 Euros, tendo sido celebrado um novo acordo sem que exista lugar a facturação por parte da FCA Capital ao grupo JLR.

### 3.19. DESPESAS DE TAXAS E COMISSÕES

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, estas rubricas apresentam a seguinte composição:

	2018	2017
Comissões associadas ao negócio JLR	701,913	286,895
Comissões por operações realizadas por terceiros	97,636	50,495
Outras comissões pagas	33,835	62,070
	<u>833,384</u>	<u>399,460</u>

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, o saldo da rubrica “Comissões associadas ao negócio JLR” é constituído por encargos suportados pela Instituição na realização de acções promocionais para as marcas Jaguar e Land Rover.

Em 2018 um novo contrato de cooperação com a Jaguar Land Rover Group foi celebrado, Instituição reconheceu os custos que daí resultaram num montante de 292.000 Euros.

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, o saldo da rubrica “Comissões por operações realizadas por terceiros” refere-se a custos associados à cobrança de valores nas restantes instituições de crédito nacionais, onde se encontram domiciliadas as contas de depósitos dos clientes da Sociedade.

### 3.20. OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, estas rubricas apresentam a seguinte composição:

## ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

	2018	2017
<b><u>Outras receitas operacionais:</u></b>		
Recuperação de crédito		
* Capital	756.718	745.233
* Juros e outras despesas	22.803	370.967
FCA Dealer Services Portugal, S.A. ( Nota 3.24 )	20.446	259.269
Crédit Agricole Consumer Finance, S.A. ( Nota 3.24 )	0	66.280
Emolumentos	0	39.659
Ganhos em ativos não financeiros ( tangíveis )	0	13.990
Outras		
* Reservas de propriedade	154.985	96.098
* Reembolso de despesas de tribunal	372	4.949
* Mais-valias em bens adquiridos por recuperação	12.917	1.709
* Outros	0	0
	<u>968.242</u>	<u>1.598.154</u>
<b><u>Outras despesas operacionais:</u></b>		
Impostos indiretos	(24.084)	(19.335)
Fundo de resolução	(42.660)	(18.447)
Quotizações e donativos	(16.319)	(7.183)
Outros	(35.571)	(16.123)
	<u>(118.634)</u>	<u>(61.088)</u>
	<u>849.608</u>	<u>1.537.066</u>

A rubrica de “Recuperação de crédito” compreende os valores referentes a dívidas de clientes recuperados através da via judicial e extra judicial.

A rubrica de reembolso de despesas, nomeadamente “Emolumentos” e “Reservas de propriedade”, é composta essencialmente pelos valores faturados a concessionários e outros agentes com intervenção no financiamento de viaturas, referentes a registos na conservatória do registo automóvel e de notariado.

A rubrica de “Mais-valias em bens adquiridos por recuperação” resulta da diferença positiva entre a venda dos automóveis locados em regime Leasing e o valor desses mesmos bens registados nos livros da sociedade.

Durante o ano de 2018 a Insituição celebrou um novo contrato de prestação de serviços com a FCA Dealer Portugal, SA, cujo objeto abrange: serviços de apoio e manutenção de IT e serviços administrativos de contabilidade, de gestão de recursos humanos e, outros serviços de suporte. O valor correspondente a este contrato ascendeu ao montante de 20.446 Euros.

**3.21. DESPESAS DE PESSOAL**

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, estas rubricas apresentam a seguinte composição:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Remunerações dos Órgãos de Administração	0	2,100
Remunerações dos empregados	1,512,062	1,401,379
Encargos Sociais		
* Segurança Social	354,101	345,331
* Outros	19,259	15,723
	<u>373,359</u>	<u>361,054</u>
Outros encargos com o pessoal		
* Indemnizações contratuais	11,172	63,336
* Seguros de saúde	27,699	25,209
* Formação obrigatória	24,945	12,498
* Despesas de recrutamento	22,822	14,576
* Outros	8,574	14,154
	<u>95,212</u>	<u>129,773</u>
	<u>1,980,634</u>	<u>1,894,306</u>

Durante o ano de 2018, a Instituição cedeu 1 empregado à empresa do grupo FCA Capital France, tendo facturado os encargos a este afectos, pelo valor de 258.129 Euros.

Em 31 de Dezembro de 2017, o saldo da rubrica “Indemnizações contratuais” referia-se ao montante pago a título de indemnizações por contratos celebrados com funcionários da Sociedade.

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, o número médio de pessoal ao serviço da Sociedade era de 40.

**3.22. OUTROS DESPESAS ADMINISTRATIVAS**

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, estas rubricas apresentam a seguinte composição:

## ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

	2018	2017
<b><u>Fornecimentos de terceiros:</u></b>		
* Água, energia e combustíveis	34,612	26,969
* Material de consumo corrente	353	1,361
* Outros	889	1,008
	<u>35,854</u>	<u>29,338</u>
<b><u>Serviços de terceiros</u></b>		
* FCA Dealer Services (Nota 3.24)	506,167	560,633
* Trabalho independente	358,249	328,024
* Reservas, transferências e registos	227,586	217,394
* Auditoria e consultoria	196,190	105,090
* FCA Capital España, E.F.C. S.A.	181,557	120,218
* Serviços de recuperação de créditos	156,460	122,900
* Serviços especializados de informática	135,950	123,526
* Rent-a-car (Nota 3.24)	128,986	150,644
* Judiciais, contencioso e notariado	88,209	37,146
* Material de publicidade	84,760	96,053
* Assistência jurídica à Sociedade	71,390	45,304
* Deslocações e estadas	39,127	40,572
* Seguros de viaturas de serviço próprio	39,120	29,357
* Serviços de informações	21,950	26,240
* Rendas e alugueres	18,067	20,773
* Comunicações e despesas de expedição	11,753	9,361
* Serviços de processamento de salários	8,973	13,658
* Conservação e reparação	8,567	5,315
* Outros	3,238	70,711
	<u>2,286,300</u>	<u>2,122,919</u>
	<u>2,322,154</u>	<u>2,152,257</u>

Nos termos do contrato de prestação de serviços celebrado com a FCA Dealer Services, relativo a cedência de espaço e equipamento, serviços de apoio e manutenção de equipamento informático, serviços de conservação e reparação, serviços de comunicações, foram faturados durante os exercícios de 2018 e 2017, os montantes de 506.167 Euros e 560.633 Euros, respetivamente (Nota 3.24).

Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, a rubrica “Rent-a-car” regista o valor correspondente à locação operacional de viaturas com a sociedade SGALD Automotive e com a FCA Dealer Services.

### 3.23. PROVEITOS POR MERCADOS GEOGRÁFICOS E LINHAS DE NEGÓCIO

Todos os proveitos gerados pela atividade da Sociedade nos exercícios de 2018 e 2017 resultaram de operações realizadas em Portugal. Por outro lado, no que se refere ao modelo de segmentação por linhas

## ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

de negócio anexo à Instrução nº 11/2007, do Banco de Portugal, a atividade da Sociedade enquadra-se no âmbito da categoria denominada de “Banca Comercial”.

Adicionalmente, para efeitos da aplicação do disposto na Norma IFRS 8 – “Segmentos operacionais”, o Conselho de Administração da Sociedade considera que toda a sua atividade creditícia se insere na linha de negócio designada por “Crédito especializado”, não sendo assim aplicável uma maior desagregação da informação para além da divulgada no presente anexo.

### 3.24. SALDOS E TRANSAÇÕES COM ENTIDADES RELACIONADAS

São consideradas entidades relacionadas todas as empresas do Grupo FCA e os órgãos de gestão da Sociedade.

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, os principais saldos da demonstração da posição financeira e as principais transações ocorridas nas demonstrações dos resultados com entidades do Grupo FCA eram os seguintes:

Rubrica	2018						CACF
	FCA Portugal	FCA Dealer	FCA Bank	FCA Capital Espanã	FCA Capital France	FCA IMV	
Crédito a clientes (Nota 3.6)	53,971,831	-	-	-	-	921,013	-
Outros activos (Nota 3.10)	9,814,574	-	-	-	90,684	330,467	-
Passivos financeiros detidos para negociação (Nota 3.11)	-	-	(45,876)	-	-	-	-
Passivos financeiros (Nota 3.12)	-	-	(126,021,362)	-	-	-	-
Outros passivos (Nota 3.14)	(164,969)	(28,550)	-	(179,367)	-	(425,510)	-
Provisões (Nota 3.13)	-	(400,000)	-	-	-	-	-
Receitas com juros (Nota 3.17)	(275,397)	-	-	-	-	-	-
Despesas com juros (Nota 3.17)	45,833	264,080	1,641,546	-	-	853,306	-
Passivos financeiros detidos para negociação (Nota 3.11)	-	-	(98,624)	-	-	-	-
Outros receitas operacionais (Nota 3.20)	-	(20,446)	-	-	-	-	-
Despesas de pessoal (Nota 3.21)	-	-	-	-	(258,129)	-	-
Gastos gerais administrativos (Nota 3.22)	-	506,167	31,519	181,557	-	-	-
Instrumentos financeiros (Nota 3.11)	-	-	7,150,000	-	-	-	-

Saldos devedores / ( Saldos credores )

## ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

	2017							
Rubrica	FCA Portugal	FCA Dealer	FCA Bank	FCA Espanã	FCA France	FCA IMV	CACF	
Crédito a clientes (Nota 3.6)	44,968,890	-	-	-	-	-	-	
Outros activos (Nota 3.10)	223,429	1,191,912	-	-	57,584	16,876	-	
Passivos financeiros detidos para negociação (Nota 3.11)	-	-	(147,204)	-	-	-	-	
Passivos financeiros (Nota 3.12)	-	-	-95,542,569	-	-	-	-	
Outros passivos (Nota 3.14)	(3,504,929)	(13,351)	-120,160	(162,549)	-	(723,189)	-	
Provisões (Nota 3.13)	-	(400,000)	-	-	-	-	-	
Receitas com juros (Nota 3.17)	(286,942)	-	-	-	-	-	(66,280)	
Despesas com juros (Nota 3.17)	229,072	75,596	609,984	-	-	663,861	17,250	
Passivos financeiros detidos para negociação (Nota 3.11)	-	-	(180,841)	-	-	-	-	
Outros receitas operacionais (Nota 3.20)	-	-259,269	-	-	-	-	-	
Gastos gerais administrativos (Nota 3.22)	-	632,859	-	120,218	-	-	-	
Instrumentos financeiros (Nota 3.11)	-	-	13,850,000	-	-	-	-	
Saldos devedores / ( Saldos credores )								

O saldo de crédito a clientes referente à FCA Portugal e FCA MV, refere-se ao valor máximo que esta se compromete a pagar se a opção de venda das viaturas for exercida pela FCA Capital.

Nos exercícios de 2018 e 2017 os membros do Conselho de Administração não receberam qualquer tipo de remuneração pelo exercício das suas funções nos órgãos de gestão da Sociedade.

O Conselho Fiscal da FCA Capital Portugal IFIC, SA, membro independente, auferir uma remuneração fixa anual, aprovada pela Assembleia Geral no início de cada mandato, tendo esta sido em 2018 de 22,000 Euros.

Durante os exercícios de 2018 e 2017, não existem créditos concedidos aos órgãos de gestão.

### 3.25. OPERAÇÕES A PRAZO NÃO VENCIDAS À DATA DO BALANÇO

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a Sociedade mantinha em aberto os seguintes contratos de swap de taxa de juro celebrados com a casa-mãe (FCA Bank S.p.A) (Notas 3.11 e 3.24):

## ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2018						
Montante nacional	Data de		Paga Taxa Fixa	Recebe Taxa Variável	Tx. Variável a 31.12.2018	Data de vencimento dos cupões
	Início	Fim				
500.000	27-12-2010	29-03-2019	1,843%	EUR 3 M	-0,319%	Mar., Jun., Set. e Dez.
3.350.000	26-09-2013	26-03-2020	1,315%	EUR 3 M	-0,319%	Mar., Jun., Set. e Dez.
1.300.000	30-06-2015	30-06-2021	0,355%	EUR 3 M	-0,319%	Mar., Jun., Set. e Dez.
2.000.000	28-04-2016	28-04-2020	-0,231%	EUR 3 M	-0,317%	Jan., Abr., Jul. e Out.
<b>7.150.000</b>						

2017						
Montante nacional	Data de		Paga Taxa Fixa	Recebe Taxa Variável	Tx. Variável a 31.12.2017	Data de vencimento dos cupões
	Início	Fim				
2.500.000	27-12-2010	29-03-2019	1,843%	EUR 3 M	-0,329%	Mar., Jun., Set. e Dez.
2.000.000	29-10-2012	27-08-2018	0,642%	EUR 3 M	-0,329%	Fev., Mai., Ago. e Nov.
3.350.000	26-09-2013	26-03-2020	1,315%	EUR 3 M	-0,329%	Mar., Jun., Set. e Dez.
1.300.000	30-06-2015	30-06-2021	0,355%	EUR 3 M	-0,329%	Mar., Jun., Set. e Dez.
4.700.000	28-04-2016	28-04-2020	-0,231%	EUR 3 M	-0,331%	Jan., Abr., Jul. e Out.
<b>13.850.000</b>						

### 3.26. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MEDIAÇÃO DE SEGUROS OU DE RESSEGUROS

A Sociedade, para além da sua atividade principal de concessão de crédito, exerce também a atividade de mediação de seguros, estando registada junto da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões com o estatuto de Mediador de Seguros Ligado, de acordo com o artigo 8º, alínea a), subalínea i), do Decreto-Lei nº 144/2006, de 31 de Julho, desenvolvendo tal atividade em exclusividade com a seguradora *AXA Partners – Credit & Lifestyle Protection*, a qual se dedica ao exercício da atividade de seguros para os ramos vida e não vida.

No âmbito dos serviços de mediação de seguros, a Sociedade efetua a venda de contratos de seguros, presta apoio pós-venda aos segurados e participa no encaminhamento das participações de sinistros.

Como contrapartida dos serviços de mediação de seguros prestados à referida seguradora, a Sociedade recebe remunerações pela mediação de seguros, as quais estão definidas em protocolo estabelecido entre ambas as entidades.

As comissões recebidas pela Sociedade pelos serviços de mediação de seguros têm a seguinte tipologia:

- Comissões que incluem uma componente fixa e uma componente variável. Ambas as componentes são calculadas pela aplicação de uma taxa pré-determinada sobre o valor dos prémios angariados. A componente variável depende do volume de contratos de seguro angariados, sendo que nos últimos dois anos a Sociedade cumpriu com o respetivo volume.

Estas comissões são recebidas trimestralmente.

## ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

- Comissões por participação nos resultados de seguros ("*Profit share*"), as quais são apuradas anualmente e pagas pela Seguradora no ano seguinte àquele a que respeitam.

As remunerações de mediação de seguros são reconhecidas em resultados de forma equivalente aos juros dos contratos de locação de viaturas a elas associadas através do método da taxa de juro efetiva, na rubrica de "Rendimentos de serviços e comissões", e ascenderam em 31 de dezembro de 2018 e 2017 a 819.869 Euros e 497.906 Euros, respetivamente (Nota 3.17).

As remunerações a receber da seguradora que ainda não tenham sido faturadas, à data de 31 de dezembro de cada ano, são reconhecidas como um ativo no balanço, na rubrica de "Outros ativos" (Nota 3.10). Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, as remunerações a receber ascendiam a 161.988 Euros e 391.623 Euros, respetivamente.

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, não existiam quaisquer comissões de seguros por receber vencidas.

Os prémios dos contratos de seguros angariados pela Sociedade que se encontravam por liquidar à AXA Partners – Credit & Lifestyle Protection são registados na rubrica de "Outros passivos" (Nota 3.14) e ascendiam em 31 de dezembro de 2018 e 2017 a 395.981 Euros e 387.295 Euros, respetivamente.

As remunerações de mediação de seguros auferidas pela Sociedade e os prémios angariados nos últimos três anos foram os seguintes:

	2018	2017	2016
Comissões	1,172,957	959,713	807,147
<i>Profit Share</i>	92,729	45,505	31,990
Total das remunerações recebidas	1,265,686	1,005,218	839,137
Prémios angariados	1,607,164	1,600,963	985,598
% remunerações recebidas sobre prémios angariados	78.75%	62.79%	85.14%

No exercício de 2018, as comissões auferidas pela Sociedade relativamente à angariação de prémios de seguro do ramo vida e do ramo não vida ascenderam aos 1.136.842 Euros e 36.116 Euros, respetivamente. Em 2016, as comissões do ramo vida e não vida foram de 908.728 Euros e 50.985 Euros, respetivamente.

Na qualidade de Mediador de Seguros Ligado, a Sociedade não tem poderes de cobrança, pelo que os prémios dos seguros são pagos na totalidade pela Sociedade (enquanto tomador de seguro) diretamente à AXA Partners – Credit & Lifestyle Protection independentemente de serem cobrados.

### 3.27. DIVULGAÇÕES RELATIVAS A INSTRUMENTOS FINANCEIROS

No âmbito da publicação da Instrução nº 5/2018, de 12 de Março, emitida pelo Banco de Portugal e de acordo com as orientações emitidas pela EBA com a referência “EBA/GL/2016/11”, de 4 de Agosto de 2017, apresentam-se de seguida as divulgações aplicáveis à Sociedade:

#### Objetivos e políticas em matéria de gestão de risco

A estratégia do Conselho de Administração da Sociedade visa a manutenção de rácios de balanço sólidos, através de uma forte posição de capital e de um perfil de liquidez estável e seguro, que lhe permita enfrentar e ultrapassar situações de *stress*.

Através de processos de avaliação interna da adequação de capital (ICAAP), o Conselho de Administração procura assegurar que a Sociedade dispõe do capital suficiente para responder às necessidades regulatórias, para cobrir potenciais perdas devidas a um conjunto alargado de factores, dentro de um horizonte de três anos, tomando em conta as projecções que tem da evolução expectável (baseline), bem como de situações de crise que possam ocorrer (stress). A Sociedade considera que terá capacidade para continuar a servir os seus clientes, oferecendo condições competitivas de forma sustentável.

A Sociedade pretende manter (i) um rácio CET 1 acima dos mínimos exigidos pelas autoridades de supervisão, de modo a ter uma posição e reserva de capital que permita enfrentar cenários de *stress* (ii) um rácio de alavancagem acima dos mínimos regulamentares; e (iii) um rácio de cobertura de liquidez (LCR) sempre acima de 100%.

A Sociedade pretende manter um modelo de negócio viável e sustentável, de modo a garantir a capacidade de gerar retornos aceitáveis a curto e longo prazo, com base nos planos estratégicos e previsões financeiras da Sociedade. Este objectivo será alcançado através da manutenção de elevados níveis de eficiência, de custos de financiamento alinhados com a apetência pelo risco, e de uma atenção especial focada no controlo do risco de crédito da carteira da Sociedade e no risco de liquidez.

Sendo o risco de crédito o factor mais importante para o desempenho da Sociedade, o Conselho de Administração procurará assegurar a gestão deste risco através de uma carteira de ativos de qualidade, limitando o impacto de uma crise económica. A existência de funding estável capaz de suportar o crescimento ou de ultrapassar eventuais situações de crise é visto como o outro factor fundamental na gestão de actividade da Sociedade.

#### INFORMAÇÃO DE NATUREZA QUALITATIVA:

##### Política de gestão e controlo do risco de crédito

O risco de crédito corresponde ao risco de existirem perdas financeiras decorrentes do incumprimento das contrapartes com as quais são celebrados os instrumentos financeiros.

A Instituição tem implementadas metodologias de cálculo da imparidade da carteira de crédito que permitem assegurar a fiabilidade das fontes de informação utilizadas, a preparação da informação requerida de acordo com os requisitos descritos no quanto aplicável e com as devidas adaptações os

critérios de referência e princípios presentes na Carta-Circular: CC/2018/00000062 de 2018/11/14 emitida pelo Banco de Portugal.

Em agosto de 2015 foi introduzida uma *nova scorecard*, que substituiu os modelos anteriores que estavam em produção desde março de 2008. A nova *scorecard* é única e aplicável a propostas para viaturas Novas e Usadas, substituindo os dois modelos anteriores.

A opção pela introdução de uma única *scorecard* foi também guiada pela diminuição nos últimos anos na ativação de operações para viaturas usadas, e consequentemente pela potencial redução da representatividade estatística que tal facto poderia comportar.

O *scoring* é atribuído para efeitos de aceitação da proposta do cliente, não sendo atualizado ao longo do contrato. Mensalmente é feita uma análise comparativa entre a produção ativada e os incidentes verificados nos primeiros meses de contrato, com janelas de observação a 3, 6, 9 e 12 meses, no sentido de aferir a qualidade das operações subscritas.

### Política de gestão e controlo do risco de concentração

A concentração de exposições da carteira de crédito é um importante aspeto a ser considerado na avaliação do risco de crédito e, consequentemente, do capital necessário para fazer face a perdas inesperadas.

De modo a garantir o controlo do risco de crédito e do risco de concentração a empresa estabeleceu procedimentos para a concessão de crédito baseados em critérios sólidos e corretamente definidos. O processo de aprovação, alteração e refinanciamento de créditos encontra-se estabelecido de forma clara, sendo a análise do Risco de Concentração de Crédito, nomeadamente a sua identificação e acompanhamento da responsabilidade da Direção de Crédito.

Encontram-se igualmente instituídos sistemas eficazes para a gestão e o controlo contínuo da carteira e sua exposição ao risco de crédito, incluindo a identificação e gestão de problemas de crédito e a constituição de reservas adequadas.

O risco de concentração decorrente da concessão de créditos às mesmas contrapartes, a grupos de contrapartes ligadas entre si e a contrapartes que operam no mesmo sector económico ou na mesma região geográfica ou relativamente à mesma atividade ou produto, é regularmente acompanhado pelo Management recorrendo-se ainda à aplicação de técnicas de redução do risco de crédito, encontrando-se para tal estabelecidos os respetivos procedimentos.

As concentrações de crédito são monitorizadas pela Direção de Crédito e pela Casa Mãe. Limites de concentração considerados significativos para o Grupo são avaliados e aprovados por diversos comités de acordo com a delegação de competências definida para o Grupo.

O Grupo monitoriza regularmente exposições de crédito e tendências externas que possam causar impacto no resultado da gestão de risco.

Relatórios internos de gestão de risco são apresentados e analisados quer pelo Management local, quer pela Casa Mãe.

Sempre que necessário são tomadas medidas corretivas, sendo os seus resultados monitorizados. Tais ações incluem a redução da exposição, aumento de garantias, cancelamento/redução de *plafonds*.

Perdas potenciais de crédito são mitigadas utilizando uma variedade de ferramentas tais como uso de garantia bancária, hipoteca e livrança. A confiança que é depositada nestes instrumentos é cuidadosamente avaliada considerando os cumprimentos legais, valor de mercado e o risco de contraparte do garante.

As garantias são estabelecidas de acordo com a política de mitigação de risco do Grupo, que define a frequência de avaliação para cada tipo de garantia.

### **Política de Write-Off de créditos**

Sempre que existam créditos vencidos cujas diligências para a sua recuperação se hajam esgotado são iniciados os procedimentos com vista a considerar os mesmos como *Write-Off*.

A Direção de Crédito envia ao departamento de contabilidade a documentação justificativa de incobrabilidade dos ativos, nomeadamente certidões negativas emitidas pelos tribunais competentes. O departamento de contabilidade produz um relatório e coloca à consideração da Administração o desconhecimento dos mesmos.

Este procedimento é efetuado de acordo com as normas contabilísticas em vigor.

### **Política de reestruturações de crédito**

No âmbito da regulamentação PARI/PERSI, a Sociedade procede à análise mensal de todos os clientes com contratos de crédito ativos e regulares (sem vencido) de modo a poder identificar fatores que indiciem potenciais dificuldades dos clientes no cumprimento das suas obrigações.

Para o efeito, a Sociedade utiliza a informação divulgada mensalmente pela Central de Riscos de Crédito do Banco de Portugal, com vista à deteção de incumprimentos dos mesmos junto do setor financeiro. É tido ainda em linha de conta para deteção de dificuldades financeiras dos nossos clientes o nível de crédito vencido atingido pelos mesmos, bem como as comunicações efetuadas entre a Sociedade e os titulares dos contratos de crédito no processo de recuperação dos mesmos.

Quando se confirma a existência de dificuldades financeiras por parte de um cliente é aberto um processo de reestruturação, com vista a adequar os encargos de endividamento aos rendimentos auferidos por este cliente.

Este processo de reestruturação pode passar por uma consolidação de créditos, por uma extensão do contrato ou alteração da taxa de juro subjacente ao mesmo, entre outros.

### **Modelo de apuramento da imparidade da carteira de crédito**

As principais alterações devido à implementação da IFRS 9 são as novas regras de Classificação e Mensuração e o novo Modelo de Imparidade para instrumentos financeiros relativamente a: *Retail* e *Dealer Financing*.

Com referência à imparidade, a IFRS9 é um modelo de Perda de Crédito Expectável, consequentemente no modelo ECL não é necessário que uma perda de crédito ocorra antes de a mesma ser reconhecida.

Eventos passados e condições actuais, previsões razoáveis e suportadas são também considerados para definir o valor da imparidade.

De acordo com a abordagem da IFRS 9 para reconhecer imparidade, as exposições de crédito são categorizadas num dos seguintes grupos (buckets/stages), de modo a reflectir a deterioração da qualidade de crédito do instrumento financeiro:

Bucket/stage 1 → inclui activos financeiros sem deterioração significativa no risco do crédito desde o reconhecimento inicial;

Bucket/stage 2 → abrange instrumentos financeiros com um aumento significativo da deterioração do risco do crédito desde o seu reconhecimento inicial;

Bucket/stage 3 → inclui instrumentos financeiros que têm uma evidência clara de incumprimento (default) à data de reporte.

### **Descrição Sucinta do Modelo de Imparidade – Segmento de Retalho**

A Instituição desenvolveu internamente um novo modelo para a imparidade de Retalho "Rolling Evo", em conformidade com os requisitos da IFRS9.

Adicionalmente ao Rolling Evo, foi desenvolvido um modelo Forward Looking para PD (probabilidade de default).

A informação interna utilizada para o cálculo dos parâmetros vem do DWAY.

Dway é uma base de dados que recolhe, por mercado e mensalmente, todos os fluxos da Instituição necessários para avaliar o risco.

Todos os parâmetros e o cálculo da imparidade são actualizados mensalmente.

De acordo com o Rolling Evo, a carteira é dividida entre os seguintes grupos (clusters):

Cluster A: inclui contratos sem incumprimento à data de análise;

Cluster B: contratos com incumprimento no passado, mas sem incumprimento à data de análise;

Cluster C: contratos em incumprimento à data de análise.

O incumprimento é reconhecido quando o contrato atinge uma banda maior do que 3 prestações em atraso, o que corresponde a um vencido superior a 90 dias.

Bucket/stage 3 → inclui instrumentos financeiros que têm uma evidência clara de incumprimento (default) à data de reporte, isto é, apresetam um vencido superior a 90 dias.

Bucket/stage 2 → abrange instrumentos financeiros com um aumento significativo da deterioração do risco do crédito desde o seu reconhecimento inicial, isto é, contratos que apresentam na data de report vencido inferior a 90 dias ou encontrando-se hoje em situação regular, tenham registado vencido durante a vida do contrato.

## ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Bucket/stage 1 → inclui instrumentos financeiros que durante a sua vida nunca registaram incumprimento.

Com os 3 buckets definidos acima, a FCA Bank define sub-clusters:

Cluster A divide-se pelos seguintes sub-clusters:

A0: contratos sem overdue e nunca em incumprimento;

A0bis: contratos sem overdue mas com prestações por pagar nos últimos 12 meses;

A1, A2, A3: contratos de 1 a 90 dpd;

Cluster B divide-se pelos seguintes sub-clusters:

B0, B1, B2, B3: contratos de 1 a 90 dpd;

Cluster C divide-se pelos seguintes sub-clusters:

CU: contratos uncompromised com overdue 91-240 dpd

CC: contracts compromised com overdue > 240 dpd

O modelo Rolling Evo baseia-se principalmente nos seguintes parâmetros:

**PD – Probability of Default:** Probabilidade de um contrato sem incumprimento (non-defaulted) entrar em incumprimento dentro de n meses seguintes:

PDShortTime – n igual a 12 meses;

PDLifetime – n igual a 60 meses;

O cálculo da probabilidade de incumprimento ao nível de sub-cluster (A0, A0bis, A1, A2, A3, B0, B1, B2, B3) é o seguinte:

$$PD = \frac{\text{Todos os contratos em um sub-cluster específico } n \text{ meses antes da data de observação que subsequentemente entrou em default durante os } n \text{ meses seguintes}}{\text{Todos os contratos em um sub-cluster específico } n \text{ meses antes da data de observação}}$$

**EAD - Exposure At Default:** % esperada do outstanding actual do contrato que entra em incumprimento no caso de:

EADShortTime – n igual a 12 meses;

EADLifetime – n igual a 60 meses;

O cálculo da exposição em incumprimento ao nível de sub-cluster é o seguinte:

$$EAD = \frac{\text{Net outstanding no momento em que o contrato entra em default especificado no denominator}}{\text{Net outstanding de contratos em especifica sub-cluster } n \text{ meses antes da observação que subsequentemente entrou em default durante os } n \text{ meses seguintes}}$$

**LGD – Loss given default: PL\*LGL**

**PL - Probability of Loss:** probabilidade de que um contrato em incumprimento entrar em perda dentro dos 60 meses seguintes:

PL – n igual a 60 meses

$$PL = \frac{\text{Todos os contratos em default n meses antes da data de observação que subsequentemente entraram em perda n meses seguintes}}{\text{Todos os contratos em default n meses antes da data de observação}}$$

**LGL: Loss Given Loss:** Parte esperada do EAD de um contrato será perdida caso o contrato entre em perda.

O cálculo do Loss Given Loss default é o seguinte:

(Soma da EAD de todos os contratos que entraram em perda durante os 36 meses anteriores) -  
(Soma de todos os inflows, descontados no momento de default,  
recebido depois do evento de default event para contratos que entraram em perda nos  
36 meses anteriores)

$$LGL = \frac{\text{Soma da EAD de todos os contratos que entraram em perda 1 durante os 36 meses}}{\text{Soma da EAD de todos os contratos que entraram em perda 1 durante os 36 meses}}$$

### **Cálculo ECL: fundo colectivo**

Tendo por partida os buckets e sub-buckets atribuídos, o fundo colectivo é calculado da seguinte forma:

Stage 1 (sub-cluster A0):

$$ECL = \text{Net outstanding} * PD_{st} * \%EAD_{st} * LGD$$

Stage 2 (sub-cluster A0 bis, A1, A2, A3, B0, B1, B2, B3):

$$ECL = \text{Net outstanding} * PD_{lt} * \%EAD_{lt} * LGD$$

Stage 3 (sub-cluster CC, CU):

$$ECL = EAD * LGD$$

### **Movimentação entre Stages**

A passagem dos ativos financeiros do Stage 1 para o Stage 2 ocorre no momento em que o seu risco de crédito aumenta significativamente quando comparado com o risco de crédito na data do seu reconhecimento inicial.

A determinação do aumento significativo do risco de crédito tem por base a análise de indicadores quantitativos e/ou qualitativos internos e externos utilizados pelo Grupo na normal gestão de risco de crédito, obrigando assim a uma maior ligação dos requisitos contabilísticos com as políticas de gestão de risco de crédito instituídas pelo Grupo. Especificamente, o Grupo estabeleceu thresholds para aumentos significativos no risco de crédito de natureza absoluta e relativa na PD para a vida remanescente face ao reconhecimento inicial.

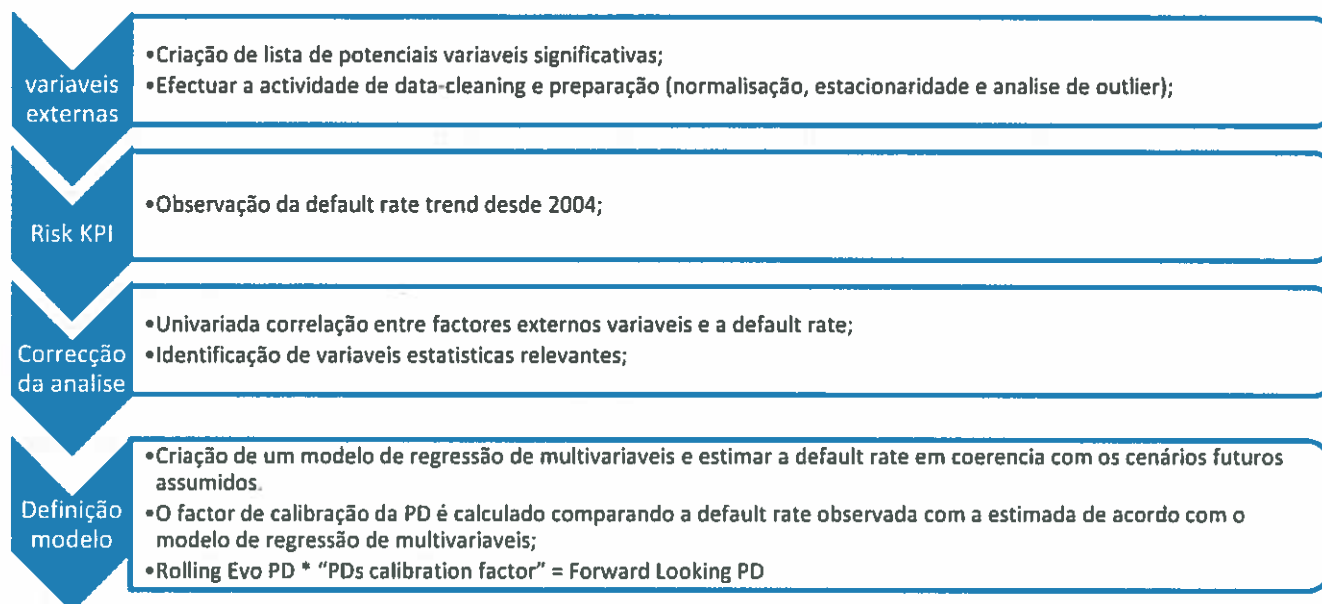
Genericamente, as transições de ativos financeiros do Stage 2 para o Stage 3 ocorrem quando esses ativos entram em default, ou seja se: (i) verificam incumprimento material há mais de 90 dias consecutivos; e/ou (ii) evidenciam indicadores que revelam que é improvável que venham a ser cumpridas as obrigações contratuais associadas a esse ativos – “unlikeliness to pay”. Esta definição de default é consistente com a definição usada nas políticas atuais de gestão de risco de crédito da Instituição.

### **Forward looking – metodologia em resumo**

De modo a incluir um impacto do Forward Looking no Rolling Evo, foi desenvolvido um modelo satélite. O resultado do modelo forward looking é uma “calibrated PD” tendo em conta aspectos do forward looking baseados em 2 cenários (Baseline e Adverse).

O peso a ser atribuído a cada cenário é aprovado pelo Provisioning Committee juntamente com o modelo forward looking. De acordo com a melhor prática em FTA é 80% weight baseline scenario / 20% weight adverse scenario. A frequência de actualização do FL é de pelo menos numa base de meio ano. Esta frequência pode ser maior no caso de alterações significativas nos cenários macroeconómicos / variáveis do negócio ou após um pedido da Direcção.

Os principais passos para desenvolver o modelo FL foram os seguintes:



O Modelo consiste em 2 variáveis macroeconómicas e 2 variáveis internas do negócio:

- Aumento no Swap 5y com 1 ano de atraso aumenta a PD
- Aumento do preço do petróleo Brent reduz a PD
- Aumento de matrículas dos fabricantes automóveis reduz a PD
- Aumento da quota de mercado da FCA com 1 ano de atraso reduz a PD

### Cálculo ECL: fundo individual

Provisões específicas são calculadas sobre contas a receber que desviam do comportamento de risco típico da carteira de Retalho (por exemplo. fraudes, processos de insolvência, com exposição superior a 150 000 euros, etc...).

À data de emissão, os motivos para provisões individuais são apenas os seguintes e estão divididos em duas categorias:

- 100% cobertura
  - Fraud: provisões individuais para contratos objecto de fraude
  - Band over 44: contratos > 44 meses na banda arrear.

Cobertura de acordo com a decisão da Instituição (seguindo os critérios de referência e princípios presentes na Carta-Circular: CC/2018/00000062 de 2018/11/14 emitida pelo Banco de Portugal):

- Penhora de salário: para uma provisão individual em contratos onde uma acção legal insiste em penhora do salário.
- Redução das receitas brutas
- Redução do resultado líquido (no período e acumulado)
- Redução do rácio capital/ativo ou capitais próprios negativos
- Aumento do rácio de endividamento/capital próprio

## ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

- Aumento dos custos de financiamento
  - Fluxos de caixa insuficientes face aos encargos da dívida / fluxos de caixa negativos.
  - Dívidas à Administração Central (Segurança Social e AT) e/ou empregados
  - Natureza (imobiliário, financeiro, outros);
  - Liquidez reduzida do ativo;
  - Instabilidade na gestão/estrutura acionista;
  - Enfraquecimento da posição competitiva no mercado;
  - Abertura de processo de insolvência ou inclusão em Programas Especiais de Recuperação;
  - Envolvimento do devedor em processos judiciais (enquanto réu);
  - Vulnerabilidade do setor de atividade no qual o devedor se insere;
  - Insucesso ou inexistência de um plano de recuperação de negócio;
  - Cliente acima do valor limite: clientes > 150 €k. O sistema propõe automaticamente uma desvalorização individual dos créditos para os devedores cuja exposição global é superior ao limite, de acordo com as seguintes percentagens:
    - Clientes em processo de falência ou com valores vencidos há mais de 9 meses: 100% do valor do empréstimo;
    - Contratos com valores vencidos há mais de 6 meses: 60% do valor do empréstimo;
    - Contratos com valores vencidos de 1 a 5 meses: 10% do valor do empréstimo;
    - Contratos Regulares: percentagem de desvalorização das provisões colectivas
- Perda: provisões individuais para créditos após write-offs
  - Campanha promocional: provisões individuais para contratos de campanhas promocionais, onde o risco é maior do que a carteira média.

No negócio Retail, tendo em consideração o perfil dos clientes alvo de avaliação individual, são Empresas, cuja actividade principal é a de "Rent a Car", onde cerca de 90% dos Créditos, dentro do perímetro Large Exposures (LE) estão concentrados em contratos de crédito a curto-prazo, em que não vão além de 20 meses, desta forma, a Instituição considera não ser essencial efectuar uma análise de fluxos de caixa, tendo como base planos de negócio apresentados por estes, bastando-se ter como base as Demonstrações de Resultados e Balanços, obtidos directamente dos clientes ou por intermédio de agencias especializadas para o efeito.

A Instituição, quando aplicável à operação de financiamento, tem como colateral Garantias Bancárias ou em alternativa Depósitos de Caução, estes valores são tomados em consideração para calculo do "Net AdP".

Eventos subsequentes são tomados em consideração, nomeadamente, e quando aplicável:

- Avaliações de colaterais (hipotecas de imoveis);
- Entrada em PER;
- Entrada em processo de insolvencia;
- Planos de reestruturação.
- Dação em pagamento ou novos colaterais.
- Outros eventos.

### Descrição Sucinta do Modelo de Imparidade – Segmento de Dealer Financing

A Instituição desenvolveu um novo modelo de imparidade para o Dealer Financing, em conformidade com os requisitos da IFRS9.

A nova estrutura geral da Imparidade consiste em 6 modelos:

<i>ECL</i>	<i>PD model</i>
<i>Staging model</i>	<i>LGD model</i>
<i>EAD model</i>	<i>FL model</i>

- **ECL:**

A Instituição adoptou uma definição de risco de crédito baseada em parâmetros definidos, calculados como a soma do “present value of the product of probability of default” (PD), “loss given default” (LGD) e “exposure at default” (EAD).

A perda de crédito expectável (ECL) é a estimativa da probabilidade/peso das perdas de crédito. A perda de crédito é a diferença entre os fluxos de caixa que são devidos a uma entidade de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a entidade espera receber descontada à taxa de juros efectiva original.

Seguindo o princípio orientador do modelo de perda esperada, para reflectir a deterioração geral ou a melhoria na qualidade de crédito dos activos financeiros desde o reconhecimento inicial, a Instituição avalia a ECL de 12 meses (12-months ECL) e a ECL vitalícia (Lifetime ECL) em cada data de reporte para cada instrumento financeiro, onde:

- 12 months ECLs: são parte de Lifetime ECLs e correspondem à estimativa das perdas que resultam dos possíveis eventos de incumprimento de um activo financeiro dentro de um período de 12 meses após a data de reporte. Estas perdas devem ser calculadas para todas as exposições no Stage 1.
- Lifetime ECLs: são as perdas de crédito esperadas que resultam de todos os possíveis eventos de incumprimento ao longo da vida útil do instrumento financeiro. Estas perdas devem ser calculadas para todas as exposições no Stage 2 e Stage 3.

Considerando que o período contratual máximo em que a Instituição está exposta ao risco de crédito é de 12 meses para 99% da exposição, o uso de uma vida útil de 1 ano para o cálculo das perdas de crédito esperadas é considerado apropriado para o total da carteira em questão.

- **Stages/Buckets:**

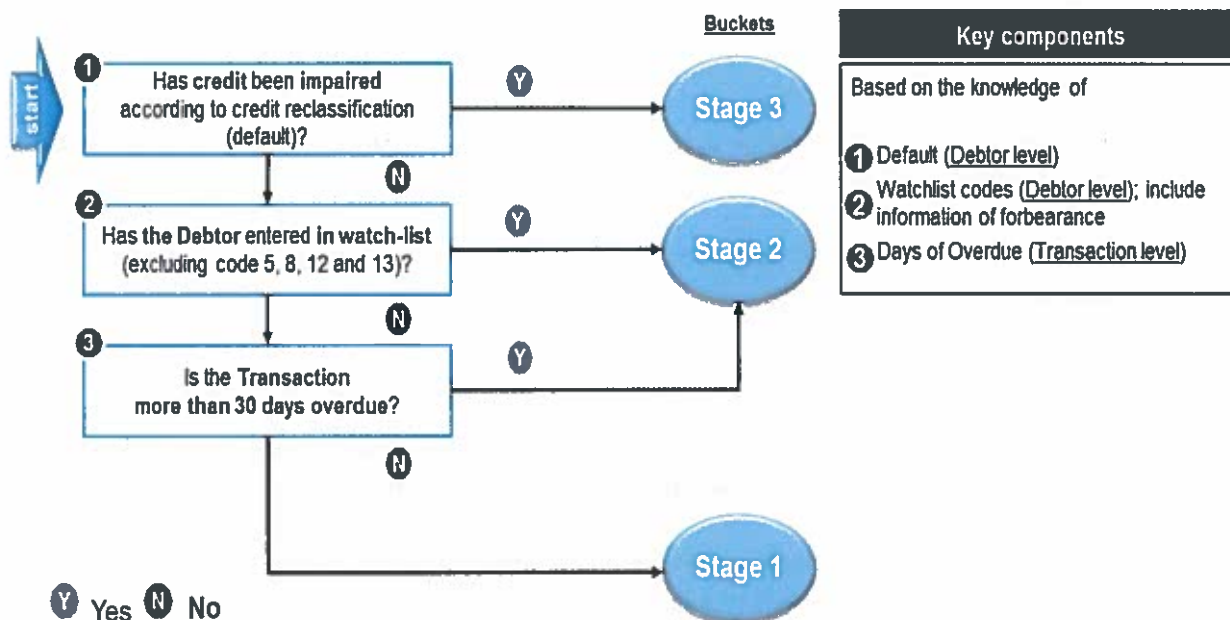
A estrutura dos Stages da Instituição, foi desenvolvida combinando os requisitos regulamentares para classificar os créditos por buckets de risco, baseados em alterações na qualidade do crédito desde o reconhecimento inicial, e as características do negócio do dealer financing.

## ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

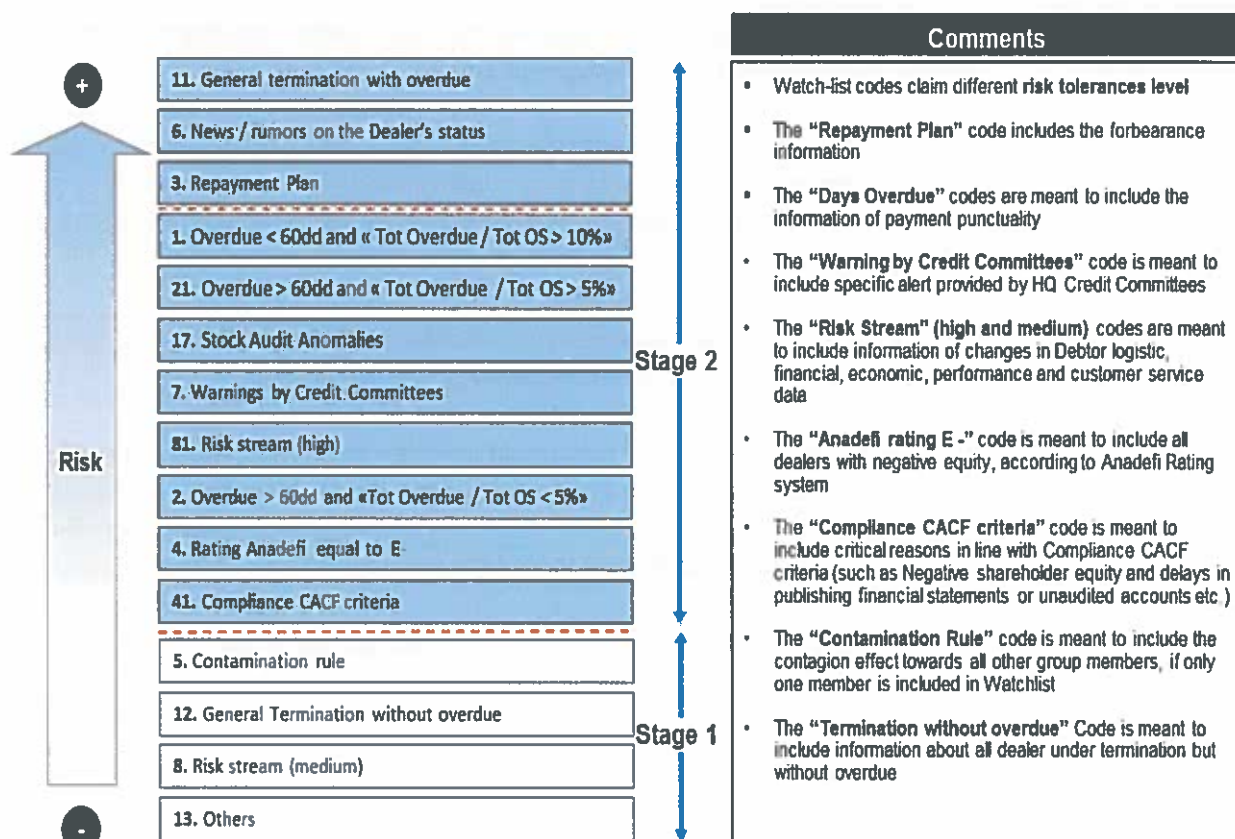
A definição de incumprimento adoptada no Grupo baseia-se numa política de reclassificação de crédito. Com isto, os Stages dividem-se em:

- Stage 3 (default credits) as contrapartes cujos créditos foram classificados como non-performing de acordo com as definições internas adoptadas de classificação de crédito e de incumprimento, em conformidade com os princípios da IFRS9, ou seja, clientes em que o:
  - Vencido > 90 dias
  - Outstanding vencido / Outstanding total > 5%
  - Cientes classificados como non-performing
- Stage 2 (under - performing credits) as contrapartes com códigos de observação específicos e transacções com mais de 30 dias de overdue. A Watch-list avalia o comportamento da contraparte ao longo do tempo, assim, a presença do devedor nesta lista é um sinal de uma diminuição na qualidade de crédito.
- Stage 1 (performing credits) as contrapartes cujos créditos não existe evidência de aumento do risco.

O modelo é baseado nos 3 passos de decisão, ou seja



Os códigos da "Watch-list" que transferem todas as transacções de um dealer são os seguintes:



• EAD model:

A exposição em incumprimento, é um dos componentes chave dos parâmetros do risco do crédito baseado no modelo ECL.

A EAD (exposure at default) é a estimativa do valor no momento do incumprimento que é necessário recuperar.

Em conformidade com os requisitos regulamentares, a Instituição não necessita criar um modelo da EAD.

Para todos os instrumentos financeiros a Instituição mantém o mesmo risco para a vida da transacção até à duração contractual, quando o fluxo total de caixa é esperado:

EAD é igual ao valor do outstanding à data de reporte para todo o âmbito da carteira (receivable financing, empréstimos a curto prazo e empréstimos a longo prazo).

• Loss Given Default

O LGD estima a perda esperada de a contraparte entrar em incumprimento.

De acordo com a IFRS9, o modelo adoptado pela Instituição é o Workout LGD construído sobre recuperações históricas.

Mede a LGD como a soma das deficiências de caixa descontadas observadas a partir da data de incumprimento.

O Workout LGD consiste em determinar o Loss Given Default Rate (LGDR) como complementar a 1 taxa de recuperação a partir da data de incumprimento para transacções fechadas e abertas:

$$LGDR = 1 - RR$$

Onde RR é a taxa de recuperação (Recovery Rate), expressa em percentagem da EAD.

- Probability of Default

A PD é a estimativa da probabilidade de incumprimento ao longo de determinado período de tempo e atribui um risco específico a cada contraparte ou a um contrato.

A PD baseia-se num modelo estatístico. Existem dois tipos de PD utilizados para calcular as provisões para perdas com empréstimos:

“12 months PD”, quando a probabilidade de incumprimento ocorre nos próximos 12 meses e é utilizada para calcular a 12-month ECL no Stage1;

“Lifetime PD”, quando a probabilidade de incumprimento ocorre ao longo da vida esperado de um instrumento financeiro e é utilizada para calcular a Lifetime ECL no Stage 2 e Stage 3. Assumindo que a PD do Stage3 é 100%.

Considerando que a Lifetime PD corresponde à informação de maturidade para 98% dos contratos em vigor e que 95% do outstanding tem uma vida útil residual inferior a 1 ano, a “12-months PD”, considera-se como razoável para a “PD long time”.

O modelo desenvolvido é composto por 2 módulos que reflectem as peculiaridades da carteira da Instituição:

Módulo Financeiro inclui informação relacionada com a situação económica e financeira dos concessionários extraída do sistema CRISP;

Módulo comportamental inclui informação relacionada com o negócio e com a credibilidade dos concessionários extraída dos sistemas CRISP e CDFS.

A integração dos módulos financeiro e comportamental num único modelo permite associar a cada concessionário uma pontuação integrada e uma PD que engloba informação financeira e comportamental.

A PD de cada contraparte, é definida uma escala de classificação composta por 8 classes.

Provisão para cada concessionário é calculada utilizando a PD média da classe a que o concessionário pertence.

No caso de o modelo não identificar uma classe de classificação para uma contraparte, uma PD próxima é atribuída considerando o Stage a que o concessionário pertence:

Stage 1 → PD proxy é igual a 1,46%

Stage 2 → PD proxy é igual a 7,9%

Stage 3 → PD proxy é igual a 100%

- **Forward looking**

O modelo estatístico de PD é também integrado com aspectos do forward looking através de modelo satélite ajustando a PD através de variáveis macroeconómicas do forward looking considerando 2 cenários (baseline e adverse). A frequência de actualização do impacto do é trimestral (ou semestral).

### **Provisão individual (Stage 3)**

Provisões individuais seguem um processo distinto do das provisões colectivas. Contrapartes sujeitas a provisão individual não são incluídas no grupo das provisões colectivas.

Provisões específicas são criadas para posições individuais, para as quais existem evidências documentadas que o cálculo estatístico da provisão colectiva não reflecte o actual perfil de risco do cliente, quer seja aumentado ou diminuído.

A condição para avaliar e provisionar individualmente as contas a receber é a classificação da contraparte como non-performing (Stage 3).

Provisões individuais em contrapartes classificadas no Stage 1 e 2 não são permitidas.

Situações que podem levar à necessidade de criar uma provisão individual são, por exemplo:

- Presença de colaterais elegíveis e/ou garantias (garantias bancárias, ou outras garantias, etc.) que cobrem por completo ou em grande parte a exposição (caso de provisão menor)
- Recuperação de carros novos em colaboração com o produtor (caso de provisão menor)
- Fraudes (caso de provisão maior)
- Processos legais em curso com incerteza de recuperação em termos de valor e no tempo (caso de provisão maior)

A Direcção de Crédito é responsável por propor ao Comitê de Crédito, o valor da provisão específica, mediante proposta da Direcção do Dealer Finance.

Para cada posição de crédito analisada, o Departamento de Crédito deve documentar:

- o status do procedimento de recuperação
- a percentagem de provisão a aplicar
- as razões subjacentes aos montantes das provisões
- as razões pelas quais não foram feitas provisões, se aplicável.

Um contrato sem pagamento nos últimos 2 anos é provisionado em 100%.

### Política relativa aos graus de risco internos

O incumprimento é definido em função da existência de mensalidades em atraso (*past due date*). Na granularidade mais fina é considerada a agregação em *buckets* de número de mensalidades em atraso. Na granularidade agregada consideram-se 3 macro classificações: *sensitive* (que resulta da agregação dos *buckets* 1 a 3 inclusive), *uncompromised* (que resulta da agregação dos *buckets* 4 a 8 inclusive) e *compromised* (*buckets* 9 inclusive e superiores). A agregação de valores *uncompromised* e *compromised* será o valor a considerar como NPL (*Non Performing Loans*).

Verificando-se o incumprimento de um mutuário, aplicam-se os pressupostos previstos no PERSI (Procedimento Extrajudicial de Regularização de Situações de Incumprimento) quando aplicável, e o processo geral de recuperação de incumprimento da sociedade nas restantes situações. O processo geral de recuperação de incumprimento prevê a gestão diferenciada em função da gravidade da mora, culminando no limite extremo na tentativa de recuperação por via judicial.

### Descrição do período emergente utilizado para os diferentes segmentos

O período emergente considerado para efeitos de modelo de imparidade do segmento coletivo é de 9 meses.

### Fundos próprios

A composição dos fundos próprios da Sociedade, bem como os respetivos rácios relacionados encontram-se explicados na nota 3.28 deste relatório.

### Requisitos de fundos próprios

Os requisitos de fundos próprios da Sociedade a 31 de Dezembro de 2018 e 2017 são detalhados no quadro a seguir:

## ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

	RWA		RRFP	
	2018	2017	2018	2017
Montante das posições ponderadas pelo risco relativamente ao risco de crédito	152,137,653	127,577,073	12,171,012	10,206,166
Método-Padrão (SA)				
Administrações centrais ou bancos centrais	3,183,305	-	254,664	-
Instituições	2,073,501	1,676,221	165,880	134,098
Empresas	40,704,850	23,134,440	3,256,388	1,850,755
Retalho	105,085,294	98,228,795	8,406,824	7,858,304
Garantidas por hipotecas sobre bens imóveis	209,276	180,574	16,742	14,446
Posições em risco em situação de incumprimento	848,135	1,084,263	67,851	86,741
Outras posições em risco	33,292	3,272,780	2,663	261,822
Montante total da exposição ao risco de posição, risco cambial e risco sobre mercadorias	1,283,062	0	102,645	0
Instrumentos de dívida negociados	1,283,062	-	102,645	-
Montante total das posições em risco relacionadas com o risco operacional (OpR)	20,401,178	19,545,771	1,632,094	1,563,662
Método do Indicados Básico (BIA)	20,401,178	19,545,771	1,632,094	1,563,662
Montante das posições em risco	173,821,893	147,122,844	13,905,751	11,769,828

Conforme Modelo EU QV1

### Medidas de supervisão macroprudencial

As divulgações exigidas no artigo 440.º do CRR encontram-se especificadas no Regulamento Delegado (UE) n.º 2015/1555 da Comissão, de 28 de maio de 2015, que impõe às instituições a obrigação de divulgarem os principais elementos do cálculo da sua reserva contracíclica de fundos próprios, incluindo a distribuição geográfica das suas posições em risco de crédito relevantes e o montante final da sua reserva contracíclica de fundos próprios específica da instituição. Corresponde a uma reserva adicional constituída por fundos próprios principais de nível 1 (Common Equity Tier 1), que terá como objetivo proteger o setor bancário nos períodos em que o risco sistémico cíclico aumenta, devido a um crescimento excessivo do crédito. Quando os riscos se materializam ou diminuem, esta reserva adicional de fundos próprios garante que o setor bancário tem maior capacidade para absorver perdas, e permanecer solvente, sem interromper a concessão de crédito à economia real.

A Instituição apresenta apenas exposições de crédito Portuguesas, pelo que a percentagem de reserva contracíclica aplicável é de 0%.

As divulgações exigidas no artigo 441.º encontram-se especificadas no Regulamento Execução (UE) n.º 1030/2014 da Comissão, de 29 de setembro de 2014, e nas Orientações revistas da EBA sobre a especificação adicional dos indicadores de importância sistémica global e sua divulgação (Orientações 2016/01 da EBA).

A Instituição publica neste documento, nos diversos pontos, os dados relativos aos seus dados bancários (informações gerais), Indicador de dimensão (total das posições em risco), Indicadores de interconectividade (ativos e passivos no sistema financeiro), indicadores da possibilidade se

substituição/infraestrutura da Instituição, indicadores de actividade transfronteiras, indicadores complementares.

## **Risco de crédito e informações gerais sobre a CRM**

### **Risco de crédito - informação de natureza qualitativa:**

A Sociedade considera como crédito vencido o capital, juros, Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA) a partir da data de início do incumprimento. Para créditos que se encontram por liquidar há mais de 90 dias, a Sociedade procede à anulação de juros após esta data e ao seu registo nas rubricas extrapatrimoniais.

O âmbito e as definições das exposições em risco são abordados no ponto 3.3.2 deste relatório.

A Sociedade não registou exposições em risco vencidas que não sejam consideradas como sendo objeto de imparidade no modelo de imparidade desenvolvido pela casa-mãe (FCA Bank, S.p.A.).

A definição dos métodos adoptados para a definição de risco específico de crédito encontram-se descritos no início desta nota sob os títulos:

- Descrição sucinta do modelo de imparidade - Segmento de Retail Financing;
- Descrição sucinta do modelo de imparidade de Dealer Financing.

A Sociedade considera reestruturado todo o crédito que foi objeto de análise e que demonstrou a existência de uma dificuldade financeira por parte do devedor em cumprir com os seus compromissos perante a instituição. A principal medida de reestruturação com modificação dos termos iniciais do contrato preende-se com o prolongamento da vida útil do mesmo e, caso seja aplicável, a consolidação de créditos junto da instituição, de modo a reduzir o peso deste encargo na sua situação financeira mensal.

No que diz respeito às exposições *forbearance* o principal objetivo da concessão de medidas de diferimento é criar as condições para que os mutuários com posições não produtivas saiam dessa situação ou evitar que mutuários com posições produtivas atinjam uma tal situação. As medidas de diferimento devem visar sempre o regresso de uma posição em risco a uma situação de reembolso sustentável.

A definição dos métodos adoptados para a definição de risco específico de crédito encontram-se descritos no início desta nota sob o título: "Políticas de reestruturação de crédito".

## ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

### Risco de crédito - informação de natureza quantitativa:

Apresenta-se de seguida o montante total e montante médio das posições em risco líquidas em aplicação do artigo 442.º, alínea c) e d) da CRR, à data de 31 de Dezembro de 2017 e 2016, sendo que a Sociedade exerce unicamente atividade no mercado nacional:

POSIÇÕES EM RISCO - MÉTODO PADRÃO	2018		2017	
	Valor líquido das posições em risco no final do período	Valor líquido médio das posições em risco ao longo do período	Valor líquido das posições em risco no final do período	Valor líquido médio das posições em risco ao longo do período
Administrações centrais ou bancos centrais	10,862,510	14,166,060	6,987,234	9,475,859
Instituições	1,025,665	873,089	1,671,844	3,244,715
Empresas	45,270,317	42,732,040	25,089,440	25,460,741
Retalho	159,094,051	159,372,540	152,289,741	160,359,551
Das quais: PME	72,643,324	77,307,325	73,072,181	85,756,053
Garantidas por hipotecas sobre bens imóveis	366,234	407,037	474,009	513,859
Das quais: PME	366,234	407,037	474,009	513,859
Posições em risco em situação de incumprimento	3,417,138	10,063,352	893,575	5,218,122
Outras posições em risco	33,292	440,065	2,005,842	1,635,899
	<b>220,069,207</b>	<b>228,054,183</b>	<b>189,411,685</b>	<b>205,908,746</b>

Conforme Modelo EU CRB-B

Os valores apresentados englobam as rubricas previstas no Regulamento (UE) n.º 575/2013 e da Diretiva 2013/36/EU, nomeadamente os valores patrimoniais constantes do balanço e extrapatrimoniais, que a Sociedade considera como sendo posições de risco.

## ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Apresenta-se de seguida a desagregação das posições em risco por setor ou tipo de contraparte e por classes de risco em cumprimento do estabelecido pelo artigo 442.º, alínea e) da CRR, à data de 31 de Dezembro de 2018 e 2017:

POSIÇÕES EM RISCO - MÉTODO PADRÃO	2018		2017	
	EXPOSIÇÃO	IMPARIDADE	EXPOSIÇÃO	IMPARIDADE
Administrações centrais ou bancos centrais	10,862,510	0	6,987,234	0
Atividade financeira e de seguros	436,771	0	452,972	0
Administração pública e defesa, segurança social obrigatória	10,425,739	0	6,534,262	0
Instituições	1,025,665	0	1,671,844	0
Empresas	45,278,552	8,235	25,093,661	4,221
Indústrias transformadoras	18,180	23	31,410	5
Comércio por grosso e a retalho	6,986,851	1,267	5,586,715	2,251
Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	4,585	152	6,696	1
Atividades administrativas e de serviços de apoio	38,268,936	6,793	19,468,840	1,964
Retailho	160,810,181	1,516,130	154,169,279	1,879,538
Agricultura, silvicultura e pesca	463,037	1,408	245,645	1,193
Indústrias transformadoras	2,522,432	14,278	1,779,280	2,743
Construção	2,432,646	13,602	1,550,560	935
Comércio por grosso e a retalho	24,469,996	392,583	26,952,749	1,387,169
Transportes e armazenagem	2,373,515	13,048	1,826,331	1,442
Atividades de alojamento e restauração	1,265,325	14,962	834,128	1,674
Informação e comunicação	455,926	4,713	305,748	442
Atividade financeira e de seguros	39,741	49	374,436	12
Atividades imobiliárias	799,093	7,552	621,168	635
Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	1,689,871	11,446	1,125,656	2,326
Atividades administrativas e de serviços de apoio	29,142,185	121,751	37,690,039	422,565
Administração pública e defesa, segurança social obrigatória	20,081	24	0	0
Educação	365,999	1,555	300,577	46
Serviços de saúde humana e atividades de ação social	1,423,030	6,416	1,039,140	891
Atividades artísticas, de espetáculos e recreativas	965,028	4,046	390,623	243
Outros serviços	448,815	3,959	258,596	179
Famílias - Crédito ao consumo	91,733,461	904,738	78,874,603	57,043
Garantidas por hipotecas sobre bens imóveis	366,234	0	474,009	0
Atividades Imobiliárias	366,234	0	474,009	0
Posições em risco em situação de incumprimento	9,993,730	6,578,592	6,399,315	5,505,740
Agricultura, silvicultura e pesca	12,390	7,690	2,588	2,588
Indústrias transformadoras	91,179	77,943	77,038	72,644
Construção	103,560	89,466	163,001	144,779
Comércio por grosso e a retalho	5,918,068	3,318,785	2,721,773	2,494,001
Transportes e armazenagem	151,085	141,962	164,166	143,060
Atividades de alojamento e restauração	35,144	29,432	37,086	26,822
Informação e comunicação	22,340	22,441	37,576	31,392
Atividades imobiliárias	32,411	32,518	35,064	35,425
Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	15,830	17,751	15,830	16,316
Atividades administrativas e de serviços de apoio	1,405,547	1,057,425	411,374	321,036
Educação	0	0	11,474	11,734
Serviços de saúde humana e atividades de ação social	31,814	24,631	33,084	33,084
Atividades artísticas, de espetáculos e recreativas	0	0	17,171	127
Outros serviços	63,873	54,077	12,148	2,854
Famílias - Crédito ao consumo	2,110,489	1,702,471	2,659,942	2,169,869
Outras posições em risco	33,292	0	2,005,842	0
	228,170,164	8,109,957	196,801,184	7,389,499

Conforme Modelo EU CRR-D

**Nota:** Para a elaboração dos quadros por setor de atividade foi utilizada a tabela V00554 – Classificação portuguesa das atividades económicas, revisão 3, publicada pelo Instituto Nacional de Estatística.

## ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A 31 de Dezembro de 2018 e 2017, as posições em risco representadas nos modelos EU CRB-B e EU CRB-D são distribuídos no quadro seguinte conforme requerido pelo artigo 442.º, alínea f) do CRR:

POSIÇÕES EM RISCO - MÉTODO PADRÃO	2018						
	Valor líquido das posições em risco						
	À vista	Até 1 ano	De 1 ano a 3 anos	De 3 anos a 5 anos	Mais de 5 anos	Indeterminado	Total
Administrações centrais ou bancos centrais	436,771	10,425,739	0	0	0	0	10,862,510
Instituições	1,025,665	0	0	0	0	0	1,025,665
Empresas	0	37,803,135	7,467,182	0	0	0	45,270,317
Retalho	0	51,013,518	23,662,165	31,601,723	52,062,223	754,422	159,094,051
Garantidas por hipotecas sobre bens imóveis	0	0	0	366,234	0	0	366,234
Posições em risco em situação de incumprimento	0	504,655	247,712	231,398	118,688	2,314,685	3,417,138
Outras posições em risco	0	0	0	0	0	33,292	33,292
	1,462,436	99,747,047	31,377,059	32,199,355	52,180,911	3,102,399	220,069,207

Conforme Modelo EU CRB-E

POSIÇÕES EM RISCO - MÉTODO PADRÃO	2017						
	Valor líquido das posições em risco						
	À vista	Até 1 ano	De 1 ano a 3 anos	De 3 anos a 5 anos	Mais de 5 anos	Indeterminado	Total
Administrações centrais ou bancos centrais	452,972	6,534,262	0	0	0	0	6,987,234
Instituições	1,671,844	0	0	0	0	0	1,671,844
Empresas	0	16,712,477	8,376,963	0	0	0	25,089,440
Retalho	0	56,156,129	28,706,844	24,905,245	40,123,216	2,398,307	152,289,741
Garantidas por hipotecas sobre bens imóveis	0	0	0	474,009	0	0	474,009
Posições em risco em situação de incumprimento	0	68,797	202,886	402,123	161,652	58,217	893,575
Outras posições em risco	0	0	0	0	0	2,005,842	2,005,842
	2,124,816	79,471,665	37,286,693	25,781,377	40,284,768	4,462,366	189,411,685

Conforme Modelo EU CRB-E

Relativamente a 31 de Dezembro de 2018 e 2017, apresenta-se a qualidade do crédito das posições em risco por classe de risco e instrumento:

POSIÇÕES EM RISCO	2018				
	Valor contabilístico bruto		Ajustamentos para risco específico de crédito	Anulações acumuladas	Valores líquidos
	Posições em risco em situação de incumprimento	Posições em risco que não se encontram em incumprimento			
Administrações centrais ou bancos centrais	0	10,862,510	0	0	10,862,510
Instituições	0	1,025,665	0	0	1,025,665
Empresas	0	45,278,552	8,235	0	45,270,317
Retalho	1,076,585	159,533,596	1,516,130	0	159,094,051
Das quais: PME	917,149	72,737,621	1,011,446	0	72,643,324
Garantidas por hipotecas sobre bens imóveis	0	366,234	0	0	366,234
Das quais: PME	0	366,234	0	0	366,234
Posições em risco em situação de incumprimento	7,298,677	2,695,053	6,576,592	0	3,417,138
Outras posições em risco	0	33,292	0	0	33,292
	8,375,262	219,794,902	8,100,957	0	220,069,207

Conforme Modelo EU CR1-A

## ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

POSIÇÕES EM RISCO	2017				
	Valor contabilístico bruto		Ajustamentos para risco específico de crédito	Anulações acumuladas	Valores líquidos
	Posições em risco em situação de incumprimento	Posições em risco que não se encontram em incumprimento			
Administrações centrais ou bancos centrais	0	6,987,234	0	0	6,987,234
Instituições	0	1,671,844	0	0	1,671,844
Empresas	0	25,093,661	4,221	0	25,089,440
Retail	384,859	153,784,421	1,879,539	0	152,289,741
Das quais: PME	245,205	74,649,472	1,822,496	0	73,072,181
Garantidas por hipotecas sobre bens imóveis	0	474,009	0	0	474,009
Das quais: PME	0	474,009	0	0	474,009
Posições em risco em situação de incumprimento	4,026,550	2,372,764	5,505,739	0	893,575
Outras posições em risco	0	2,005,842	0	0	2,005,842
	4,411,409	192,389,775	7,389,499	0	189,411,685

Conforme Modelo EU CR1-A

Foram classificadas como posições em incumprimento todas as posições classificadas de acordo com o clausulado do artigo 178.º do CRR.

As mesmas posições apresentadas no quadro anterior são agora apresentadas, relativamente a 31 de Dezembro de 2018 e 2017, em função do setor ou tipo de contraparte:

POSIÇÕES EM RISCO	2018				
	Valor contabilístico bruto		Ajustamentos para risco específico de crédito	Anulações acumuladas	Valores líquidos
	Posições em risco em situação de incumprimento	Posições em risco que não se encontram em incumprimento			
Agricultura, silvicultura e pesca	6,957	468,470	9,098	0	466,329
Indústrias transformadoras	75,530	2,556,261	92,244	0	2,539,547
Construção	103,189	2,433,017	103,068	0	2,433,138
Comércio por grosso e a retalho	5,068,994	32,305,921	3,712,635	0	33,662,280
Transportes e armazenagem	116,556	2,408,044	155,010	0	2,369,590
Atividades de alojamento e restauração	30,209	1,270,260	44,394	0	1,256,075
Informação e comunicação	23,507	454,759	27,154	0	451,112
Atividade financeira e de seguros	0	1,502,177	49	0	1,502,128
Atividades imobiliárias	32,722	1,165,016	40,070	0	1,157,668
Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	17,965	1,692,321	29,349	0	1,680,937
Atividades administrativas e de serviços de apoio	609,180	68,207,488	1,185,969	0	67,630,699
Administração pública e defesa, segurança social obrigatória	0	10,445,820	24	0	10,445,796
Educação	1,183	364,816	1,555	0	364,444
Serviços de saúde humana e atividades de ação social	56,940	1,397,904	31,047	0	1,423,797
Atividades artísticas, de espetáculos e recreativas	0	965,028	4,046	0	960,982
Outros serviços	58,191	454,497	58,036	0	454,652
Famílias - Crédito ao consumo	2,174,139	91,703,103	2,607,209	0	91,270,033
	8,375,262	219,794,902	8,100,957	0	220,069,207

Conforme Modelo EU CR1-B

## ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

POSIÇÕES EM RISCO	Valor contabilístico bruto		2017		
	Posições em risco em situação de incumprimento	Posições em risco que não se encontram em incumprimento	Ajustamentos para risco específico de crédito	Anulações acumuladas	Valores líquidos
Agricultura, silvicultura e pesca	2.958	245.645	3.781	0	244.822
Indústrias transformadoras	69.485	1.818.243	75.392	0	1.812.336
Construção	123.362	1.590.199	145.714	0	1.567.847
Comércio por grosso e a retalho	1.438.229	32.087.833	3.883.421	0	29.642.641
Transportes e armazenagem	104.999	1.885.498	144.511	0	1.845.986
Atividades de alojamento e restauração	27.334	843.880	28.496	0	842.718
Informação e comunicação	30.984	312.340	31.834	0	311.490
Atividade financeira e de seguros	0	2.210.218	12	0	2.210.206
Atividades imobiliárias	35.064	1.095.177	36.060	0	1.094.181
Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	14.046	1.134.136	18.643	0	1.129.539
Atividades administrativas e de serviços de apoio	229.683	59.365.506	745.565	0	58.849.624
Administração pública e defesa, segurança social obrigatória	0	6.534.262	0	0	6.534.262
Educação	11.474	300.577	11.780	0	300.271
Serviços de saúde humana e atividades de ação social	33.084	1.039.140	33.975	0	1.038.249
Atividades artísticas, de espetáculos e recreativas	110	407.684	370	0	407.424
Outros serviços	2.423	267.722	3.033	0	267.112
Famílias - Crédito ao consumo	1.903.687	81.636.572	2.226.912	0	81.313.347
	4.026.922	192.774.632	7.389.499	0	189.412.055

Conforme Modelo EU CR1-B

Nos termos do artigo 442.º da CRR, apresenta-se à data de 31 de Dezembro de 2018 e 2017, a análise da antiguidade das posições em risco vencidas, independentemente da sua situação de imparidade:

POSIÇÕES EM RISCO VENCIDAS	2018						
	Valores contabilísticos brutos						TOTAL
	<= 30 dias	> 30 dias <= 60 dias	> 60 dias <= 90 dias	> 90 dias <= 180 dias	> 180 dias <= 1 ano	> 1 ano	
Empréstimos	884.218	390.848	399.896	1.209.803	1.802.377	3.828.120	8.375.262
Títulos de dívida	0	0	0	0	0	0	0
	884.218	390.848	399.896	1.209.803	1.802.377	3.828.120	8.375.262

POSIÇÕES EM RISCO VENCIDAS	2017						
	Valores contabilísticos brutos						TOTAL
	<= 30 dias	> 30 dias <= 60 dias	> 60 dias <= 90 dias	> 90 dias <= 180 dias	> 180 dias <= 1 ano	> 1 ano	
Empréstimos	269.508	92.078	23.272	168.410	155.091	3.703.050	4.411.409
Títulos de dívida	0	0	0	0	0	0	0
	269.508	92.078	23.272	168.410	155.091	3.703.050	4.411.409

Conforme Modelo EU CR1-D

**ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

À data de 31 de Dezembro de 2018 e 2017, as exposições não produtivas e exposições diferidas apresentam-se como se segue:

**2018**

POSIÇÕES EM RISCO	Posições em risco brutas							Imparidade			Cauções e Garantias Financeiras Recebidas		
	Valores contabilizados brutos das exposições	Total das exposições produtivas	Das quais: vencidas > 30 dias < = 90 dias	Das quais: produtivas diferidas	Total das exposições não produtivas	Das quais: em incumprimento	Das quais: em situação de imparidade	Das quais: não produtivas diferidas	Imparidades acumuladas devido ao risco de crédito	Sobre exposições produtivas diferidas	Sobre exposições não produtivas diferidas	Das quais: exposições produtivas diferidas	Das quais: exposições não produtivas diferidas
Total de dívida	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Exposições	212.892.737	203.502.041	1.403.958	175.242	9.310.656	9.310.656	9.310.656	65.679	7.700.957	1.578.002	22.322	6.124.955	47.172
Posições em risco em Incumprimento	400.000	0	0	0	400.000	0	0	0	0	0	0	0	0
	213.292.737	203.502.041	1.403.958	175.242	9.710.656	9.310.656	9.310.656	65.679	7.700.957	1.578.002	22.322	6.124.955	47.172

**2017**

POSIÇÕES EM RISCO	Posições em risco brutas							Imparidade			Cauções e Garantias Financeiras Recebidas		
	Valores contabilizados brutos das exposições	Total das exposições produtivas	Das quais: vencidas > 30 dias < = 90 dias	Das quais: produtivas diferidas	Total das exposições não produtivas	Das quais: em incumprimento	Das quais: em situação de imparidade	Das quais: não produtivas diferidas	Imparidades acumuladas devido ao risco de crédito	Sobre exposições produtivas diferidas	Sobre exposições não produtivas diferidas	Das quais: exposições produtivas diferidas	Das quais: exposições não produtivas diferidas
Total de dívida	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Exposições	186.524.679	179.002.146	1.375.364	366.522	6.632.533	6.465.856	6.632.174	656.240	7.398.469	1.877.040	49	5.512.039	474.864
Posições em risco em Incumprimento	634.250	0	0	0	634.250	0	0	0	0	0	0	0	0
	186.524.679	179.002.146	1.375.364	366.522	7.266.783	6.465.856	6.632.174	656.240	7.398.469	1.877.040	49	5.512.039	474.864

Confirmação Modelo EU 07/1-E

## ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A 31 de Dezembro de 2018 e 2017, apresenta-se conforme solicitado no artigo 442.º, alínea i) da CRR, as variações no conjunto dos ajustamentos para o risco específico e geral de crédito:

	2018		2017	
	IMPARIDADE DE CRÉDITO		IMPARIDADE DE CRÉDITO	
	Risco específico de crédito acumulado	Risco específico de crédito acumulado	Risco específico de crédito acumulado	Risco geral de crédito acumulado
Saldo Inicial	7,766,162	0	5,242,599	1,900,120
Aumentos devidos a montante afetados a provisões para perdas estimadas	1,081,491	-	3,627,283	-
Reduções devidas a montante afetados a provisões para perdas estimadas	(478,757)	-	(3,210,138)	-
Reduções devidas a utilizações contra ajustamentos para o risco de crédito	(256,494)	-	(170,364)	-
Transferências entre ajustamentos para o risco de crédito	-	-	1,900,120	(1,900,120)
Outros ajustamentos IFRS 9	(411,445)	-	-	-
Saldo Final	7,700,957	0	7,389,500	0
Recuperações diretamente registadas na demonstração de resultados	(756,718)		(745,233)	

Conforme Modelo EU CR2-A

Complementa-se o quadro anterior à data de 31 de Dezembro de 2018 e 2017, com a variação no conjunto dos empréstimos e títulos de dívida em situação de incumprimento ou imparidade:

	Valores contabilísticos bruto das posições em risco de incumprimento	
	2018	2017
Saldo Inicial	4,411,409	4,420,989
Empréstimos que se mantêm em incumprimento deste o último período de reporte	18,739,443	6,535,943
Reversão da situação de incumprimento	(15,082,989)	(6,375,160)
Montantes anulados	(256,494)	(170,363)
Outras alterações	0	0
Saldo Final	7,811,369	4,411,409

Conforme Modelo EU CR2-B

### CRM - Informação de natureza qualitativa:

As instituições devem incluir nas suas técnicas de CRM, independentemente do método utilizado para o cálculo dos RWA's, medidas que permitam reduzir o risco de crédito das exposições em carteira.

Neste contexto, a Sociedade recebe dos seus clientes com exposições mais significativas – linha de negócio *dealer financing* – garantidas bancárias ou similares.

Relativamente à linha de negócio *Retail Financing* a Sociedade sempre que considere necessário, solicita a prestação de uma garantia bancária ou uma caução aos seus clientes.

Em ambos os casos as garantias bancárias recebidas são prestadas por instituições de crédito em território nacional.

### CRM - Informação de natureza quantitativa:

## ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, as técnicas de CRM utilizadas pela Sociedade são as seguintes:

2018					
POSIÇÕES EM RISCO	Técnicas de mitigação do risco de crédito - CRM				
	Posições em risco não cobertas - montante contabilístico	Posições em risco - montante contabilístico	Posições em risco cobertas por caução	Posições em risco cobertas por garantias financeiras	Posições em risco cobertas por derivados de crédito
Titulos de dívida	0	0	0	0	0
Empréstimos	210,307,772	9,361,435	69,468	9,291,967	0
Posições em risco extrapatrimoniais	400,000	0	0	0	0
	210,707,772	9,361,435	69,468	9,291,967	0

2017					
POSIÇÕES EM RISCO	Técnicas de mitigação do risco de crédito - CRM				
	Posições em risco não cobertas - montante contabilístico	Posições em risco - montante contabilístico	Posições em risco cobertas por caução	Posições em risco cobertas por garantias financeiras	Posições em risco cobertas por derivados de crédito
Titulos de dívida	0	0	0	0	0
Empréstimos	181,828,522	7,183,163	162,944	7,020,219	0
Posições em risco extrapatrimoniais	400,000	0	0	0	0
	182,228,522	7,183,163	162,944	7,020,219	0

Conforme Modelo EU CR3

### Risco de crédito e CRM de acordo com o Método Padrão

#### Informação de natureza qualitativa sobre a utilização do método padrão:

A Sociedade não recorre à utilização de agências de notação externa (ECAI).

#### Informação de natureza quantitativa sobre a utilização do método padrão:

Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, as posições em risco de crédito tendo por base o método padrão e feitos CRM são os seguintes:

## ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Classes de Risco	2018					
	Posições em risco antes de CCF e CRM		Posições em risco depois de CCF e CRM		RWA e densidade de RWA	
	Montante patrimonial	Montante extrapatrimonial	Montante patrimonial	Montante extrapatrimonial	RWA	Densidade de RWA
Administrações centrais ou bancos centrais	10.862.509	0	10.862.509	0	3.183.305	1 45%
Instituições	10.284.382	33.250	10.284.382	33.250	2.073.501	0 94%
Empresas	40.704.850	0	40.704.850	0	40.704.850	18 50%
Retalho	156.484.671	400.000	156.484.671	400.000	105.085.294	47 77%
Garantidas por hipotecas sobre bens imóveis	368.235	0	368.235	0	209.278	0 10%
Posições em risco em situação de incumprimento	830.550	0	830.550	0	848.135	0 39%
Outras posições em risco	33.292	0	33.292	0	33.292	0 02%
	219.566.489	433.250	219.566.489	433.250	152.137.653	69 15%

Conforme Modelo EU CR4

Classes de Risco	2017					
	Posições em risco antes de CCF e CRM		Posições em risco depois de CCF e CRM		RWA e densidade de RWA	
	Montante patrimonial	Montante extrapatrimonial	Montante patrimonial	Montante extrapatrimonial	RWA	Densidade de RWA
Administrações centrais ou bancos centrais	6.987.234	0	6.987.234	0	0	0 00%
Instituições	8.321.853	59.250	8.321.853	59.250	1.676.221	0 89%
Empresas	23.134.440	0	23.134.440	0	23.134.440	12 23%
Retalho	147.137.000	400.000	146.637.000	400.000	98.228.796	51 91%
Garantidas por hipotecas sobre bens imóveis	474.009	0	474.009	0	180.574	0 10%
Posições em risco em situação de incumprimento	892.057	0	892.057	0	1.084.263	0 57%
Outras posições em risco	2.005.842	0	2.005.842	0	3.272.780	1 73%
	188.952.435	459.250	188.752.435	459.250	127.577.073	67 43%

Conforme Modelo EU CR4

Quanto ao método padrão aos ponderadores de risco considerados à data de 31 de Dezembro de 2018 e 2017, são os seguintes:

Classes de Risco	2018							
	Ponderadas pelo risco							
	0%	20%	50%	75%	100%	150%	250%	Total
Administrações centrais ou bancos centrais	0	0	0	0	0	0	3.183.305	3.183.305
Instituições	0	2.056.876	18.625	0	0	0	0	2.073.501
Empresas	0	0	0	0	40.704.850	0	0	40.704.850
Retalho	0	0	0	105.085.294	0	0	0	105.085.294
Garantidas por hipotecas sobre bens imóveis	0	0	0	209.278	0	0	0	209.278
Posições em risco em situação de incumprimento	0	0	0	0	795.381	52.754	0	848.135
Outras posições em risco	0	0	0	0	33.292	0	0	33.292
	0	2.056.876	18.625	105.294.570	41.533.523	52.754	3.183.305	152.137.653

Classes de Risco	2017							
	Ponderadas pelo risco							
	0%	20%	50%	75%	100%	150%	250%	Total
Administrações centrais ou bancos centrais	0	0	0	0	0	0	0	0
Instituições	0	1.676.221	0	0	0	0	0	1.676.221
Empresas	0	0	0	0	23.134.440	0	0	23.134.440
Retalho	0	0	76.190	98.152.605	0	0	0	98.228.796
Garantidas por hipotecas sobre bens imóveis	0	0	180.574	0	0	0	0	180.574
Posições em risco em situação de incumprimento	0	0	0	0	507.645	576.618	0	1.084.263
Outras posições em risco	0	0	0	0	408.263	0	2.866.517	3.272.780
	0	1.676.221	256.784	98.152.605	24.048.348	576.618	2.866.517	127.577.073

Nota: As classes de risco e ponderadores de risco não apresentados não apresentam valor

Conforme Modelo EU CR5

### Risco de liquidez

O risco de liquidez está associado à possibilidade de insuficiência de recursos (entradas de caixa) de forma a cobrir as obrigações (saídas de caixa) da Sociedade em determinados momentos do tempo.

## ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Para efeitos da gestão do risco de liquidez é preparada uma análise dos prazos residuais de maturidade dos diferentes ativos e passivos, de forma a mapear no tempo os fluxos de caixa que lhe estão associados, a identificar eventuais problemas de liquidez no futuro e a antecipar medidas corretivas que minorem seu impacto.

Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017 os cash-flows previsionais (não descontados) dos instrumentos financeiros, de acordo com a respetiva maturidade contratual, apresentam o seguinte detalhe:

2018							
	À vista	Até 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 ano a 3 anos	De 3 anos a 5 anos	Mais de 5 anos	Indeterminado
<b>Ativo</b>							
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	436,771	-	-	-	-	-	436,771
Disponibilidades em outras instituições de crédito	992,415	-	-	-	-	-	992,415
Crédito a clientes	-	22,584,242	85,143,077	48,437,898	26,147,957	21,825,758	7,925,338
Swaps de taxa de juro	-	500,000	4,100,000	2,550,000	-	-	-
Cash flow de juros contratuais							
De crédito a clientes	-	1,577,958	4,021,834	6,788,734	3,470,558	1,611,040	176,449
De swaps de taxa de juro	-	13,108	9,958	3,978	-	-	-
	1,429,186	24,675,304	93,274,867	57,778,408	29,618,513	23,436,798	8,101,787
<b>Passivo</b>							
Recursos de outras instituições de crédito	-	30,500,000	-	65,000,000	-	-	95,500,000
Swaps de taxa de juro	-	500,000	4,100,000	2,550,000	-	-	7,150,000
Cash flow de juros contratuais							
De recursos de outras instituições de crédito	-	368,575	983,803	714,818	-	-	2,068,998
De swaps de taxa de juro	-	5,530	9,947	4,897	-	-	20,374
	-	31,374,105	5,093,550	68,269,715	-	-	104,737,370
<b>Gap de liquidez:</b>	1,429,186	(6,698,801)	88,181,317	(10,491,307)	29,618,513	23,436,798	133,577,491
	1,429,186	25,549,409	98,368,417	61,048,123	29,618,513	23,436,798	247,552,231

2017							
	À vista	Até 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 ano a 3 anos	De 3 anos a 5 anos	Mais de 5 anos	Indeterminado
<b>Ativo</b>							
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	452,972	-	-	-	-	-	452,972
Disponibilidades em outras instituições de crédito	1,612,594	-	-	-	-	-	1,612,594
Crédito a clientes	-	24,036,905	69,919,208	49,281,871	20,661,283	15,741,216	4,443,847
Swaps de taxa de juro	-	1,500,000	5,200,000	6,850,000	300,000	-	-
Cash flow de juros contratuais							
De crédito a clientes	-	1,388,568	3,538,801	5,691,976	2,611,690	1,213,800	157,154
De swaps de taxa de juro	-	13,215	21,765	28,379	539	-	-
	2,065,566	26,938,688	78,677,772	61,850,228	23,573,512	16,955,016	4,601,001
<b>Passivo</b>							
Recursos de outras instituições de crédito	-	30,500,000	-	65,000,000	-	-	95,500,000
Swaps de taxa de juro	-	1,500,000	5,200,000	6,850,000	300,000	-	13,850,000
Cash flow de juros contratuais							
De recursos de outras instituições de crédito	-	259,498	821,158	1,029,990	-	-	1,910,642
De swaps de taxa de juro	-	24,108	55,538	26,502	538	-	106,684
	-	32,283,602	5,876,694	72,906,492	300,538	-	111,367,326
<b>Gap de liquidez:</b>	2,065,566	(5,344,914)	72,801,078	(11,056,268)	23,272,974	16,955,016	103,294,455

Note-se que a rubrica de “Crédito a clientes” exclui os montantes referentes a “Prémios de seguro de contratos de locação financeira”, “Juros a receber de crédito concedido” e “Custos / proveitos diferidos com base na taxa efetiva” apresentados na Nota 3.6.

Os principais pressupostos utilizados no apuramento dos fluxos previsionais foram os seguintes:

- Com exceção dos juros de *swaps* de taxa de juro, os fluxos previsionais dos ativos e passivos foram calculados considerando a taxa de juro de referência em 31 de Dezembro de 2018 e 2017;
- Os fluxos previsionais dos juros dos *swaps* de taxa de juro foram calculados considerando as taxas de mercado;
- Os instrumentos financeiros não sujeitos a variações de taxa de juro, nomeadamente “Caixa e disponibilidades em bancos centrais” e “Disponibilidades em outras instituições de crédito” foram considerados como exigíveis “à vista”;
- Os juros vencidos ainda em carteira com data de vencimento anterior ou igual a 31 de Dezembro de 2018 e 2017 foram classificados como a prazo “Indeterminado”; e
- O crédito a clientes vencido, independentemente da sua antiguidade, foi igualmente classificado como a prazo “Indeterminado”.

### **Risco de mercado**

O risco de mercado consiste genericamente na variação potencial do valor de um ativo financeiro em virtude de variações não antecipadas de variáveis de mercado, tais como taxas de juro, taxas de câmbio, *spreads* de crédito, preços de títulos de capital, metais preciosos e mercadorias.

### **Risco de taxa de juro**

O risco de taxa de juro corresponde ao risco do justo valor ou dos fluxos de caixa associados a um determinado instrumento financeiro se alterar em função de uma alteração das taxas de juro de mercado, alterando, consequentemente, o valor patrimonial da Sociedade. Isto é, a probabilidade de ocorrência de impactos negativos nos resultados ou no capital, devido a movimentos adversos nas taxas de juro de elementos da carteira bancária, por via de desfasamentos de maturidades ou de prazos de refixação das taxas de juro, da ausência de correlação perfeita entre as taxas recebidas e pagas nos diferentes instrumentos, ou da existência de opções embutidas em instrumentos financeiros do balanço ou elementos extrapatrimoniais.

Para a Instituição, o risco é representado pela exposição da margem financeira a flutuação das taxas de juro do mercado.

Mais especificamente, tal risco reside no eventual mismatch temporal entre a data de reajuste das taxas (data na qual a taxa é fixada: para operações a taxa fixa coincide com o vencimento; para operações a taxa variável coincide com o fim do período indexante) para a actividade e data de reajuste das taxas passivas.

A Instituição está dotada de um modelo Corporate Governance que contempla a supervisão da gestão de riscos financeiros. Evidencia-se que o controlo é efectuada pela Casa Mãe, estando a cargo do Risk & Permanent Control HQ que mensalmente verifica o respeito dos procedimentos definidos pela Treasury, verificando todas as operações em derivados efetuadas no mês em referência de acordo com as autorizações concedidas pelo ALM meeting.

Anualmente o RPC HQ, verifica a exatidão do modelo de cálculo da curva teórica da carteira coberta.

## ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Para a gestão do risco de taxa de juro, a Treasury, não agindo na qualidade de profit center, segue exclusivamente finalidades de cobertura do risco e assim de neutralização / minimização do impacto económico que de outro modo derivaria da volatilidade das taxas de juro do mercado.

A metodologia gestional de cobertura do risco de taxa de juro é efetuada com diversos métodos, entre os quais o “Duration gap mismatch index” que deve ser limitado ao intervalo de +/- 5%, incluindo os fluxos patrimoniais da Instituição. O risco de taxa é efetuado sobre a carteira da Instituição, incluindo as carteiras com taxa variável da linha de negócio Retail e Dealer Financing, e portanto sem inclusão do património da Instituição.

Evidencia-se que a aplicação das modalidades de cobertura definidas no âmbito das políticas do Grupo assegura uma substancial cobertura do risco de taxa de juro com referência seja a movimentos paralelos seja a movimentos não paralelos. É ainda considerada a simplicidade da actividade objecto de cobertura (contratos de financiamento de duração geralmente inferior a 90 mese, a taxa fixa e mensalidade constante) e dos instrumentos de cobertura utilizados.

Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, a exposição ao risco de taxa de juro pode ser demonstrada do seguinte modo:

2018							
	Exposição			Datas de Refixação / Datas de Maturidade			
	Taxa Fixa	Taxa Variável	Total	À vista	Até 1 mês	De 1 até 3 meses	Total
<b>Activo</b>							
Crédito a clientes	186,693,655	17,559,042	204,252,697	-	5,830,677	11,728,365	17,559,042
<b>Passivo</b>							
Recursos de outras Instituições de crédito	126,021,362	-	126,021,362	-	-	-	-
<b>Extrapatrimoniais</b>							
Interest Rate Swap (valor notional)	(7,150,000)	7,150,000	-	-	2,000,000	5,150,000	7,150,000
	<u>305,565,017</u>	<u>24,709,042</u>	<u>330,274,059</u>	<u>-</u>	<u>7,830,677</u>	<u>16,878,365</u>	<u>24,709,042</u>
2017							
	Exposição			Datas de Refixação / Datas de Maturidade			
	Taxa Fixa	Taxa Variável	Total	À vista	Até 1 mês	De 1 até 3 meses	Total
<b>Activo</b>							
Crédito a clientes	159,275,160	20,397,759	179,672,919	497,066	264,562	19,636,131	20,397,759
<b>Passivo</b>							
Recursos de outras Instituições de crédito	(95,542,569)	-	(95,542,569)	-	-	-	-
<b>Extrapatrimoniais</b>							
Interest Rate Swap (valor notional)	(13,850,000)	13,850,000	-	-	4,700,000	9,150,000	13,850,000
	<u>49,882,591</u>	<u>34,247,759</u>	<u>84,130,350</u>	<u>497,066</u>	<u>4,964,562</u>	<u>28,786,131</u>	<u>34,247,759</u>

A partir de 2009, em virtude da redução significativa das taxas de juro de mercado, os contratos de crédito celebrados com os clientes passaram a ser remunerados na sua generalidade a taxas de juros fixas.

A análise de sensibilidade a alterações nas taxas de juro foi efetuada de forma a determinar o potencial impacto na margem financeira da Sociedade nos exercícios de 2018 e 2017 considerando uma subida/descida das taxas de juro de referência em 100 e 200 *basis points* (bps) assumindo uma deslocação paralela da curva de taxa de juro.

## ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

O impacto potencial negativo na margem financeira projetada para 2018 da subida das taxas de juro de referência em 100 e 200 *basis points* ascende a, aproximadamente, 323.732 Euros e 427.036 Euros, respetivamente (292.391 Euros e 583.997 Euros, respetivamente, para 2017).

Por sua vez, o impacto potencial positivo na margem financeira projetada para 2018 da descida das taxas de juro de referência em 100 e 200 *basis points* ascende a, aproximadamente, 323.732 Euros e 427.036 Euros, respetivamente (292.391 Euros e 583.997 Euro, respetivamente, para 2017).

### Justo valor

Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017 o valor de balanço e o justo valor dos instrumentos financeiros valorizados ao custo amortizado ou ao custo histórico era o seguinte:

	2018		
	Valor de Balanço	Justo valor	Diferença
<b>Ativo</b>			
Caixa e Saldos de Caixa em Bancos Centrais	436,771	436,771	0
Disponibilidades em outras instituições de crédito	992,415	992,415	0
Empréstimos e contas a Receber	203,762,594	203,045,765	716,829
	205,191,780	204,474,951	716,829
<b>Passivo</b>			
Passivos Financeiros Mensurados pelo custo amortizado: Recursos de outras instituições de crédito	(126,021,362)	(126,021,362)	0
	(126,021,362)	(126,021,362)	0
	79,170,418	78,453,589	1,433,658
	2017		
	Valor de Balanço	Justo valor	Diferença
<b>Ativo</b>			
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	452,972	452,972	0
Disponibilidades em outras instituições de crédito	1,612,594	1,612,594	0
Crédito a clientes	176,169,613	176,169,613	0
	178,235,179	178,235,179	0
<b>Passivo</b>			
Recursos de outras instituições de crédito	(95,542,569)	(95,542,569)	0
	(95,542,569)	(95,542,569)	0
	82,692,610	82,692,610	0

## ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

O justo valor do crédito a clientes é estimado com base na atualização dos fluxos de caixa esperados de capital e juros, considerando que as prestações são pagas nas datas contratualmente definidas. Atendendo a que as taxas aplicáveis são taxas de mercado, a Sociedade considera que a quantia escriturada dos créditos corresponde a uma aproximação razoável do seu justo valor, para o negócio de dealer finance, a carteira de retalho apresenta uma valorização de justo valor considerada mínima de 716.829 Euros em 2018.

Relativamente aos instrumentos financeiros que se encontram refletidos ao custo, devem ser salientados os seguintes aspetos:

- Conforme evidenciado acima na secção relativa ao risco de taxa de juro, parte do crédito concedido é remunerado a taxas indexadas à Euribor, com prazos de refixação curtos;
- Conforme evidenciado acima nas secções relativas ao risco de taxa de juro e risco de liquidez, os recursos de outras instituições de crédito, excluindo os descobertos bancários, são remunerados a taxas de juro fixas e apresentam maturidades reduzidas. Adicionalmente, os recursos são financiados pelo FCA Bank.

### Risco operacional

O risco operacional traduz-se, genericamente, na eventualidade de perdas originadas por falhas na prossecução de procedimentos internos, pelos comportamentos das pessoas ou dos sistemas informáticos, ou ainda por eventos externos à organização. Para a gestão do risco operacional, encontra-se implementado um sistema central denominado de “*Loss Management*”, que permite a sistematização dos riscos identificados, a sua monitorização e o controlo e mitigação desses riscos. Adicionalmente, a Sociedade reporta trimestralmente à FCA Bank as eventuais perdas operacionais incorridas.

### Risco de *compliance*

A função de *compliance* está a cargo do *Compliance, Risk & Permanent Control*, sendo a mesma supervisionada pelo Conselho de Administração da Sociedade.

### Remuneração

A política de remuneração é descrita no ponto 1.4.

### Rácio de alavancagem

O rácio de alavancagem é definido como a relação entre a medida de capital nível 1 (no numerador) e a medida de exposição total (no denominador) e pretende limitar o crescimento excessivo do balanço em relação ao capital disponível. O rácio é definido como uma percentagem e o requisito mínimo actual, pelas normas regulamentares, é de 3% (a vigorar, como nível mínimo obrigatório Pilar I, a partir de 1 de Janeiro de 2018).

## ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A 31 de Dezembro de 2018, o rácio era de 48.63%.

LEVERAGE	2017	2018
Transitional Leverage Ratio: %	48.13%	43.63%
Fully phased-in Leverage Ratio: %	48.13%	43.63%

C 47.00 — CÁLCULO DO RÁCIO DE ALAVANCAGEM (LRCaI)	Posições em risco para efeitos do rácio de alavancagem: Data de referência para efeitos do relato
OFVM: Posição em risco em conformidade com o artigo 429.º, n.º 5, e o artigo 429.º, n.º 8, do RAFP	33,250.00
Elementos extrapatrimoniais com um fator de conversão de 100 % em conformidade com o artigo 429.º, n.º 10, do RAFP	400,000.00
Outros ativos	220,166,890.69
(-) Montante dos ativos deduzidos dos fundos próprios de nível 1 — definição plenamente implementada	(97,683.70)
(-) Montante dos ativos deduzido dos fundos próprios de nível 1 — definição transitória	(97,683.70)
Total das posições em risco para efeitos do rácio de alavancagem — utilizando uma definição plenamente implementada dos fundos próprios de nível 1	220,502,456.99
Total das posições em risco para efeitos do rácio de alavancagem — utilizando uma definição transitória dos fundos próprios de nível 1	220,502,456.99
<b>Fundos Próprios</b>	
Fundos próprios de nível 1 — definição plenamente implementada	96,206,204.82
Fundos próprios de nível 1 — definição transitória	96,206,204.82
<b>Rácio de Alavancagem</b>	
Rácio de alavancagem — utilizando uma definição plenamente implementada dos fundos próprios de nível 1	43.63%
Rácio de alavancagem — utilizando uma definição transitória dos fundos próprios de nível 1	43.63%

De acordo com os valores apresentados, a posição da Instituição é confortável. O acompanhamento trimestral deste rácio permite a detenção e a tomada de medidas para evitar o risco de um excesso de alavancagem.

Instrução n.º 6/2018, de 12 de Março de 2018, do Banco de Portugal

A Instrução do Banco de Portugal n.º 16/2004 (Instrução n.º 16/2004) estabelece um conjunto de indicadores que devem ser utilizados pelas instituições de crédito na divulgação de informação relativa a matérias de solvabilidade, qualidade do crédito, rentabilidade, eficiência e transformação.

## ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

### Rendibilidade

	2018	2017
• $\frac{\text{Resultado antes de impostos (e de interesses minoritários, se for em base consolidada)}}{\text{Activo líquido médio}}$	74%	3.68%
• $\frac{\text{Produto Bancário}}{\text{Activo Líquido médio}}$	54%	5.88%
• $\frac{\text{Resultado antes de impostos (e de interesses minoritários, se for em base consolidada)}}{\text{Capitais próprios médios (incluindo interesses minoritários)}}$	29%	7.68%

### Eficiência

	2018	2017
• $\frac{\text{Custos de funcionamento+Amortizações}}{\text{Produto Bancário}}$	22.17%	18.25%
• $\frac{\text{Custos com pessoal}}{\text{Produto Bancário}}$	18.80%	15.98%

### 3.28. GESTÃO DO CAPITAL

Os procedimentos adotados para o cálculo dos rácios e limites prudenciais da Sociedade são os que resultam das disposições do Banco de Portugal e da EBA, nomeadamente da aplicação do Regulamento (UE) n.º 575/2013 e da Diretiva 2013/36/EU, do Parlamento Europeu e do Conselho, ambos de 26 de Junho, de aplicação obrigatória em todos os Estados-Membros da União Europeia.

Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, o detalhe do capital regulamentar da Sociedade, bem como os respetivos rácios de capital encontram-se indicados no quadro seguinte:

## ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

	2018	2017
Capital	10,000,000	10,000,000
Reservas e resultados transitados elegíveis	86,206,205	81,171,641
<b><u>CET 1 Capital</u></b>	96,206,205	91,171,641
<b><u>TIER 1 Capital</u></b>	96,206,205	91,171,641
Instrumentos TIER 2	0	0
<b><u>Capital Total</u></b>	96,206,205	91,171,641
Risco de Crédito	152,137,653	127,577,072
Outros Riscos	1,283,063	0
Risco Operacional	20,401,179	19,545,771
<b><u>Total RWA</u></b>	173,821,895	147,122,843
Rácio CET1	55.35%	61.97%
Rácio TIER1	55.35%	61.97%
Rácio Total	55.35%	61.97%
<b><u>Requisitos Mínimos de Fundos Próprios</u></b>	10,429,314	11,769,827
<b><u>Excesso de Capital</u></b>	85,776,891	79,401,814

### 3.29. COMPROMISSOS ASSUMIDOS POR / PERANTE TERCEIROS

Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, encontram-se registados pela Sociedade nas rubricas extrapatrimoniais as seguintes relações de compromissos assumidos por e perante terceiros:

	2018	2017
<b><u>Compromissos assumidos por terceiros</u></b>		
Garantias bancárias recebidas (Nota 3.6)	6,209,000	7,020,219
Outras garantias recebidas (Nota 3.6)	982,400	982,400
Total de garantias recebidas de clientes	7,191,400	8,002,619
Linhas de crédito revogáveis (Nota 3.12)	12,500,000	5,000,000
<b><u>Compromissos assumidos perante terceiros</u></b>		
Compromissos irrevogáveis (Nota 3.13)	400,000	400,000
Garantias bancárias prestadas	0	0

### 3.30. PASSIVOS CONTINGENTES

Conforme previsto no Regime Geral das Instituições de Crédito e Instituições Financeiras a FCA Capital Portugal, IFIC, S.A. é instituição participante no Fundo de Resolução, tendo realizado as contribuições iniciais e as contribuições periódicas anuais de acordo com a legislação e regulamentação aplicável (Nota 3.20).

De acordo com o previsto no artigo 15º do Decreto-Lei n.º 24/2013, na eventualidade do Fundo de Resolução ter de financiar a aplicação de medidas de resolução e não dispuser de recursos próprios suficientes para o cumprimento das suas obrigações, o membro do Governo responsável pela área das finanças pode determinar, por portaria, os termos específicos em que são efetuadas contribuições especiais pelas instituições participantes no Fundo, atendendo às necessidades de financiamento emergentes da aplicação da medida concreta.

Tendo sido aplicada uma medida de Resolução ao Banco Espírito Santo em 4 de Agosto de 2014, o Fundo de Resolução prestou o apoio financeiro determinado pelo Banco de Portugal para efeitos de realização do capital social do Novo Banco, no montante de 4 900 milhões de euros.

Em 31 de março de 2017, o Banco de Portugal selecionou a Lone Star para a conclusão da operação de venda do Novo Banco. Este acordo implicou a realização de dois aumentos de capital, o primeiro no valor de 750.000 milhões de Euros ocorrido em outubro desse ano, e o segundo no valor de 250.000 milhões de Euros em dezembro de 2017. Em 28 de março de 2018, após o anúncio dos resultados do banco relativos ao exercício de 2017, acionou-se o mecanismo de capitalização contingente previsto nos contratos celebrados aquando da venda, que prevê o pagamento de 792.000 milhões de euros ao Novo Banco pelo Fundo de Resolução, durante o ano de 2018. Ao abrigo deste Acordo Quadro, foi celebrado em outubro de 2017, um contrato de abertura de crédito, nos termos do qual é disponibilizado ao Fundo de Resolução um montante de até 1.000.000 milhões de euros. É desta verba que sairá o pagamento previsto ao Novo Banco em 2018, por parte do Fundo de Resolução.

Para o efeito, o Fundo de Resolução irá utilizar, em primeiro lugar, os recursos financeiros disponíveis, resultantes das contribuições pagas pelo setor bancário, complementados por um empréstimo a obter junto do Estado Português de cerca de 450.00 milhões de euros.

Não obstante as medidas descritas acima, tendo por base a informação atualmente disponível, não é previsível que o Fundo de Resolução venha a propor a criação de uma contribuição especial para financiamento das medidas de resolução, pelo que a probabilidade de eventual cobrança de uma contribuição especial afigura-se remota.

Adicionalmente, prevê-se que eventuais défices do Fundo de Resolução sejam financiados através de contribuições periódicas ao abrigo do artigo 9º do Decreto-Lei nº 24/2013, de 19 de Fevereiro, o qual estipula que as contribuições periódicas devem ser pagas pelas instituições que nele participam, e que estejam em atividade no último dia do mês de Abril do ano a que respeita a contribuição periódica.

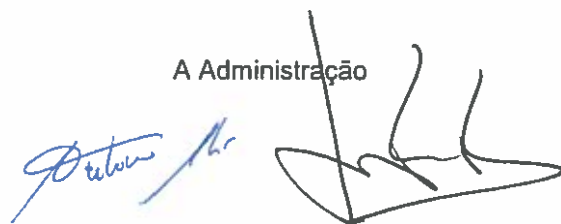
**3.31. ACONTECIMENTOS SUBSEQUENTES**

Não ocorreram factos relevantes após o termo do exercício que impliquem ajustamentos e, ou, divulgação nas contas do exercício.

O Contabilista Certificado



A Administração



## Certificação Legal das Contas

### RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

#### Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de FCA Capital Portugal IFIC, S.A. (a Entidade), que compreendem a Demonstração da Posição Financeira em 31 de dezembro de 2018 (que evidencia um total de 232.264.896 euros e um total de capital próprio de 101.108.323 euros, incluindo um resultado líquido de 4.804.434 euros), a Demonstração dos Resultados, a Demonstração do Rendimento Integral, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio e a Demonstração dos Fluxos de Caixa relativas ao ano findo naquela data, e o Anexo às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de FCA Capital Portugal IFIC, S.A. em 31 de dezembro de 2018, o seu desempenho financeiro e os seus fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data, de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, tal como adotadas na União Europeia.

#### Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

#### Matérias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.

Descrevemos de seguida as matérias relevantes de auditoria do ano corrente:

##### 1. Apuramento de perdas por imparidade no crédito

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos	Síntese da nossa resposta aos riscos de distorção material mais significativos
A rubrica Empréstimos e Contas a receber (Nota 3.6) em 31 de dezembro de 2018 apresenta um montante de 203.762.594 Euros (176.169.613 Euros em 31 de dezembro de 2017) respeitante a Crédito concedido a clientes, líquido de imparidade, a qual ascende ao montante de 7.700.957 Euros (7.389.499 Euros em 31 de dezembro de 2017).	Efetuámos a identificação e avaliação do risco de auditoria que conduziu à definição da abordagem de auditoria para responder ao risco de distorção material. Esta abordagem incluiu (i) uma resposta global com efeito na forma como a auditoria foi conduzida e (ii) uma resposta específica que se traduziu no desenho, e subsequente execução, de procedimentos adicionais que incluíram testes aos controlos e procedimentos substantivos, nomeadamente:



### Descrição dos riscos de distorção material mais significativos

A imparidade para o crédito a clientes representa a melhor estimativa do órgão de gestão da Entidade da perda esperada da carteira de crédito a clientes com referência a 31 de dezembro de 2018. Para o cálculo desta estimativa, o órgão de gestão da Entidade estabeleceu pressupostos, recorreu a modelos matemáticos para calcular parâmetros, interpretou conceitos e concebeu um modelo de cálculo da perda esperada.

Adicionalmente, desde 1 de janeiro de 2018, por via da aplicação pela primeira vez da Norma Internacional de Relato 9 - Instrumentos financeiros, a imparidade passou a refletir a perda esperada (perda incorrida em 2017). Esta norma introduz dois conceitos novos: o "aumento significativo do risco de crédito" e "previsões de condições económicas futuras". Os impactos da transição estão divulgados nas notas explicativas às demonstrações financeiras (notas 1.13 e 3.27).

Para além da complexidade dos modelos descritos, a sua utilização requer o tratamento de um volume significativo de dados que nem sempre estão disponíveis nos sistemas centrais do Banco, como sejam a informação do risco de crédito no momento da concessão, a data e o valor do primeiro incumprimento, o valor das recuperações históricas dos créditos em incumprimento. Para ultrapassar limitações que possam existir em alguns dados, por vezes o órgão de gestão recorre a expedientes práticos que aumentam os julgamentos aplicados.

A utilização de abordagens, modelos ou pressupostos alternativos podem ter um impacto material no valor da imparidade estimada.

### Síntese da nossa resposta aos riscos de distorção material mais significativos

- ▶ Entendimento dos procedimentos de controlo interno existente no processo de apuramento de imparidade, nomeadamente no que se refere à atribuição de responsabilidades na realização destas funções e metodologias aplicadas por tipo de crédito.
- ▶ Realizámos testes de revisão analítica sobre a evolução do saldo da imparidade para o crédito a clientes, comparando-o com o período homólogo e com as expectativas formadas, dos quais são de destacar o entendimento das variações ocorridas na carteira de crédito e alterações dos pressupostos e metodologias de imparidade.
- ▶ Com o apoio de especialistas em risco internos, avaliámos a razoabilidade dos parâmetros utilizados no cálculo da imparidade, destacando-se os seguintes procedimentos realizados: i) entendimento da metodologia formalizada e aprovada pelo órgão de gestão e comparação com a efetivamente utilizada; ii) avaliação das alterações aos modelos para determinar parâmetros para refletir a perda esperada; iii) análise das alterações realizadas durante o exercício de 2018 aos parâmetros de risco (PD, LGD e EAD); iv) numa base de amostragem, comparação dos dados utilizados no apuramento dos parâmetros de risco com informação de fonte e v) avaliação da consistência do cálculo dos parâmetros de risco ao longo do histórico analisado.
- ▶ Seleccionámos uma amostra de clientes objeto de análise individual de imparidade, para avaliação dos pressupostos utilizados pelo órgão de gestão na quantificação da imparidade. Esta análise incluiu: a inspeção da informação com os modelos de negócio e a situação económico-financeira dos devedores e dos relatórios de avaliação dos colaterais; inquirição dos especialistas da Entidade para entender a estratégia de recuperação definida e os pressupostos usados.
- ▶ Obtivemos os documentos internos que suportam a tomada de decisão relativamente ao registo de imparidade;
- ▶ Análise das divulgações incluídas nas notas anexas às demonstrações financeiras, tendo por base os requisitos das normas internacionais de relato financeiro e os registos contabilísticos.



## **Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras**

O órgão de gestão é responsável pela:

- ▶ preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, tal como adotadas na União Europeia;
- ▶ elaboração do Relatório de Gestão nos termos legais e regulamentares;
- ▶ criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro;
- ▶ adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- ▶ avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

## **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- ▶ identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- ▶ obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- ▶ avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- ▶ concluimos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;



- ▶ avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- ▶ comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria;
- ▶ das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública; e
- ▶ declaramos ao órgão de fiscalização que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percecionadas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, as respetivas salvaguardas.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do Relatório de Gestão com as demonstrações financeiras.

## RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

### Sobre o Relatório de Gestão

Dando cumprimento ao artigo 451, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o Relatório de Gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

### Sobre os elementos adicionais previstos no artigo 10 do Regulamento (UE) n.º 537/2014

Dando cumprimento ao artigo 10 do Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

- ▶ Fomos nomeados Revisores da Entidade pela primeira vez na assembleia geral de acionistas realizada em 22 de maio de 2012 para um mandato compreendido entre 2012 e 2015. Fomos eleitos na assembleia geral de acionistas realizada em 8 de novembro de 2016 para um segundo mandato compreendido entre 2016 e 2019;
- ▶ O órgão de gestão confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude com efeito material nas demonstrações financeiras. No planeamento e execução da nossa auditoria de acordo com as ISA mantivemos o ceticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material das demonstrações financeiras devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer distorção material nas demonstrações financeiras devido a fraude;
- ▶ Confirmamos que a opinião de auditoria que emitimos é consistente com o relatório adicional que preparámos e entregámos ao órgão de fiscalização da Entidade em 30 de abril de 2019;
- ▶ Declaramos que não prestámos quaisquer serviços proibidos nos termos do artigo 77, n.º 8, do Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e que mantivemos a nossa independência face à Entidade durante a realização da auditoria; e



- ▶ Informamos que, para além da auditoria, prestámos à Entidade os seguintes serviços permitidos pela lei e regulamentos em vigor:
  - Relatório do Auditor Externo sobre o processo de quantificação da imparidade da carteira de crédito e razoabilidade da imparidade individual e coletiva nos termos da Instrução do Banco de Portugal n.º 5/2013; e
  - Relatório do Revisor Oficial de Contas sobre o sistema de controlo interno subjacente ao Relato Financeiro, nos termos da alínea b) do n.º 5 do artigo 25 do Aviso n.º 5/ 2008 do Banco de Portugal.

Lisboa, 30 de abril de 2019

Ernst & Young Audit & Associados - SROC, S.A.  
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas  
Representada por:



Silvia Maria Teixeira da Silva - ROC n.º 1636  
Registado na CMVM com o n.º 20161246

## **RELATORIO ANUAL E PARECER DO CONSELHO FISCAL SOBRE OS DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS**

### **RELATÓRIO**

1. Em cumprimento das disposições legais e estatutárias aplicáveis, o Conselho Fiscal emite o presente Relatório e Parecer sobre o Relatório de Gestão e restantes documentos de prestação de contas da sociedade **FCA CAPITAL – INSTITUIÇÃO FINANCEIRA DE CRÉDITO, S.A.**, apresentados pelo Conselho de Administração, relativamente ao exercício de 2018.
2. O Conselho Fiscal tomou conhecimento sobre a gestão da FCA CAPITAL e a evolução dos seus negócios, designadamente mediante contactos com os seus responsáveis, bem como da leitura das atas das reuniões do Conselho de Administração e demais comités internos da sociedade. Foi feita a análise dos elementos solicitados à sociedade, tendo sido apreciados os documentos de prestação de contas e obtidos os esclarecimentos e a documentação considerada necessária ao desempenho das funções de fiscalização.
3. O Conselho Fiscal procedeu ainda à verificação do cumprimento das normas legais e estatutárias aplicáveis, e das instruções emanadas pelo Banco de Portugal, não tendo detetado situações de incumprimento material e exerceu as suas competências em conformidade com o estabelecido no art.º 420 do Código das Sociedades Comerciais tendo, designadamente, apreciado as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos utilizados na elaboração da informação financeira e fiscalizado a eficácia do sistema de gestão de riscos, do sistema de controlo interno e do sistema de auditoria interna.
4. O Conselho Fiscal reuniu em 30 de abril de 2019 com o Revisor Oficial de Contas, de forma a proceder à discussão da Certificação Legal das Contas e do Relatório Adicional para o Órgão de Fiscalização cuja elaboração se encontra prevista no artigo 24.º da Lei n.º 148/2015, de 9 de setembro, que aprova o Regime Jurídico de Supervisão de Auditoria, ambos emitidos com data de 30 de abril de 2019.
5. No âmbito das suas competências, o Conselho Fiscal emitiu a 30 de junho de 2018 o Parecer sobre o Sistema de Controlo Interno da Sociedade, com referência à mesma data, e a 15 de abril de 2019 o Parecer sobre o Sistema de Controlo Interno para a Prevenção do Branqueamento de Capitais e do Financiamento do Terrorismo das Instituições de Crédito e das Sociedades Financeiras, com referência a 31 de dezembro de 2018.

6. O Conselho Fiscal apreciou a Certificação Legal das Contas, emitida nos termos da legislação em vigor pelo Revisor Oficial de Contas, a qual mereceu o nosso acordo.
7. Em consequência do trabalho desenvolvido, o Conselho Fiscal considera que o Relatório do Conselho de Administração e as Demonstrações Financeiras individuais (Demonstração da Posição Financeira em 31 de Dezembro de 2018, Demonstração de Resultados, do Rendimento Integral, de Alterações no Capital Próprio e de Fluxos de Caixa do exercício findo naquela data e o correspondente Anexo às Demonstrações Financeiras), são adequados à compreensão da situação patrimonial da sociedade no fim do exercício e como se formaram os resultados e se desenrolou a atividade nesse período.
8. O Conselho Fiscal salienta toda a colaboração e apoio que obteve do Conselho de Administração e dos Serviços.

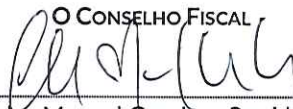
#### PARECER

Em consequência do acima referido, o Conselho Fiscal é de parecer que estão reunidas as condições para que a Assembleia Geral da FCA CAPITAL aprove:

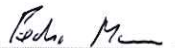
- a) O Relatório do Conselho de Administração e as Contas individuais do exercício de 2018;
- b) A proposta de aplicação de resultados formulada pelo Conselho de Administração no seu relatório.

Lisboa, 30 de abril de 2019

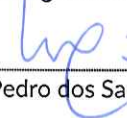
O CONSELHO FISCAL



Carlos Manuel Grenha - Presidente



Pedro Miguel Pereira Manso - Vogal



Luís Pedro dos Santos Caeiro - Vogal

### ACTA Nº60

Aos trinta dias do mês de Abril de dois mil e dezanove, pelas dezassete horas, reuniu, na sua sede social, sita no empreendimento Lagoas Park, edifício 15, piso 2, Porto Salvo, Oeiras, a Assembleia Geral da sociedade FCA CAPITAL, Portugal, Instituição Financeira de Crédito, S.A., com o capital social de dez milhões de euros, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Cascais, com o número de matrícula e de pessoa colectiva 502673478, encontrando-se presente a accionista única FCA BANK, S.p.A, que se fez representar pelo Dr. António Elia, conforme carta mandadeira que fica arquivada junto deste livro, titular da totalidade do capital social, conforme lista de presenças organizada nos termos do artigo 382º do Código das Sociedades Comerciais, arquivada na pasta de assuntos da Assembleia Geral.-----

Foi manifestado pelo representante da accionista única, a vontade de que, sem observância das formalidades prévias, se constituísse em Assembleia Geral Universal, nos termos do artigo 54º do Código das Sociedades Comerciais, com a seguinte ordem de trabalhos:-----

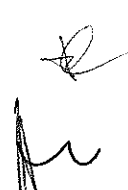
PONTO UM – Deliberar sobre o relatório de gestão e contas do exercício de 2018;---

PONTO DOIS: Deliberar sobre a aplicação de resultados;-----

PONTO TRÊS: Proceder à apreciação geral da administração e fiscalização da Sociedade;-----

Para além da accionista única esteve presente na Assembleia Geral, o Administrador Delegado, o Presidente do Conselho Fiscal, Dr. Carlos Manuel Charneca Moleirinho Grenha e o Presidente e o Secretário da Mesa da Assembleia Geral.-----

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral deu então início aos trabalhos entrando no PONTO UM da Ordem de Trabalhos, para o que deu a palavra ao Administrador António Elia, que fez uma breve apresentação do relatório de gestão e das contas da

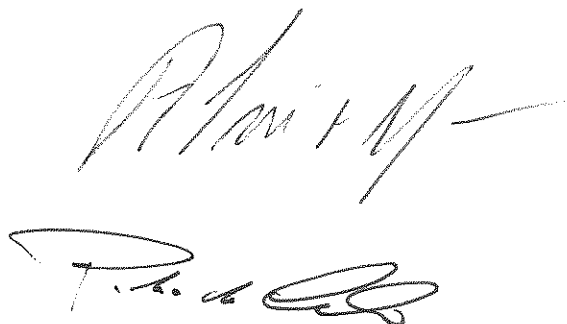


sociedade relativas ao exercício de 2018, que apresentam um resultado líquido positivo de € 4 804 434,00 (quatro milhões oitocentos e quatro mil quatrocentos e trinta e quatro euros). Após uma curta troca de impressões o relatório e as contas do exercício de 2018 foram submetidos a votação tendo sido aprovados pela accionista única.-----

De imediato e no seguimento do ponto anterior deu-se início à discussão e votação do PONTO DOIS da Ordem de Trabalhos, tendo sido deliberado seguir a proposta do Conselho de Administração de afectar a uma parte à reserva legal e outra a resultados transitados. Consequentemente, foi deliberado pela accionista única afectar à reserva legal € 480 443,00 (quatrocentos e oitenta mil quatrocentos e quarenta e três euros) e o restante, € 4 323 991,00 (quatro milhões trezentos e vinte e três mil novecentos e noventa e um euros), a resultados transitados.-----

Já no âmbito do PONTO TRÊS da ordem de trabalhos a accionista única pediu a palavra para manifestar o seu apreço sobre a forma como foi conduzida a gestão e a fiscalização da Sociedade durante o exercício de 2018.-----

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão pelas dezanove horas e trinta minutos, da qual se lavrou a presente acta que vai ser assinada pelo Presidente da Mesa e pelo Secretário-----



---

## Assembleia Geral Ordinária de 30 de Abril de 2019

### Lista de Presenças dos Accionistas

Acções

FCA Bank, S.p.A.

2.000.000

Representada por Dr. António Elia (Administrador Delegado)

Porto Salvo, 30 Abril de 2019